



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Marcos Muryan Nobuhara

**Uma Caracterização do Behaviorismo de B. F. Skinner em
sua própria Obra**

Londrina - PR

2024

Marcos Muryan Nobuhara

Uma Caracterização do Behaviorismo de B. F. Skinner em sua própria Obra¹

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para o título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientador: Carlos Eduardo Lopes

Londrina - PR

2024

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

N754u Nobuhara, Marcos Muryan.
Uma Caracterização do Behaviorismo de B. F. Skinner em sua própria Obra / Marcos Muryan Nobuhara. - Londrina, 2024.
123 f.

Orientador: Carlos Eduardo Lopes.
Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Behaviorismo - Tese. 2. Skinner - Tese. 3. Definição - Tese. 4. Filosofia - Tese. I. Lopes, Carlos Eduardo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

Marcos Muryan Nobuhara

Uma Caracterização do Behaviorismo de B. F. Skinner em sua própria Obra

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para o título de Mestre em Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Marcos Spector Azoubel
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC

Profª. Dra. Carolina Laurenti
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Londrina, 30 de agosto de 2024

É verdade que a morte do Behaviorismo tem sido prevista e ocasionalmente anunciada . . . Mas o historiador, assim como todo mundo, está bem aconselhado a deixar de lado desejos e intenções e voltar-se para contingências ambientais e um livro como esse foi planejado para ser parte do ambiente daqueles que continuarão a falar sobre o Behaviorismo como uma filosofia viva. (Skinner)

A filosofia não fez nenhum progresso? Se alguém coça no local onde sente uma coceira, é preciso ver algum progresso? Caso contrário, isso significa que não era um coçar genuíno ou uma coceira genuína? E não poderá esta reação a uma irritação prolongar-se durante um longo período até que se descubra uma cura para a coceira? (Wittgenstein)

Agradecimentos

Eu gostaria de começar agradecendo aos meus pais, Lourenço e Rosa, e minha irmã, Mayume, que sempre me apoiaram em tudo, mesmo não sabendo direito o que eu estudo. Há provas mais leal de um amor incondicional do que isso? Sem vocês nada disso seria possível. Quero agradecer também aos meus “pais acadêmicos”, Carlos e Carol. Lembro até hoje, com muita vergonha, das perguntas ousadas e equivocadas que eu fazia no final das suas aulas. Obrigado por tolerar, encorajar e modelar os meus comportamentos durante todos esses anos. Vocês serão para sempre meus verdadeiros ídolos (no bom sentido). Aprecio também às contribuições do Professor Azoubel que acompanhou cada etapa dessa dissertação durante todo o Mestrado. Preciso agradecer o Professor Mateus por ter me acolhido na graduação mesmo eu vindo da psicologia, sou grato pela sua paciência e a sua influência no meu pensamento analítico. Obrigado também aos meus bons amigos, Lucas, Vitti, Elton, Isaias, Fábio, Jefferson, Urio e Mich, que me deram o prazer de ter várias conversas longas e significativas. Vocês não têm ideia de quanto vocês significam para mim, emocionalmente e intelectualmente. Agradeço também o apoio financeiro da CAPES para a realização dessa pesquisa.

Nobuhara, M. M. (2024). *Uma caracterização do behaviorismo de B. F. Skinner em sua própria obra*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil, 123p.

Resumo

Skinner mencionou pela primeira vez a expressão *Radical behaviorism* em 1945. No entanto, isso não implica que um Behaviorismo skinneriano já não estivesse em desenvolvimento antes dessa data. Embora já existam propostas para rastrear a origem do significado da expressão *Radical behaviorism*, ainda falta uma análise sistemática das obras de Skinner e considerar outras expressões para além da expressão *Radical behaviorism*. Por conta disso, o objetivo da pesquisa é elaborar uma definição do Behaviorismo skinneriano a partir das obras de Skinner. Para atingir esse objetivo, foi feita uma pesquisa de natureza teórico-conceitual, executada em três passos. A primeira etapa buscou contabilizar e analisar as menções de expressões nas obras selecionadas. A segunda etapa teve o objetivo de analisar os usos de expressões em determinados trechos das obras, descrevendo o(s) uso(s) das expressões e outras informações relevantes. A terceira etapa produziu diferentes tipos de categorias de uso que ajudaram a responder perguntas norteadoras previamente confeccionadas. Essas perguntas foram respondidas por meio de dois tipos de análises dos usos das expressões: cronologia do emprego da(s) expressão(ões) e caracterização do Behaviorismo skinneriano. Com base nessas análises, constatou-se que Skinner já vinha desenvolvendo seu Behaviorismo antes de 1945, como uma filosofia que defende a autonomia epistêmica do comportamento. Embora esse significado tenha surgido no início de sua carreira, ele se manteve presente até seus últimos textos. A autonomia epistêmica é central para uma definição do Behaviorismo, pois ela: i) foi necessária para o desenvolvimento de outras características do Behaviorismo; ii) promove a compreensão e interpretação do comportamento humano; e iii) permite uma investigação científica e eficaz do comportamento humano. No fim, uma definição compreensiva e sucinta do Behaviorismo skinneriano foi elaborada a partir das análises.

Palavras-chave: Behaviorismo; Skinner; Definição; Filosofia; Uso.

Nobuhara, M. M. (2024). *A characterization of B. F. Skinner's behaviorism in his own work*. (Master's Thesis). State University of Londrina, Londrina, Paraná, Brazil, 123p.

Abstract

Skinner first mentioned the expression “Radical behaviorism” in 1945. However, this does not imply that a Skinnerian behaviorism was not already in development before that date. Although there are already proposals to trace the origin of the meaning of the expression “Radical behaviorism,” systematic analyses of Skinner's works and consideration of other expressions beyond “Radical behaviorism” are still lacking. For this reason, the aim of this research is to develop a definition of Skinnerian behaviorism based on Skinner's works. To achieve this objective, a theoretical-conceptual research was conducted in three steps. The first step aimed to count and analyze the mentions of expressions in the selected works. The second step focused on analyzing the uses of expressions in specific passages of the works, describing the usage(s) of the expressions and other relevant information. The third step produced different types of usage categories that helped answer previously formulated guiding questions. These questions were answered through two types of analyses of the expressions’ uses: a chronology of the usage of the expression(s) and the characterization of Skinnerian behaviorism. Based on these analyses, it was found that Skinner had already been developing his Behaviorism before 1945, as a philosophy that advocates for the epistemic autonomy of behavior. Although this meaning emerged early in his career, it remained present until his last writings. Epistemic autonomy is central to a definition of Behaviorism because it: i) was necessary for the development of other characteristics of Behaviorism; ii) promotes the understanding and interpretation of human behavior; and iii) allows for a scientific and effective investigation of human behavior. In the end, a comprehensive and concise definition of Skinnerian behaviorism was developed from the analyses.

Keywords: Behaviorism; Skinner; Definition; Philosophy; Use.

Lista de tabelas

Tabela 1 – <i>Forma de Registro das Análises dos Trechos com Cinco ou Mais Ocorrências das Palavras-chave</i>	18
Tabela 2 – <i>Forma de Registro das Análises dos Trechos com Menos de Cinco Ocorrências das Palavras-chave</i>	20
Tabela 3 – <i>Forma de Registro dos Usos Derivados dos Fichamentos e Categorias Heurísticas que Sintetizam os Usos</i>	22
Tabela 4 – <i>Quantidade de Cada Palavras-chave por Texto Selecionado para Análise</i>	25

Sumário

Introdução	8
Objetivos	15
Objetivo Geral	15
Objetivos Específicos	15
Método	16
Natureza da Pesquisa	16
Caracterização das Etapas	16
Resultados e Discussão	24
Cronologia do Emprego da(s) Expressão(ões)	24
Caracterização do Behaviorismo Skinneriano	41
<i>É uma Filosofia</i>	42
<i>Uma filosofia despreocupada com questões ontológicas tradicionais</i>	43
<i>Uma filosofia interessada por questões epistemológicas da psicologia científica</i> ...45	
<i>Uma filosofia interessada por questões ético-políticas</i>	55
<i>Uma filosofia antimentalista</i>	73
<i>Uma filosofia que defende a autonomia epistêmica do comportamento</i>	77
<i>É Responsável pela Compreensão e Interpretação do Comportamento</i>	82
<i>Interpretação como extrapolação</i>	91
<i>Interpretação como habilidade</i>	99
<i>Síntese</i>	101
Considerações Finais	113
Referências	117

A expressão *Radical behaviorism* tem sido empregada para designar a proposta de B. F. Skinner, sobretudo para distingui-la de outras formas de Behaviorismo (Carrara, 2005; Moore, 2008). É sabido que Skinner usou a expressão *Radical behaviorism*, pela primeira vez, no debate (Boring et al., 1945) que segue seu artigo *The operational analysis of psychological terms*. No entanto, isso não significa que um Behaviorismo skinneriano já não estivesse sendo desenvolvido antes de 1945, pois é possível que Skinner tenha antecipado teses do seu Behaviorismo, mesmo antes de usar a expressão. Schneider e Morris (1987) indicam, por exemplo, que no começo da década de 1930, Skinner já estava desenvolvendo o seu Behaviorismo em um texto não publicado chamado *Sketch for an Epistemology*. Sendo assim, a despeito da proposta de Skinner ser amplamente intitulada de Behaviorismo radical, uma investigação apropriada do Behaviorismo skinneriano deve considerar outras expressões, para além do *Radical behaviorism*, e examinar toda obra skinneriana, até mesmo antes de 1945.

Em um resgate histórico dessa expressão, Schneider e Morris (1987) mostraram que J. B. Watson foi o primeiro a ser designado como behaviorista radical, em 1921, por Mary W. Calkin. Naquela época, o adjetivo *radical* foi atribuído a Watson porque ele negava a existência da consciência ou da mente. Posteriormente, o Behaviorismo skinneriano começou a ganhar espaço e passou a ser caracterizado como *radical*. Porém, no caso de Skinner, o seu Behaviorismo não parece ter um significado claro na literatura da área (Malagodi, 1986; Moore, 2005).

Em primeiro lugar, a mera transposição do Behaviorismo de Watson para o de Skinner não é adequada, visto que se trata de propostas com diferenças amplamente reconhecidas (Abib, 1997; Carrara, 2005; Skinner, 1974). Além disso, os dois autores parecem ter empregado o termo *Behaviorismo* de formas distintas: Watson considerou o Behaviorismo uma ciência natural

(Watson 1930/1962), Skinner caracterizou o Behaviorismo como filosofia da ciência do comportamento (Skinner, 1974).

Em segundo lugar, há uma divergência na literatura da área sobre o escopo das questões que o Behaviorismo, como filosofia da ciência do comportamento, se preocupa em discutir. A filosofia pode ser dividida em diferentes ramos nos quais cada uma lida com questões particulares. Para ilustrar essa divergência da área, Abib (2001) e Moore (2008) são dois autores que atribuem diferentes escopos filosóficos ao Behaviorismo skinneriano. Abib (2001) argumenta que o Behaviorismo é mais do que uma filosofia da ciência, pois também discute “linguagem, subjetividade, educação, ética, política e cultura” (p. 20). Por outro lado, Moore (2008) defende que o Behaviorismo se preocupa apenas com questões da filosofia da ciência: “o Behaviorismo radical é uma filosofia de uma ‘ciência do comportamento.’ . . . A filosofia da ciência está muito próxima da epistemologia . . . assim como da ontologia” (p. 9).

Em terceiro lugar, não há consenso sobre em que momento o Behaviorismo skinneriano teria se tornado “radical” e, conseqüentemente, o que identificaria sua “radicalidade”. Moore (2005) sugere que Skinner desenvolveu seu Behaviorismo em diferentes momentos de sua vida acadêmica, por isso seria mais apropriado perguntar “Quando Skinner se tornou um behaviorista radical?” do que dar uma resposta cabal sobre a identidade da expressão. De acordo com Moore (2005), há pelo menos três avanços que mudaram radicalmente a teoria skinneriana: i) o tratamento dos eventos privados; ii) o selecionismo; e iii) uma descrição do comportamento verbal. Nas suas palavras:

Para alguns, a posição do Skinner sobre os eventos privados é essa característica [que inaugura o Behaviorismo skinneriano]. Se for assim, a resposta seria 1945. Para outros, seleção pelas conseqüências é essa característica. Se for esse o caso, então a

resposta seria 1953. Ainda para outros, uma descrição abrangente sobre o comportamento verbal seria essa característica. Se for assim, a resposta seria 1957. (Moore, 2005, p. 159)

Em ordem cronológica, a primeira discussão que identificaria o Behaviorismo skinneriano seria a função dos eventos privados na explicação do comportamento. Em 1945, Skinner propôs que os cientistas olhassem para os termos psicológicos como se fossem respostas verbais e, com isso, o seu significado seria dado pelas relações passadas entre a resposta verbal, o contexto e a consequência dessa resposta (Skinner, 1945/1984). Com essa análise seria possível descobrir como eventos privados se tornam estímulos discriminativos e controlam respostas verbais. Segundo Skinner (1945/1984), o problema dos eventos privados estaria no fato de que eles são inacessíveis à comunidade verbal, que ensina ao indivíduo sua discriminação. Esse problema seria contornado de quatro formas. A comunidade verbal pode: 1) basear-se em eventos públicos (e.g., ferida aberta, vermelhidão, sangue) que acompanham o evento privado (dor); 2) basear-se em respostas colaterais (e.g., gemer, encolher, gritar) que acompanham o evento privado (dor); 3) ensinar respostas autodescritivas ('minha perna está cruzada') que são acompanhadas por eventos privados (estímulos proprioceptivos das pernas) que controlam parcialmente essas respostas verbais, e que posteriormente pode assumir o controle (e.g., quando a pessoa estiver em um quarto escuro); e 4) valer-se de metáforas para descrever eventos privados, partindo de "propriedades comuns" entre eventos privados e objetos públicos (e.g., dor aguda, pé formigando).

A análise dessas respostas verbais também mostraria que alguns termos psicológicos não são controlados por nenhum evento privado e são usados apenas para explicar o comportamento: "alguns dos termos não eram nada mais do que simples ficções explicativas ou metáforas

enganadoras, controladas mais por variáveis sociais do que variáveis científicas” (Moore, 2005, p. 154). Portanto, o que Skinner (1945/1984) procurou fazer não foi reinterpretar ou redefinir conceitos ficcionais que explicariam o comportamento, mas o inverso, procurar na história ambiental do indivíduo os processos comportamentais que poderiam explicar a emissão dos termos psicológicos como respostas verbais. Com isso, Skinner evitou o dualismo, apresentando uma interpretação de comportamentos controlados por eventos privados.

Quando Skinner (1945/1984) escreveu *The Operational Analysis of Psychological Terms*, ele não teve muito sucesso entre seus pares, pois a sua explicação para os termos psicológicos era bastante distante do que estava sendo feito na época, inclusive por autores que se consideravam behavioristas (ver Moore, 2005, p. 150). Logo, essa diferença radical entre o Behaviorismo de Skinner e os outros Behaviorismos² daquela época (década de 1940) poderia indicar a discussão conceitual mais importante para construir a identidade do Behaviorismo skinneriano.

A segunda discussão, que identificaria o Behaviorismo radical, é o selecionismo como modelo explicativo. Segundo Moore (2005), Skinner apresentou o selecionismo pela primeira vez no livro *Science and Human Behavior* em 1953 e foi desenvolvido em outros textos como *Beyond Freedom and Dignity* (Skinner, 1971/1976) e *Selection by Consequences* (Skinner,

² Na década de 1930, alguns behavioristas foram inspirados pelo operacionalismo do físico P. W. Bridgman e introduziram a variável intermediária “O” (e.g., estados orgânicos, intenção, tendência, propósito e força do hábito), criando o Behaviorismo operacional. Respostas que não obedeciam a relação necessária S-R do Behaviorismo watsoniano eram explicadas pela mediação da variável “O” formando novas relações S-O-R. Sabendo do estatuto ficcional das variáveis intermediárias e seguindo a tradição de ser objetivo das ciências da época, os behavioristas operacionais tentaram definir operacionalmente os termos psicológicos “problemáticos” que entravam no lugar da variável “O”, a qual não possui propriedades observacionais por si só. Os behavioristas operacionais definiram os termos psicológicos pelo modo que os cientistas operam, i.e. mediam, avaliavam e descreviam, os fenômenos observáveis. Logo essas operações poderiam ter o consentimento de todos os integrantes da comunidade científica por serem publicamente observados ou verificáveis e, por isso, seriam ótimos candidatos para definir objetivamente os termos psicológicos (Moore, 2005).

1981). Esse modelo explicativo viabilizou a incorporação da variabilidade no conceito de comportamento, o que era um problema para o Behaviorismo watsoniano (S-R).³ Esse avanço foi importante para Skinner, visto que, no início de sua carreira, ele também adotou uma teoria estímulo-resposta para explicar o comportamento, fazendo com que ele encarasse a variabilidade do comportamento como um problema a ser resolvido (Moore, 2005).

O selecionismo, como modelo explicativo, foi inspirado na explicação da evolução das espécies de C. Darwin. Nessa perspectiva, as características entre as gerações de uma espécie variam, logo os indivíduos (instâncias) que conseguem se reproduzir têm suas características selecionadas pelo ambiente. Inspirado nesse modelo, o selecionismo de Skinner diz que cada resposta emitida é única e tem características variadas, as características do comportamento operante são selecionadas pelo ambiente quando respostas (instâncias), que fazem parte do comportamento operante, produzem consequências reforçadoras. Quando respostas são seguidas por reforçadores em dado contexto, respostas semelhantes têm mais probabilidade de serem emitidas em contextos semelhantes. Sendo assim, apesar de assumir um aspecto probabilístico e de variação, esse modelo fornece um aparato conceitual para compreender as regularidades do comportamento e como selecionar o comportamento (Abib, 1997).

Alguns autores (e.g., Cruz & Cillo, 2008; Laurenti, 2004; Moxley, 1999) defendem que Skinner abandonou explicações mecanicistas (inspirado na física) pelo selecionismo (inspirado na biologia), sustentando a hipótese de que há uma ruptura no pensamento skinneriano, resultando em dois períodos. Tal ruptura poderia ser significativa a ponto de representar a principal discussão que marca a identidade do Behaviorismo skinneriano.

³ A variabilidade de algumas respostas era um problema para o Behaviorismo watsoniano. A variabilidade surgia quando um mesmo estímulo eliciava respostas diferentes ou quando estímulos diferentes eliciavam uma mesma resposta. Portanto, um modelo explicativo que identifica os estímulos como causas *immediatas e necessárias* tem dificuldade de explicar a variabilidade de algumas respostas (ver Moore, 2005, p. 138).

Para Moore (2005), a terceira discussão, que identificaria a “radicalidade” do Behaviorismo skinneriano, é a interpretação do comportamento verbal. Skinner (1957a) escreveu extensamente sobre o assunto no livro *Verbal Behavior*. A sua descrição do comportamento verbal acabou resolvendo o outro problema do Behaviorismo watsoniano (S-R): a espontaneidade do comportamento.⁴ Novamente, por conta da sua filiação à teoria estímulo-resposta na década de 1930, Skinner passou pela mesma dificuldade que o Behaviorismo watsoniano em explicar as respostas verbais com base no ambiente imediato.

Skinner (1957a) mostrou no *Verbal Behavior* que mesmo o comportamento mais fugaz pode ser explicado pela história das relações do indivíduo com o ambiente. O comportamento verbal é um comportamento operante como qualquer outro, porém, as contingências que o estabelecem são mediadas por uma comunidade verbal. Segundo Abib (1997), “comportamento verbal refere-se ao comportamento de falantes individuais, que é modelado e mantido por consequências mediadas por ouvintes, de acordo com as práticas de reforçamento de uma determinada comunidade verbal” (p. 141).

Muitas vezes é difícil encontrar quais são as variáveis das quais o comportamento verbal é função, por isso estudiosos da linguagem tendem a transferir a causa do comportamento para supostas variáveis mentais (ideias, representações, significados etc.). Ao recusar esse *Deus ex machina*, restou a Skinner (1957a) apresentar uma interpretação do comportamento verbal à luz de sua teoria operante. Somente assim ele conseguiria dar uma explicação abrangente do comportamento humano. A proposta radical de Skinner mostraria que tudo aquilo que envolve o

⁴ A espontaneidade de algumas respostas era um problema para o Behaviorismo watsoniano. A espontaneidade surgia quando uma resposta era eliciada sem estar na presença de um estímulo eliciador óbvio, como era o caso das respostas verbais. Em um modelo explicativo causa-efeito, sem uma causa *anterior* óbvia, é difícil de explicar a origem de uma dada resposta a partir do ambiente *imediato* do organismo (ver Moore, 2005, p. 138).

ser humano é suscetível a ser explicado pela relação histórica entre o organismo e o ambiente, inclusive o comportamento verbal e seus produtos (como consciência, pensamento, teorias etc.).

Essa diversidade interpretativa sobre a gênese da radicalidade do Behaviorismo, somada ao debate sobre o escopo dessa filosofia, mostra que não há consenso na literatura da área sobre o que efetivamente caracteriza o Behaviorismo de Skinner. Com o propósito de refletir sobre essas divergências, algumas produções na literatura da área (e.g., Carrara & Strapasson, 2014; Malagodi, 1986; Moore, 2008; Schneider & Morris, 1987) sondaram as origens do Behaviorismo radical, porém, ainda não foi feita uma pesquisa sistemática na obra de Skinner, bem como uma investigação dos usos de outras expressões, para além da expressão *Radical behaviorism*, que também contribuem para o desenvolvido da sua proposta. Isso abre espaço para uma série de questões: O uso dessas expressões permanece constante em toda a sua obra, até mesmo antes de ele qualificar pela primeira vez o seu Behaviorismo como radical em 1945? Como é possível interpretar o que Skinner disse sobre o seu Behaviorismo ser a *filosofia* da ciência do comportamento? Quais são as principais discussões teórico-conceituais que definem o Behaviorismo skinneriano? Esta pesquisa pretende enfrentar essas questões, voltando-se para a obra de Skinner.

Objetivos

Objetivo Geral:

- Elaborar uma definição do Behaviorismo skinneriano a partir das obras de Skinner.

Objetivos Específicos:

- Mapear cronologicamente o Behaviorismo de Skinner em sua própria obra.
- Delinear categorias de uso do Behaviorismo skinneriano a partir das obras de Skinner.
- Identificar as principais discussões que caracterizam o Behaviorismo skinneriano.

Método

Natureza da Pesquisa

Esta pesquisa é de natureza teórico-conceitual e, como tal, buscou construir uma definição do Behaviorismo de Skinner em sua própria obra (Laurenti & Lopes, 2016). A pesquisa seguiu três etapas, descritas a seguir.

Caracterização das Etapas

1ª Etapa: Seleção do Material

O objetivo desta etapa foi selecionar textos em que Skinner fez uso das expressões *Behaviorism*, *Behaviorisms*, *Behaviorist*, *Behaviorists*, *Radical behaviorism* e *Radical behaviorist*. Para tanto, foram considerados os seguintes livros publicados pelo autor: *The Behavior of Organisms: An Experimental Analysis* (1938), *Walden Two* (1948/2005a), *Science and Human Behavior* (1953/2005b), *Schedules of Reinforcement* (1957b), *Verbal Behavior* (1957a), *Cumulative Record* (1999a), *The Analysis of Behavior: A Program for Self-Instruction* (1961), *The Technology of Teaching* (1968), *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis* (1969a), *Beyond Freedom and Dignity* (1971/1976), *About Behaviorism* (1974), *Reflections on Behaviorism and Society* (1978), *Notebooks* (1980), *Skinner for the Classroom* (1982), *Enjoy Old Age: A Program of Self Management* (1983), *Upon Further Reflection* (1987) e *Recent Issues in the Analysis of Behavior* (1989). Nota-se que também foram incluídos os livros *Notebooks*, *Skinner for the Classroom* e *The Analysis of Behavior: A Program for Self-Instruction* que foram publicados com a ajuda de Epstein e Holland na sua organização. Por conta do tempo estipulado para terminar a pesquisa, as autobiografias de Skinner não foram incluídas nas análises. No entanto, elas foram utilizadas para complementar as análises.

Em cada um dos livros previamente digitalizados, buscou-se os seguintes radicais por meio do recurso de buscas de palavras e frases: *Behavioris** e *Behaviouris**. Além da expressão *Radical behaviorism*, também foi considerado outras palavras com o radical *Behavioris**, como *Behaviorism* e *Behaviorist*. Tendo em vista que Skinner usou outros termos que possuíam o radical *Behavioris**, mas que as suas análises excederiam o tempo disponível, foram excluídas da pesquisa: os adjetivos com esse radical (e.g., *behavioristic*) e menções de livros que possuíam esses radicais. Portanto, foi selecionado para análise apenas as seguintes palavras-chave: *Behaviorism*, *Behaviorisms*, *Behaviorist*, *Behaviorists*, *Radical behaviorism* e *Radical behaviorist*. Para diminuir as chances de perder alguma discussão importante sobre a expressão por conta de erros ortográficos, os índices dos livros também foram consultados.

As ocorrências das palavras-chave foram contabilizadas em duas planilhas. Uma planilha continha as seguintes informações: o título dos livros, o ano de publicação e o número total de menções das palavras-chave. A outra planilha continha: o título dos capítulos dos livros, o título dos artigos publicados nos livros compilados, o ano de publicação dos livros e dos artigos, o número total de menções das palavras-chave para cada livro (*Notebooks*), capítulo ou artigo.

2ª Etapa: Análise dos Usos das Palavras-chave

O objetivo desta etapa foi mapear os usos da expressão. Durante a leitura dos trechos, foram excluídos os usos da expressão e correlatos que não se referiam à proposta de Skinner (e.g., foi excluída da análise expressões como “Behaviorismo metodológico” e menções de críticas de outros autores ao Behaviorismo). Para a análise dos trechos e tratamento dos dados coletados, as obras foram divididas em capítulos. Os trechos que apresentavam usos pertinentes da expressão e correlatos para a pesquisa foram analisados a partir de dois modelos de fichas

diferentes, a depender da frequência das palavras-chave encontradas em cada capítulo. Os capítulos com cinco ou mais ocorrências das palavras-chave foram lidos na íntegra e os dados compilados em uma tabela que continha: a referência, a(s) palavra-chave(s), o uso da(s) expressão(ões), a temática, outros dados relevantes e os possíveis problemas encontrados durante o fichamento. Em cada tópico das fichas há recomendações e formas de preencher que guiaram o tratamento das informações (ver Tabela 1).

Tabela 1

Forma de Registro das Análises dos Trechos com Cinco ou Mais Ocorrências das Palavras-chave

Referência: p. §	
Palavra-chave	<p>Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Mais de uma expressão pode ser incluída aqui, caso as expressões estejam no mesmo parágrafo e tiverem sentidos similares (opcional). <p>Como preencher:</p> <ul style="list-style-type: none"> Expressão(ões) com ou sem adjetivos, ou contidos em descrições definidas (e.g., <i>The history of Behaviorism</i>).
Uso	<p>Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Indicar brevemente possíveis usos; Não se respaldar na interpretação de outros autores, ou seja, buscar o uso da expressão no próprio texto. <p>Como preencher:</p> <ul style="list-style-type: none"> Se tiver mais de uma expressão no fichamento, colocar todos os usos das

	<p>expressões, mesmo se tiverem o mesmo uso (opcional).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uso da expressão.
Temática	<p>Como preencher:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colocar o tema central do parágrafo (e.g., definição de algum conceito, crítica a alguma tradição psicológica, diferença entre conceitos, desenvolver a sua teoria) ou o seu papel em uma cadeia de parágrafo (e.g., introdução de um capítulo, exemplo de algum assunto, continuação de um argumento da crítica ou do próprio Skinner). • Colocar o tema geral do capítulo. • Caso for identificado, colocar um breve resumo do argumento com premissas e conclusão (opcional).
Outras informações	<p>Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Buscar a justificção no próprio texto (se o uso for óbvio, transcrever trechos); • O tópico ‘Justificação da interpretação do uso da(s) expressão(ões)’ serve para mostrar o porquê o uso da expressão está sendo interpretado desse modo; • O tópico ‘Relações entre o(s) tema(s) e o(s) uso(s)’ especifica qual é o contexto em que Skinner usa a expressão; • Se for possível, será usado o tema do capítulo e do parágrafo para contextualizar o uso da(s) expressão(ões); • Colocar a expressão usada por Skinner em cada tópico.

	<p>Como preencher:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Justificação da interpretação do uso da(s) expressão(ões). • Relações entre o tema e o(s) uso(s). • Pequeno resumo do assunto discutido no parágrafo, caso seja relevante (opcional).
Problemas	<p>Como preencher:</p> <p><u>Problema:</u> Relatar dúvidas se o parágrafo não for claro, confuso, tiver incoerências, falta de leituras adicionais etc. O parágrafo, então, será marcado para indicar que é necessário voltar no texto caso necessário.</p>

Já os capítulos com menos de cinco menções das palavras-chave foram analisados seguindo uma tabela com: a referência, a(s) palavra-chave(s), o trecho que contém a(s) palavra-chave(s), um comentário interpretativo com base no trecho e o(s) uso(s) da(s) expressão(ões) (ver Tabela 2).

Tabela 2

Forma de Registro das Análises dos Trechos com Menos de Cinco Ocorrências das Palavras-chave

Referência: p. §	
Palavra-chave	<p>Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais de uma expressão pode ser incluída aqui, caso as expressões estejam no mesmo parágrafo e tiverem sentidos similares

	<p>(opcional).</p> <p>Como preencher:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expressão(ões) com ou sem adjetivos, ou contidos em descrições definidas.
Trecho	<p>Como preencher:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trecho no original.
Comentário Interpretativo	<p>Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Buscar a justificação no próprio texto (se o uso for óbvio, transcrever trechos); • Colocar a expressão usada pelo Skinner em cada tópico. <p>Como preencher:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Justificação da interpretação do uso da(s) expressão(ões). • Caso o parágrafo for confuso sem contexto, parágrafos anteriores serão lidos e contextualizados (opcional). • Pequeno resumo (opcional). • Problemas com a interpretação, incoerência ou incompreensão (opcional).
Uso	<p>Recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indicar brevemente possíveis usos; • Não se respaldar na interpretação de outros autores, ou seja, buscar o uso da expressão no próprio texto.

	<p>Como preencher:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se tiver mais de um termo no fichamento, colocar todos os usos das expressões, mesmo se tiverem o mesmo uso (opcional). • Uso da expressão.
--	---

Os capítulos que continham menos de cinco ocorrências das palavras-chave, mas apresentavam discussões pertinentes à pesquisa, foram lidos na íntegra e analisados seguindo a Tabela 1.

3ª Etapa: Categorização dos Usos

Nesta etapa, o objetivo foi reunir os diferentes usos em função de suas convergências, criando categorias. Com base nos fichamentos, os usos das expressões foram organizados em uma tabela (ver Tabela 3). Durante o preenchimento dessa tabela, os usos foram classificados heurísticamente em uma ou mais categorias de usos. Ao preencher as tabelas, chegou-se nas seguintes categorias: Definição; Ontologia tradicional; Epistemologia; Política e ética; Antimentalismo; Interpretação; Termos de interesse; Autonomia epistêmica; Explicação; Linguagem científica; e Gênese do Behaviorismo.

Tabela 3

Forma de Registro dos Usos Derivados dos Fichamentos e Categorias Heurísticas que Sintetizam os Usos

Nº das expressões	Uso das expressões	Categorias heurísticas

Com base nos dados preenchidos na Tabela 3, as questões indicadas previamente na Introdução foram respondidas na forma de um texto.

Resultados e Discussão

Para evitar repetições desnecessárias de citações e possibilitar uma leitura mais fluida, os resultados e a discussão serão apresentados em um único item que contém dois tipos de análises: cronologia do emprego das expressões e caracterização do Behaviorismo skinneriano.

A primeira análise centra-se na cronologia do uso do Behaviorismo skinneriano. Esta análise busca elucidar não apenas quando e quanto Skinner utilizou as palavras-chave, mas também apresentar possíveis explicações para os resultados e verificar se há diferenças cronológicas substanciais no emprego das palavras-chave *Behaviorism* e *Radical behaviorism*.

A segunda análise foca na caracterização do Behaviorismo skinneriano. A análise dos usos da expressão resultou em dois sentidos de Behaviorismo: como uma filosofia e um instrumento para a compreensão, ou interpretação, do comportamento. No final dessa análise, essas facetas do Behaviorismo, aparentemente distintas, serão articuladas na tentativa de dar um significado integrado ao Behaviorismo skinneriano.

Cronologia do Emprego da(s) Expressão(ões)

No período de 1931 a 1990, Skinner usou as palavras-chave, *Behaviorism*, *Behaviorisms*, *Behaviorist*, *Behaviorists*, *Radical behaviorism* e *Radical behaviorist*, 160 vezes em 45 textos (ver Tabela 4). Em relação aos livros compilados de artigos, para preservar a cronologia, foram considerados os anos de publicação original dos artigos, em vez do ano de publicação desses livros.

Tabela 4

Quantidade de Cada Palavras-chave por Texto Selecionado para Análise

Ano	Textos	<i>Radical behavioris*</i>	<i>Behaviorism*</i>	<i>behaviorist*</i>	Total
-----	--------	----------------------------	---------------------	---------------------	-------

1931	(CR) <i>The Concept of the Reflex in the Description of Behavior</i>	0	1	0	1
1935	(CR) <i>The Generic Nature of the Concepts of Stimulus and Response</i>	0	1	1	2
1945	(CR) <i>The Operational Analysis of Psychological Terms</i>	2	4	4	10
1948	(W2) Cap. 29	0	0	1	1
1948	(W2) Cap. 32	0	0	1	1
1954	(CR) <i>A Critique of Psychoanalytic Concepts and Theories</i>	0	1	0	1
1956	(SC) <i>What is psychotic behavior</i>	0	1	0	1
1957	(VB) <i>Two Personal Epilogues</i>	1	3	0	4
1963	(SC) <i>Behaviorism at fifty^a</i>	1	6	0	7
1967	(SC) <i>B. F. Skinner: An autobiography</i>	0	3	2	5
1969	(COR) <i>Behaviorism at fifty^b</i>	3	8	4	15
1971	(CR) <i>Why Are the Behavioral Sciences Not More Effective?</i>	0	0	1	1
1971	(BFD) <i>The Design of a Culture</i>	0	1	1	2
1972	(CR) <i>A Lecture on "Having" a Poem</i>	0	1	1	2
1972	(RBS) <i>Humanism and Behaviorism</i>	0	3	0	3
1974	(AB) <i>Introduction</i>	0	5	3	8
1974	(AB) <i>The Causes of Behavior</i>	2	0	3	5
1974	(AB) <i>The World Within the Skin</i>	0	1	1	2
1974	(AB) <i>Innate Behavior</i>	0	0	3	3
1974	(AB) <i>Operant Behavior</i>	0	2	0	2
1974	(AB) <i>Perceiving</i>	1	4	1	6
1974	(AB) <i>Verbal behavior</i>	0	1	2	3
1974	(AB) <i>Thinking</i>	0	0	1	1
1974	(AB) <i>Causes and Reasons</i>	0	0	2	2
1974	(AB) <i>Knowing</i>	0	0	1	1
1974	(AB) <i>The Inner World of Motivation and Emotion</i>	0	2	1	3
1974	(AB) <i>The Self and Others</i>	0	0	1	1
1974	(AB) <i>The Question of Control</i>	0	0	1	1
1974	(AB) <i>What Is Inside the Skin?</i>	1	0	1	2
1974	(AB) <i>Summing Up</i>	1	12	6	19
1977	(RBS) <i>Why I Am Not a Cognitive Psychologist</i>	0	0	1	1
1977	(RBS) <i>The Experimental Analysis of Behavior (A History)</i>	1	1	2	4

1978	(RBS) <i>Preface</i>	0	1	0	1
1978	(RBS) <i>Can We Profit from Our Discovery of Behavioral Science?</i>	0	0	1	1
1980	<i>Notebooks</i>	0	2	3	5
1983	(UFR) <i>Can the Experimental Analysis of Behavior Rescue Psychology?</i>	0	1	0	1
1984	(UFR) <i>The Shame of American Education</i>	0	1	0	1
1985	(UFR) <i>News from Nowhere, 1984</i>	0	0	3	3
1985	(UFR) <i>Cognitive Science and Behaviorism</i>	1	5	1	7
1987	(RIAB) <i>The Place of Feeling in the Analysis of Behavior</i>	1	1	5	7
1987	(RIAB) <i>Whatever Happened to Psychology as the Science of Behavior?</i>	0	0	2	2
1987	(RIAB) <i>Laurence Smith's Behaviorism and Logical Positivism</i>	1	2	1	4
1989	(RIAB) <i>The Origins of Cognitive Thought</i>	0	0	1	1
1989	(RIAB) <i>The Behavior of Organisms at 50</i>	2	3	2	7
1990	(CR) <i>Can Psychology Be a Science of Mind?</i>	0	1	3	4
Total		18	78	68	164 ^c

Notas. Siglas dos livros: *Walden Two* (W2); *Verbal Behavior* (VB); *Cumulative Record* (CR); *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis* (COR); *Beyond Freedom and Dignity* (BFD); *About Behaviorism* (AB); *Reflections on Behaviorism and Society* (RBS); *Notebooks*; *Skinner for the Classroom* (SC); *Upon Further Reflection* (UFR); *Recent Issues in the Analysis of Behavior* (RIAB).

^a A quantidade de expressões é igual à quantidade original da publicação do artigo.

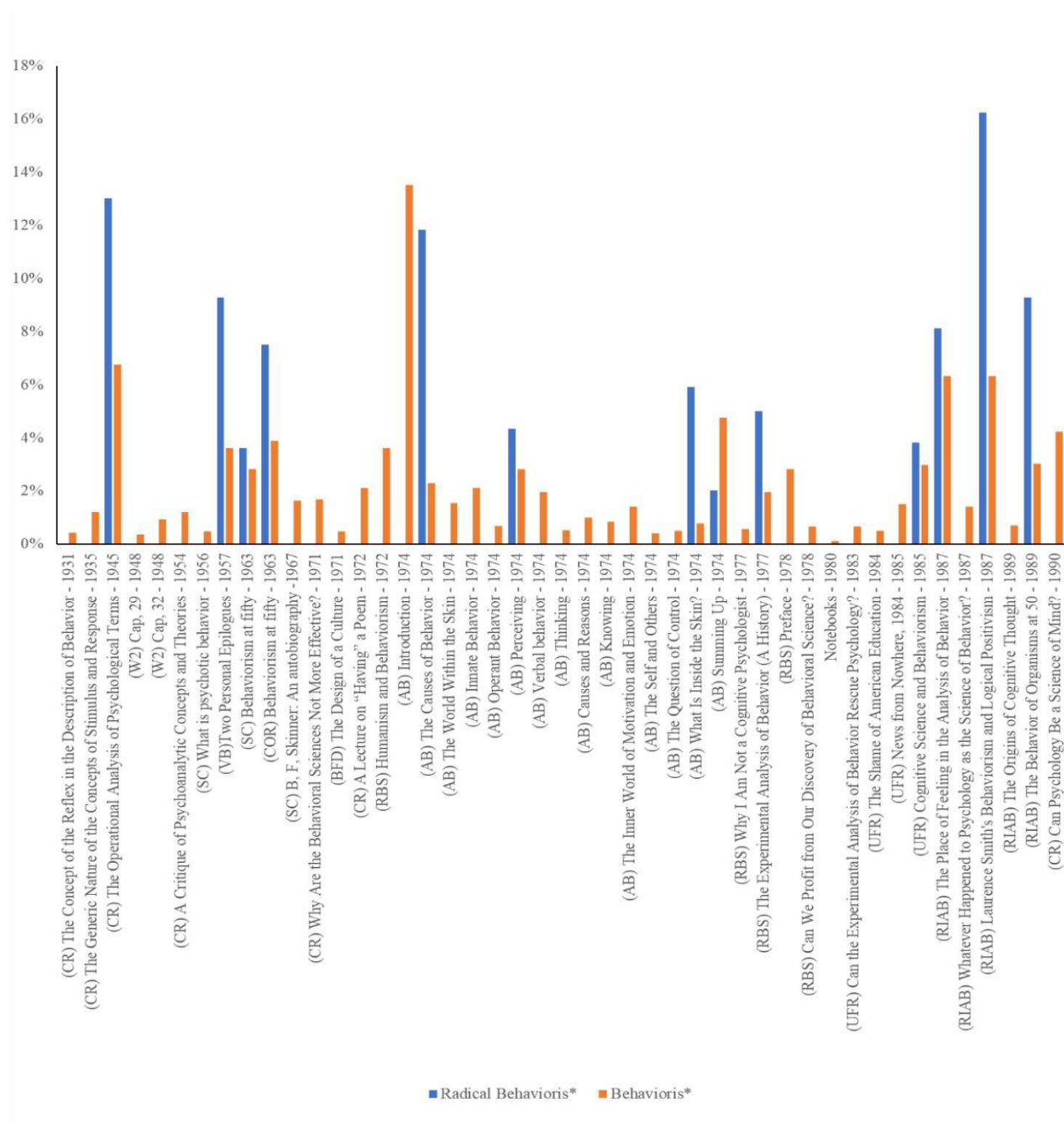
^b A quantidade de expressões é menor do que a quantidade original da publicação do artigo, mas possui algumas expressões a mais nas notas adicionadas ao texto.

^c Algumas expressões do artigo *Behaviorism at fifty* foram contabilizadas duas vezes por conta da diferença entre o artigo publicado no livro *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis* e no livro *Skinner for the Classroom*.

O resultado da busca por expressões com o radical *Radical behavioris** foi de 17 expressões. Subtraindo esse número da quantidade total de expressões (160) com o radical *Behavioris** encontrados, obteve-se 143 termos. Os termos com o radical *Behavioris** são relativos apenas aos termos *Behaviorism*, *Behaviorisms*, *Behaviorist* e *Behaviorists*. As expressões com o radical *Radical behaviori** são relativos apenas às expressões *Radical behaviorism* e *Radical behaviorist* (ver Figura 1).

Figura 1

Comparação Entre os Usos das Palavras-chave Behavioris* e Radical behavioris* em Porcentagem



Notas. Siglas dos livros: *Walden Two* (W2); *Verbal Behavior* (VB); *Cumulative Record* (CR); *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis* (COR); *Beyond Freedom and Dignity* (BFD); *About Behaviorism* (AB); *Reflections on Behaviorism and Society* (RBS); *Notebooks*; *Skinner for the Classroom* (SC); *Upon Further Reflection* (UFR); *Recent Issues in the Analysis of Behavior* (RIAB).

Na Figura 1, foram comparados a porcentagem de usos das palavras-chave com os radicais *Behavioris** e *Radical behavioris** a cada ano de publicação. Tendo em vista que Skinner usou os termos com o radical *Behavioris** 143 vezes e as expressões com o radical *Radical behavioris** apenas 17 vezes, a quantidade de uso dos termos foram transformadas em porcentagem $[(\text{quantidade de termo usada no ano} \div \text{quantidade total de termos}) \times 100]$ para comparar, de forma mais fidedigna, a frequência dos usos das palavras-chave.

Para verificar se há alguma diferença cronológica entre as expressões *Radical behavioris** e *Behavioris**, foi feito um teste de coeficiente de correlação entre a frequência das menções das palavras-chave. Tendo em vista que as amostras não seguem uma distribuição normal, foi usado o coeficiente de correlação de Spearman (Rovetta, 2020). O coeficiente de correlação entre os usos das palavras-chave é de 0,603 com uma correlação de significância de 0,001. De acordo com Cozby (2006), quando o valor-p é menor que 0,05 é possível descartar a hipótese nula de que a correlação ocorreu por acaso. Isso significa que há, no mínimo, uma correlação moderada entre os usos das palavras-chave com os radicais *Behavioris** e *Radical behavioris**. Portanto, uma explicação para essa indiferença cronológica por parte de Skinner é que essas palavras-chave são usadas muitas vezes como sinônimas.

Para comparar fielmente as informações de cada texto no gráfico da Figura 2, foi calculada a quantidade total de menções das palavras-chave de cada texto dividida pelos números de páginas respectivas do capítulo, artigo ou livro. Apresentar a média de menções por página, em vez da quantidade bruta, tem a vantagem de corrigir a diferença dos tamanhos dos textos de cada capítulo e artigo, visto que seria indevido comparar quantidade de menções de textos de 30 páginas com textos de 10 páginas, por exemplo. Para tanto, a Figura 2 apresenta um

gráfico com a média de menções por página de cada capítulo de livro, artigo publicado em compilado de artigos e livro (Notebooks) selecionados para análise.

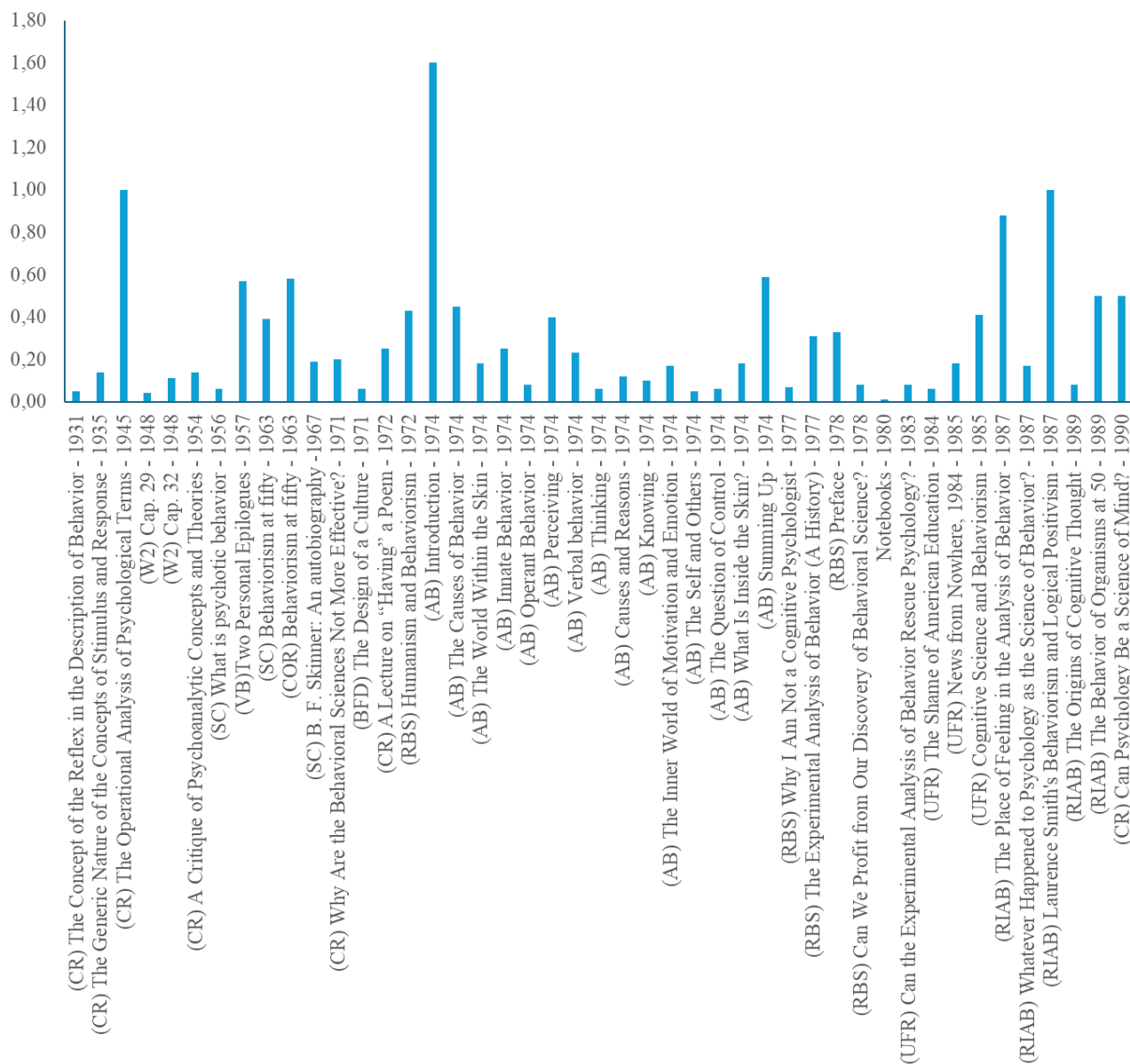
A Figura 2 mostra duas informações relevantes: i) todos os 14 capítulos de *About Behaviorism* e a sua introdução contém menções de palavras-chave e ii) os cinco textos com maior frequência de uso são: a introdução e o último capítulo *Summing Up* do livro *About Behaviorism*; o artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms* do livro *Cumulative Record*; e os artigos *The Place of Feeling in the Analysis of Behavior* e *Laurence Smith's Behaviorism and Logical Positivism* do livro *Recent Issues in the Analysis of Behavior*.

Após a publicação de *Beyond Freedom and Dignity*, Skinner recebeu muitas críticas por conta de seu livro. Cansado de responder individualmente a essas críticas, ele decidiu escrever um manual do Behaviorismo (ver Skinner, 1983, p. 339). Mais tarde, esse manual receberia o título de *About Behaviorism*. A causa da insatisfação de Skinner foi que essas críticas eram resultado de uma má compreensão dos seus argumentos:

Descobrimo o quanto os críticos compreenderam pouco da minha posição [no *Beyond Freedom and Dignity*], eu estava escrevendo um manual do Behaviorismo. Por quarenta anos tenho argumentado a favor do Behaviorismo, a possibilidade de uma análise científica do comportamento e as implicações de tal ciência. . . [O manual] é um passo importante na direção estabelecida por *Beyond Freedom and Dignity*. Mal-entendidos grotescos a serem corrigidos, *se quisermos continuar resolvendo nossos problemas*. (Skinner, 1983, p. 327, grifo nosso)

Figura 2

Média de Menções das Palavras-chave por Página para Cada Texto Publicado



Notas. Siglas dos livros: *Walden Two* (W2); *Verbal Behavior* (VB); *Cumulative Record* (CR); *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis* (COR); *Beyond Freedom and Dignity* (BFD); *About Behaviorism* (AB); *Reflections on Behaviorism and Society* (RBS); *Notebooks*; *Skinner for the Classroom* (SC); *Upon Further Reflection* (UFR); *Recent Issues in the Analysis of Behavior* (RIAB).

Duas consequências podem ser extraídas dessa citação: i) É preciso resolver os mal-entendidos sobre o Behaviorismo, antes de resolver os problemas da sociedade; e ii) um passo

importante para compreender o seu Behaviorismo é corrigir essas incompreensões. *About Behaviorism* pode ser interpretado como uma reação de Skinner às incompreensões dos críticos sobre o que é o Behaviorismo. Isso explicaria o porquê Skinner começa a introdução do livro listando 20 declarações equivocadas que tradicionalmente faziam (ou fazem) sobre o seu Behaviorismo e no último capítulo, *Summing Up*, ele termina corrigindo todas as declarações equivocadas daquela lista. Logo, Skinner usou extensamente as palavras-chave no *About Behaviorism* para tornar a posição dos behavioristas radicais mais compreensiva e, assim, dar condições para que a tecnologia comportamental pudesse resolver os problemas da sociedade.

Com uma média de 0,88 menções por página, o artigo *The Place of Feeling in the Analysis of Behavior* abarca a discussão de como os behavioristas podem compreender os sentimentos. É um erro dizer que “os behavioristas não devem ter sentimentos, ou pelo menos admitir que os têm. Das muitas maneiras pelas quais o Behaviorismo tem sido mal compreendido por tantos anos, essa é talvez a mais comum” (Skinner, 1989, p. 3). Essa incompreensão afeta também a própria área quando novos analistas do comportamento evitam falar sobre sentimentos: “jovens behavioristas se notam barrados de falar livremente sobre seus sentimentos porque aqueles que compreenderam mal o Behaviorismo os ridicularizou quando o fizeram” (Skinner, 1989, p. 8). Portanto, novamente, Skinner fala de Behaviorismo tentando esclarecer algumas incompreensões que os críticos e os behavioristas podem ter sobre a sua abordagem.

Com uma média de uma menção por página, o artigo *Laurence Smith's Behaviorism and Logical Positivism* é um dos artigos com maior frequência das palavras-chave. O artigo é uma revisão feita por Skinner de um livro sobre a história do Behaviorismo e a influência do positivismo na abordagem de três neobehavioristas: Clark L. Hull, Edward Tolman and Skinner.

Em linha gerais, Skinner usa as palavras-chave para discutir as influências de Ernst Mach no seu Behaviorismo e diferenciá-lo do Behaviorismo de Hull e Tolman.

Por fim, o artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms*, republicado em *Cumulative Record*, trata sobre a possibilidade de operacionalizar termos psicológicos como respostas verbais. Desde 1934, quando Skinner discutiu com Whitehead sobre o comportamento verbal, Skinner começou a escrever rascunhos do livro *Verbal Behavior*, o qual seria lançado 20 anos depois. Muitas das teses que aparecem no artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms* estão contidas em *Verbal Behavior*: “Eu adaptei parte do manuscrito de *Verbal Behavior* e o chamei de *The Operational Analysis of Psychological Terms*” (Skinner, 1979, p. 188). Portanto, parte do que Skinner está fazendo no artigo é um exercício de interpretação desses termos psicológicos, assim como foi feito no *Verbal Behavior*. Contudo, no artigo, Skinner (1945) diferencia a sua interpretação dos termos psicológicos, como respostas verbais, do Behaviorismo metodológico e a sua análise operacional de conceitos mentalistas da psicologia tradicional.⁵

No início do texto, Skinner diz que o operacionalismo foi importante para a psicologia, no entanto, os behavioristas da época (behavioristas metodológicos) estavam ocupados tentando operacionalizar os conceitos mentalistas da psicologia tradicional. O que Skinner propõe neste artigo é que seja feita uma análise comportamental dos termos psicológicos como respostas verbais. A diferença de significado entre cada resposta verbal (dor, tristeza, raiva etc.) depende

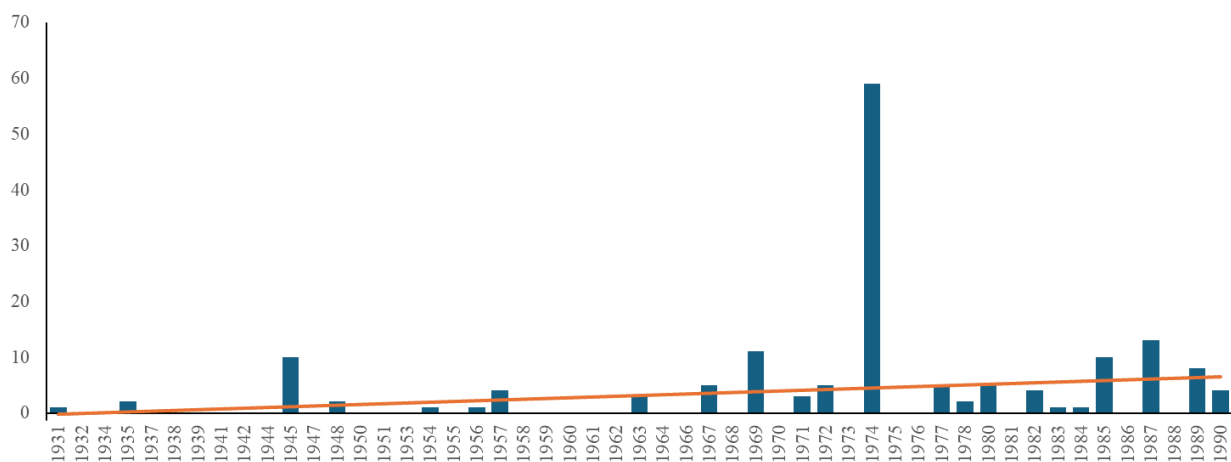
⁵ A expressão *Radical behaviorism* não apareceu no artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms*, mas na seção de comentários chamada *Rejoinders and second thoughts*. Na republicação do artigo no *Cumulative Records*, o comentário do *Rejoinders and second thoughts*, que contém a expressão *Radical behaviorism*, é reconhecido pelo próprio Skinner como uma parte separada do artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms*. Sendo assim, é falso dizer que a expressão *Radical behaviorism* foi usada pela primeira vez por Skinner no artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms*.

da interrelação entre os três termos da contingência: o contexto, a resposta verbal e a consequência.

O gráfico de barras, na Figura 3, apresenta todos os anos de publicação de livros e os anos originais dos artigos republicados em livros compilados de artigos pela quantidade de menções das palavras-chave naquele ano. Ou seja: estão incluídos na sua abscissa tanto os anos que Skinner publicou material em livros mencionando as palavras-chave, quanto os anos que ele publicou material em livros, mas não usou as palavras-chave.

Figura 3

Quantidade de Palavras-chave por Texto Publicado com a Linha de Tendência



Encontra-se na Figura 3 três informações relevantes: i) a linha de tendência; ii) os anos com textos teóricos publicados, mas sem menções das palavras-chave; e iii) as ocorrências de palavras-chave antes de 1945. Sobre a linha de tendência, foi feito uma regressão linear simples para verificar se houve um aumento no uso das palavras-chave ao longo do tempo. O seu coeficiente angular é 0,13 e um valor p de 0,1. Sendo assim, embora Andery et al. (2004) mostre que há um aumento significativo de artigos teóricos ao longo dos anos, não é possível afirmar que houve uma tendência na quantidade de menções de Behaviorismo por conta do alto valor de

p. Por outro lado, se o gráfico for dividido ao meio no ano de 1962, nota-se que o primeiro período contém sete publicações, enquanto o segundo período contém 16 publicações. Isso significa que, levando em consideração apenas a frequência de publicações, observa-se uma tendência por parte de Skinner em publicar textos em que aparecem as palavras-chave.

A Figura 3 também indica que há anos com publicações teoricamente relevantes, mas que consta pouca ou nenhuma menção das palavras-chave, por exemplo: *Science and Human Behavior*, publicado em 1953; *Verbal Behavior*, publicado em 1957; e *Beyond Freedom and Dignity*, publicado em 1971. Essas obras têm um papel importante para os analistas do comportamento, contribuindo para a compreensão do que é o Behaviorismo skinneriano. Embora não seja possível saber quais eram as causas que controlavam o comportamento verbal de Skinner com as informações obtidas pelo método, é possível levantar algumas hipóteses para explicar a baixa ocorrência nessas obras.

Uma possível razão para não haver menções no livro *Science and Human Behavior* é que Skinner escreveu o livro para leigos no assunto e não para cientistas. No ano de 1948, Skinner retorna a Harvard para lecionar uma disciplina sobre o comportamento humano. No entanto, ele não tinha um texto didático para guiar suas aulas. Por conta disso, após dois anos ministrando essa disciplina, Skinner planejou publicar um livro introdutório: “frente a frente com mais de quatrocentos estudantes leigos (homens e mulheres), eu vi com mais clareza o que um texto assim significaria, logo comecei a escrevê-lo” (Skinner, 1983, p. 44).

Considerando os assuntos tratados em *Science and Human Behavior*, não é nenhuma surpresa que a ementa do seu curso oferecia os seguintes tópicos: “Uma revisão crítica das teorias do comportamento humano contidas nas filosofias atuais de governo, educação, religião, arte e terapia, e uma sondagem geral sobre o conhecimento científico relevante, com ênfase na

previsão e controle práticos do comportamento” (Skinner, 1983, p. 15). Apesar de Skinner expor interpretações originais sobre diversos assuntos da filosofia em seu livro, ele foi escrito para estudantes leigos que estavam sendo introduzidos na Análise do Comportamento, e não para cientistas interessados em discutir problemas sobre o que criaria a identidade do Behaviorismo. Portanto, uma discussão sobre o Behaviorismo não cabia em um livro introdutório à Análise do Comportamento.

O próximo livro com poucas menções é *Verbal Behavior*. As únicas menções das palavras-chave aparecem apenas no final do livro, quando Skinner relata as várias influências em seu próprio comportamento verbal ao escrever o livro. Uma possível explicação para esse fato é que o objetivo do livro era avançar interpretações sobre o comportamento verbal, em vez de discutir sobre o Behaviorismo. De acordo com Skinner (1957a), o que é debatido no livro é uma extensão das formulações derivadas de experimentos científicos.⁶ Por isso, Skinner considera seu livro como um exercício de interpretação: “a presente extensão ao comportamento verbal é, portanto, um exercício de interpretação, ao invés de uma extrapolação quantitativa de resultados experimentais rigorosos” (Skinner, 1957a, p. 11). Se os princípios que regem o comportamento humano são os mesmos que estão expostos no livro *Science and Human Behavior* e o comportamento verbal continua sendo comportamento, então é possível fazer interpretações válidas sobre o comportamento verbal (Skinner, 1957a). Portanto, se for considerado que é papel do Behaviorismo produzir interpretação (como será avaliado adiante), então o Behaviorismo não poderia ser o assunto do livro, mas o pressuposto em que uma descrição do comportamento verbal é construída.

⁶ Sua justificativa para a ausência de evidência experimental é que a sua “formulação [do comportamento verbal] é inerentemente prática e sugere aplicações tecnológicas imediatas em praticamente cada passo” (Skinner, 1957a, p. 12). Embora Skinner esteja fazendo “um exercício de interpretação”, essa interpretação poderia ser facilmente complementada com pesquisas científicas quando os experimentos apropriados surgirem.

De acordo com a Figura 3, *Beyond Freedom and Dignity* contém apenas duas menções das palavras-chave. Em *A New Preface to Beyond Freedom and Dignity*, Skinner (1989) diz que um dos motivos para escrever o livro foi divulgar que a ciência do comportamento poderia ajudar nas soluções dos problemas do mundo: “Eu estava perguntando por que não estavam utilizando nenhuma ciência comportamental” (p. 113), e uma das razões para isso era que as pessoas se dedicavam muito a liberdade e dignidade como posses pessoais. Não importava para Skinner (1989) se os seres humanos são determinados ou se as pessoas mereciam créditos pelo que elas fazem: “Eu não estava discutindo a questão do determinismo. Se uma pessoa era realmente livre ou não tinha pouco a ver com se uma pessoa se *sentia* livre, e a luta histórica pela liberdade era uma luta pelo sentimento, não pelo fato” (p. 113, grifo do autor). Se todos os filósofos chegassem a um acordo sobre a existência ou não do livre-arbítrio, isso não mudaria o sentimento das pessoas, *sentindo-se* mais livres em algumas ocasiões e menos livres em outras.

Para que as pessoas continuassem a desfrutar desse sentimento de liberdade, era necessário que a Análise do Comportamento pudesse contribuir na solução dos problemas do mundo. O ponto do livro, segundo Skinner, era que a liberdade e a dignidade, como possessões pessoais, entravam no caminho de um estudo científico do comportamento humano. Nas palavras de Skinner (1983): “O tema [do livro] era central para o meu projeto do *Career Award* e para o Behaviorismo. Dignidade e liberdade, como possessões pessoais, estavam no caminho de um tratamento científico do próprio comportamento que se dizia demonstrar sua posse” (p. 308). Contudo, se o tema do livro é importante para o Behaviorismo, por que há tão poucas menções?

Uma possível explicação é que esse livro tem a função de divulgar o que a ciência do comportamento poderia fazer pela sociedade, se ela parasse de compreender a liberdade e dignidade como posses pessoais. Portanto, embora o livro possa ser considerado uma obra

filosófica por contestar teses filosóficas, o seu assunto não é a sua própria filosofia, ou seja, não é uma discussão sobre o Behaviorismo em si.

Novamente, é reiterado aqui que essas hipóteses têm apenas a função de tentar dar uma explicação plausível para aquilo que poderia ter sido apenas um “capricho” de Skinner. Por exemplo, pode ser o caso de que Skinner só usava mais as expressões nos textos que ele queria defender o Behaviorismo, mas não julgava ser necessário usar as expressões em outras obras, embora essas obras também fossem importantes para o desenvolvimento do Behaviorismo. Outras explicações também poderiam ter sido elaboradas para a ausência das expressões nesses textos teóricos, mas coletar as informações necessárias para uma explicação mais robusta fugiria do escopo dessa pesquisa.

Sobre a terceira informação relevante, observa-se na Figura 3 que há textos publicados antes de 1945 com menções às palavras-chave. O artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms* de 1945 é considerado pela literatura da área (e.g., Sério, 2005; Cruz & Cillo, 2008; Marçal, 2010; Marr, 2011; Carrara & Strapasson, 2014) um marco para falar sobre a origem do Behaviorismo radical. No entanto, uma problematização sinalizada na Introdução é que o Behaviorismo skinneriano estava sendo desenvolvido antes de 1945, uma vez que Schneider e Morris (1987) mencionam que a expressão *Radical behaviorism* foi usada por Skinner, pela primeira vez, no ano de 1931 em uma obra não publicada chamada *Sketch for an Epistemology*: “Nesse *Sketch*, Skinner fez uma distinção não incomum entre o que ele chamou de ‘Behaviorismo radical’ (sua própria visão) e ‘Behaviorismo metodológico’” (p. 33). Corroborando com esse trecho, em sua autobiografia, Skinner comenta que esse texto já discutia sobre o Behaviorismo: “Meu *Sketch* ganhou uma forma mais completa em julho de 1933, quando

escrevi para Fred de Monhegan, ‘Estou trabalhando em um livro (publicação incerta) sobre o Behaviorismo. Uma reformulação do argumento central’” (Skinner, 1979, p. 76, grifo nosso).

As menções das palavras-chave em 1931 e 1935, embora em baixa quantidade, são mais uma evidência para o argumento de que o Behaviorismo skinneriano já estava sendo formulado nessa época, principalmente quando considera-se que o artigo de 1935, *The Generic Nature of the Concepts of Stimulus and Response*, fazia parte da obra não publicada *Sketch for an Epistemology*: “Eu desenvolvi as mesmas questões [definição de estímulo e resposta] em um artigo submetido naquele verão intitulado *The Generic Nature of the Concepts of Stimulus and Response*, a única parte do meu *Sketch for an Epistemology* a ser publicado” (Skinner, 1979, p. 92). Portanto, para fazer uma avaliação mais minuciosa do desenvolvimento inicial do Behaviorismo skinneriano, foi feita uma análise detalhada dos trechos que continham as palavras-chave nos dois artigos publicados na década de 1930: *The Concept of the Reflex in the Description of Behavior* (Skinner, 1931) e *The Generic Nature of the Concepts of Stimulus and Response* (Skinner, 1935).

Em uma apresentação ao artigo de 1931, publicada no *Cumulative Record*, Skinner destaca três pontos importantes do artigo *The Concept of the Reflex in the Description of Behavior*: i) admite que antecede a discussão do artigo de 1945, fazendo uma análise operacional dos termos *reflexo*, *drive*, *emoção* e outros, considerando o organismo como um todo; ii) destaca os limites de ter defendido o conceito de reflexo em 1931, e sugere que o conceito de operante resolve as limitações impostas pelo conceito de reflexo; e iii) introduz um programa para estudar os termos citados anteriormente e fórmulas que descrevem o reflexo para uma análise científica do comportamento (Skinner, 1931).

Skinner menciona o termo *Behaviorism* no artigo de 1931 da seguinte forma: “O reflexo, como conceito na descrição do comportamento, recebeu um grande apoio do Behaviorismo” (Skinner, 1931/1999b, p. 487). Um dos problemas do conceito reflexo é que, além de ser estudado pelo Behaviorismo, ele também é estudado pela fisiologia. Sendo assim, Skinner propõe, influenciado por Mach, que o reflexo seja definido como a descrição da correlação entre um estímulo e uma resposta. A fisiologia, por sua vez, estudaria os eventos físico-químicos que medeiam a relação entre o estímulo e a resposta. No entanto, Skinner delimita a influência da fisiologia na investigação do comportamento reflexo como correlação: “Não há nada na fisiologia do reflexo que coloque em xeque a natureza do reflexo como uma correlação” (Skinner, 1931/1999b, p. 492). E ele termina o artigo separando o Behaviorismo da fisiologia reflexa como campos diferentes de investigação:

Não devemos deixar de reconhecer uma distinção fundamental entre os dois campos [Behaviorismo e fisiologia reflexa], que é baseada principalmente em uma diferença de objetivos imediatos. Uma busca uma descrição do reflexo em termos de eventos físico-químicos, o outro uma descrição do comportamento em termos do reflexo. (p. 493)

Em 1935, no artigo *The Generic Nature of the Concepts of Stimulus and Response*, Skinner continua essa discussão diferenciando os conceitos utilizados pelos behavioristas, ao descrever o comportamento, dos fenômenos estudados pelos fisiologistas do reflexo. É um erro, para Skinner, que os fisiologistas construam seus conceitos a partir de inferências do comportamento e, principalmente, explicar o comportamento a partir dessas inferências:

Ao longo desta discussão, mantivemos nossa intenção de lidar com o reflexo e seus processos associados exclusivamente no nível comportamental. Não fizemos

referência a eventos intermediários no sistema nervoso central, e, aqui como em outros lugares, isso aparentemente não causou o menor inconveniente . . . se [reflexo, discriminação, estímulo etc.] são aspectos reais do comportamento (se nada deu errado em nossa análise), eles também devem ser aspectos da atividade do sistema nervoso central, que é um assunto para o fisiologista do reflexo descobrir – por outro meio do que uma inferência do comportamento. Esta é uma divisão de trabalho que deveria ser tão satisfatória para o fisiologista quanto para o behaviorista. (Skinner, 1935/1999c, p. 522)

O objetivo do artigo, então, é lidar com esses conceitos “exclusivamente no nível comportamental”, sem depender de conceitos da fisiologia. Ao mesmo tempo, Skinner procurou preservar o rigor e a reprodutibilidade do método das ciências naturais no campo do comportamento. Para tanto, ele também usa o termo *Behaviorism* para destacar a necessidade de operacionalizar as classes de respostas e de estímulos. O vocabulário da linguagem ordinária, na sua maioria, é adequado para uma pesquisa científica. Acidentalmente, um cientista pode até ter dados consistentes quando trabalha com uma classe de resposta ou de estímulo mal definidas, pois sua comunidade verbal o treinou a responder a esses conceitos de forma consistente, a partir de propriedades idiossincráticas. No entanto, se um segundo cientista for reproduzir o experimento, ele irá encontrar dificuldades, pois passou por outro treinamento verbal e não irá ficar sob controle dos mesmos estímulos e respostas como instâncias das classes consideradas pelo primeiro pesquisador. Sendo assim, Skinner exige que seja feita uma operacionalização ou pelo menos uma demonstração que todos os termos da linguagem ordinária a serem usados para descrever um experimento possam, de fato, ser usados para descrever conceitos cientificamente válidos. Isso é importante para o Behaviorismo, embora alguns desses termos sejam

acidentalmente válidos: “Essa restrição ao uso do vocabulário popular no Behaviorismo muitas vezes não é percebida porque a legitimidade parcial do termo popular frequentemente resulta em alguma consistência experimental” (Skinner, 1935/1999c, pp. 520-521).

Em conclusão, Skinner introduz, desde a década de 1930, duas discussões importantes ao seu Behaviorismo: a operacionalização dos termos da sua teoria e o tratamento do comportamento como um objeto de estudo por ele mesmo, sem depender de conceitos da fisiologia para explicá-lo.

Corroborando com o argumento de que o Behaviorismo skinneriano já estava sendo desenvolvido nessa época, no artigo *Laurence Smith's Behaviorism and Logical Positivism* que já foi explorado para explicar a Figura 2, Skinner (1989) faz uma análise crítica do livro de Smith, que apresenta uma história crítica das eventuais relações entre Behaviorismo e Positivismo lógico. Em boa parte do artigo, Skinner tenta mostrar que o seu Behaviorismo, desde a década de 1930, era diferente do Behaviorismo de Hull e Tolman:

Nos anos 1930, o Behaviorismo se dividiu em três. . . Eu me diferenciei tanto de Tolman quanto de Hull ao seguir uma linha estritamente machiana, na qual o comportamento foi analisado como um objeto de estudo por ele mesmo, como uma função de variáveis ambientais, sem fazer referência à mente ou ao sistema nervoso. (Skinner, 1989, p. 110)

Ainda que implicitamente, Skinner admite que, na década de 1930, um dos Behaviorismos que estava se separando era o seu próprio, corroborando com a hipótese de que um Behaviorismo skinneriano já estava sendo desenvolvido antes de 1945.

Caracterização do Behaviorismo Skinneriano

A segunda análise busca responder à pergunta “O que é o Behaviorismo skinneriano?”, construindo uma definição da expressão com base nos textos de Skinner. Foram identificadas duas definições de Behaviorismo na perspectiva do autor: como uma filosofia e como responsável pela compreensão, ou interpretação, do comportamento. No fim, diferentes características dessas definições serão integradas na tentativa de dar uma definição unificada ao Behaviorismo skinneriano.

É uma Filosofia

Skinner define o Behaviorismo como uma filosofia da ciência pela primeira vez no artigo *Behaviorism at Fifty* em 1963 que foi republicado nas obras *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis* e *Skinner for the Classroom*.⁷ Nesse artigo, Skinner indica a necessidade de esclarecer a posição do Behaviorismo, principalmente para os novos behavioristas que não participaram da discussão sobre as questões básicas da psicologia. Para tanto, já no início do texto, ele fornece uma definição positiva de Behaviorismo, como a filosofia da ciência, e uma definição negativa, distinguindo-o da ciência: “Behaviorismo, com ênfase na última sílaba, não é o estudo científico do comportamento, mas uma filosofia da ciência preocupada com o objeto de estudo e métodos da psicologia” (Skinner, 1963/1969b, p. 209).

A partir de 1963, Skinner continuou a definir o seu Behaviorismo como a filosofia da ciência do comportamento humano: “O Behaviorismo que eu apresento neste livro [*About Behaviorism*] é a filosofia dessa versão especial de uma ciência do comportamento” (Skinner, 1974, p. 8); “Para mim o Behaviorismo é um caso especial da filosofia da ciência que tomou

⁷ Esse texto passou por modificações quando republicado nesses livros. Na obra *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*, Skinner (1969a) republicou esse artigo com menos parágrafos e com notas adicionais que não estavam presentes no texto original de 1963. Já em *Skinner for the Classroom* (Skinner, 1982), o texto de 1963 foi republicado sem modificações.

forma nos escritos de Ernst Mach, Henri Poincaré e Percy Bridgman” (Skinner, 1982, p. 32); “A psicologia é um ramo da ciência. O Behaviorismo é a filosofia dessa ciência, é o modo como os behavioristas a vêem” (Skinner, 1989, p. 122). Mas o que significa dizer que o Behaviorismo é uma filosofia? Em outras palavras, a definição de Behaviorismo como filosofia da ciência do comportamento desloca a questão para as características dessa filosofia, uma vez que, ao definir o Behaviorismo, Skinner caracterizou essa filosofia de diferentes maneiras.

Uma filosofia despreocupada com questões ontológicas tradicionais.

De forma geral e sem fazer distinção com a metafísica, a ontologia tradicional, segundo Oliveira (2014), tenta responder três perguntas: i) qual é a natureza das coisas (ente *qua* ente)?; ii) Como é possível categorizá-las?; e iii) como explicar a multiplicidade do mundo a partir de teorias unificadoras e universais?

Uma primeira característica do Behaviorismo como filosofia da ciência do comportamento já se encontra em *Behaviorism at Fifty* quando Skinner deliberadamente se recusa a responder às primeiras duas perguntas da ontologia tradicional:

Behaviorismo, com ênfase na última sílaba, não é o estudo científico do comportamento, mas uma filosofia da ciência preocupada com o objeto de estudo e métodos da psicologia. . . A questão básica não é sobre a natureza do estofó que compõe o mundo, ou se o mundo é composto por uma ou duas coisas, mas sobre as dimensões dos objetos estudados pela psicologia e os métodos relevantes para estudá-los. (Skinner, 1963/1969b, p. 221)

Esse trecho, então, mostra que o seu Behaviorismo não tem interesse em responder questões sobre a natureza das coisas e, conseqüentemente, categorizá-las. Em relação à pergunta

(ii), nas notas incluídas na republicação do texto como capítulo em *Contingencies of Reinforcement*, Skinner (1969a) se mostra indiferente a ontologias que buscam unificar e construir uma compreensão racional da totalidade do real. Para tanto, ele apresenta uma (dis)solução para a ontologia monista idealista de George Berkeley e as ontologias dualistas:

É simples demais parafrasear a alternativa behaviorista dizendo que há apenas um mundo e que esse mundo é o mundo da matéria, pois a palavra “matéria” não é *mais útil*. Seja qual for o estofô que o mundo é feito, ele contém organismos (dos quais nós somos um exemplo) que respondem a outras partes do mundo e, então, o conhecem em um sentido não muito distante de estar em “*contato*”. (1969a, p. 248, grifo nosso)

Skinner até mesmo descartou a ontologia materialista com base no critério de utilidade. As questões ontológicas tradicionais não têm relevância para o Behaviorismo porque, no fim, elas não são úteis para a prática científica. Sem contar que levantar uma bandeira em defesa de uma ontologia materialista comprometeria o Behaviorismo aos problemas e questões dessa corrente filosófica. Contudo, se o Behaviorismo é indiferente à ontologia tradicional, por que Skinner rejeita a existência de um mundo mental? Por que não apenas ignorar as discussões inúteis da ontologia mentalista? A resposta de Skinner (1969a) é a seguinte:

Um Behaviorismo radical nega a existência de um mundo mental, não porque contesta ou inveja um concorrente, mas porque aqueles que afirmam estar estudando o outro mundo necessariamente falam sobre o mundo do comportamento de maneiras que entram em conflito com uma análise experimental . . . e porque têm o peso de uma longa tradição ao seu lado, eles [mentalistas] são ouvidos pelos não especialistas. (p. 267)

Skinner reduz a discussão da ontologia tradicional à discussão sobre o comportamento verbal. A saber, Skinner não ataca o mundo mental porque se posiciona como um adversário, i.e., defendendo um tipo de materialismo, mas porque quando cientistas mentalistas tentam explicar o comportamento falando de um mundo mental, eles se comportam de forma diferente do que o behaviorista, chamando a atenção da população com um discurso retoricamente mais atrativo. Sendo assim, o conflito com a existência do mundo mental é tratado no nível comportamental e não no nível das discussões tradicionais da ontologia.

Isso explicaria o porquê Skinner (1963/1969b), quando define o Behaviorismo como a filosofia da ciência, mostra preferência por questões epistemológicas (objeto de estudo e método da psicologia) em detrimento de questões ontológicas tradicionais. A filosofia tradicional pode até tentar responder questões sobre o que existe ou sobre o estofo do mundo, mas o Behaviorismo está mais interessado no melhor caminho para conhecer os fenômenos psicológicos (objeto de estudo e método da psicologia) e explicar a aquisição do conhecimento científico em termos comportamentais.

Uma filosofia interessada por questões epistemológicas da psicologia científica.

Como indicado na seção anterior, uma das definições de Skinner é que o Behaviorismo é uma epistemologia preocupada com o objeto de estudo e os métodos da psicologia (Skinner, 1963/1969b). Considerando que a epistemologia lida com questões sobre como o conhecimento é possível e qual é o objeto do conhecimento (Dancy, 1985), Skinner se debruçou sobre questões epistemológicas quando tentou esclarecer em seus escritos como é possível adquirir conhecimento sobre o comportamento por meio do método científico e quais são as características desse objeto de estudo.

Não é nenhuma surpresa que, para Skinner (1953/2005b), o objeto de estudo da psicologia é o comportamento (ver p. 15). Todavia, para o autor, o objeto do conhecimento são tanto os comportamentos (de animais, de pessoas comuns etc.), quanto o próprio conhecer é analisado como um comportamento (Skinner, 1974). Para esclarecer como funciona essa epistemologia comportamental, foi analisado como Skinner discute o Behaviorismo no contexto de quatro tipos de comportamentos importantes para essa epistemologia: o inconsciente, o consciente, o intuitivo e o racional.

Entretanto, antes de começar a análise, é preciso tomar cuidado com o uso desses termos, pois os seus significados dependem do contexto em que eles são usados. Esses termos aparecem em teorias mentalistas e na linguagem cotidiana, por isso, suas traduções comportamentais não são usadas sempre da mesma forma por Skinner. Por exemplo, Skinner (1974) reconhece que o conceito de consciência pode significar tanto estar sensível aos efeitos do ambiente (animais podem estar conscientes nesse sentido), quanto o responder verbal de um indivíduo estar sob controle do seu próprio comportamento (apenas humanos treinados por uma comunidade verbal podem ser conscientes nesse sentido).

Quando Skinner (1974) discute o comportamento inconsciente, ele o contrapõe com o comportamento consciente de um indivíduo treinado pela comunidade verbal. Estar consciente, então, é responder ao seu próprio comportamento (e.g., ser capaz de descrever o próprio comportamento ou justificar as suas ações). Para que o indivíduo fique sob controle do seu próprio comportamento é preciso que a comunidade verbal planeje as contingências que estabeleçam os comportamentos do indivíduo de observar e reagir ao seu próprio comportamento (ver Skinner, 1974, p. 153). Portanto, é nesse sentido que os comportamentos dos animais e uma

grande parte dos comportamentos humanos podem ser considerados inconscientes e, por isso, podem ser investigados pelos behavioristas:

Muitas vezes é dito, especialmente pelos psicanalistas, que o Behaviorismo não pode lidar com o inconsciente. O fato é que, para começar, ele só lida com isso. As relações de controle entre comportamento, variáveis genéticas e variáveis ambientais são todas inconscientes enquanto não forem observadas . . . O que o Behaviorismo rejeita é o inconsciente como uma entidade e, obviamente, ele também rejeita a mente consciente como uma entidade. (Skinner, 1974, pp. 153-154)

Em relação ao caráter “intuitivo” do comportamento, Skinner (1974) compara dois tipos de comportamentos: o comportamento racional e o comportamento “intuitivo”. No entanto, assim como acontece com o comportamento consciente, “racionalidade” é um termo mentalista que aparece recorrentemente na literatura da filosofia, logo, o comportamento racional pode ser interpretado de várias maneiras. Destaca-se aqui duas formas diferentes: como dedução e como indução.

O comportamento racional como dedução faz referência a formação de conclusões a partir de *provas lógico-matemáticas*, que é da alçada dos lógicos e matemáticos, e o comportamento “intuitivo”, que está sob controle das contingências que é da alçada dos behavioristas. Os dois comportamentos, criar formulações matemáticas verdadeiras (comportamento “intuitivo”) e produzir conclusões a partir de provas matemáticas (comportamento racional), são apenas dois comportamentos que passaram por processos diferentes:

A extração de regras foi evidentemente uma etapa secundária [que veio depois do estágio “intuitivo”]. No entanto, é uma etapa muito mais explícita e,

consequentemente, mais provável de ser analisada por lógicos ou matemáticos. O estágio inicial “intuitivo”, o qual cabe ao behaviorista, é consideravelmente mais difícil. Nada pode ser feito a respeito disso; é reconhecidamente um campo difícil. (Skinner, 1974, p. 135)

Partilhando da mesma opinião, os lógicos se mantêm afastados da característica “intuitiva” do comportamento. Por exemplo, Mortari (2001) diz que:

Habitualmente não tomamos consciência de que estamos raciocinando, nem do modo de funcionar desse processo. Muitas vezes não sabemos nem mesmo explicar como chegamos a alguma conclusão; o processo parece se dar de modo mais ou menos inconsciente . . . aconteça conscientemente ou inconscientemente, *o raciocínio é um processo mental*. Porém, não é de interesse da lógica investigar como esse processo ocorre . . . [a lógica] se interessa primeiramente pela questão de se aquelas coisas que sabemos ou em que acreditamos – o ponto de partida do processo – de fato constituem uma boa razão para aceitar a conclusão alcançada. (pp. 5-6, grifo nosso)

Mortari (2001) usa a palavra ‘raciocínio’ para referenciar aquilo que Skinner chama comportamento “intuitivo”. Não há dúvida para o psicólogo de que perguntas como ‘O que é uma prova?’ e ‘Por que demonstrações são necessárias?’ são mais bem respondidas pelo campo da filosofia da lógica ou da matemática (Skinner, 1974). Os behavioristas estão interessados nas contingências que produzem comportamentos “intuitivos”. Por exemplo, ao discutir sobre a capacidade de Isaac Newton de criar “intuitivamente” fórmulas matemáticas verdadeiras para, só depois de criá-las, “enfeitar” essas fórmulas com provas matemáticas, Skinner comenta:

Estou simplesmente tentando sugerir os tipos de processos comportamentais encontrados nesses campos tradicionais. Já foi frequentemente observado que uma

formulação lógica ou matemática [conjunto de provas] segue uma grande conquista intelectual em vez de produzi-la. (Skinner, 1974, p. 135)

O behaviorista, então, está interessado apenas nas perguntas que envolvem analisar as contingências em que o comportamento “intuitivo” de Newton está inserido, uma vez que as conquistas intelectuais de Newton não podem ser atribuídas à lógica ou à matemática, mas a essas contingências. Ao qualificar alguns comportamentos como intuitivos, Skinner se afasta do campo da lógica que busca por provas matemáticas e lógicas.⁸

É importante esclarecer que o comportamento racional como dedução e o comportamento “intuitivo” são, no fim, comportamentos e a diferença entre eles reside apenas na relação das suas respostas com diferentes partes do mundo, as quais convencionalmente descrevemos como “intuitivas” ou “racionais”. Skinner (1974) se afasta da intuição como uma explicação mística de

⁸ Skinner não abandona a possibilidade de analisar o comportamento racional dos lógicos e matemáticos. O que ele abandona é a *análise lógica-matemática*, em vez disso, ele sugere que as formulações matemáticas verdadeiras sejam compreendidas por uma *análise comportamental*. A análise comportamental do behaviorista possui, pelo menos, uma vantagem sobre a análise matemática-lógica dos matemáticos e lógicos: é sabido que cada um desses campos do conhecimento responde a problemas próprios do seu campo, mas os campos da lógica e matemática tem sérios problemas em lidar com a autoanálise. No campo da ciência do comportamento, uma autoanálise, no pior dos casos, pode ocasionar um regresso ao infinito, pois sempre um comportamento que analisa pode ser, por sua vez, analisado. No entanto, é possível parar esse regresso ao infinito se perguntando até que ponto dessa cadeia de comportamentos é útil analisar (Skinner, 1974). Por outro lado, as ferramentas lógicas e matemáticas são incapazes de lidar de forma consistente com alguns paradoxos e é comum aparecer problemas de autorreferência na matemática e lógica. Alguns exemplos: o paradoxo semântico ‘Essa sentença é falsa’ ainda traz muitos problemas para os lógicos. Russell acabou com todo o projeto logicista de Frege apontando um problema de autorreferência na lei básica V, produzindo o paradoxo do conjunto que contém todos os conjuntos que não contém a si mesmos (MacFarlane, 2002). Mapeando o enunciado metamatemático autorreferenciado ‘Se esse teorema é verdadeiro, então não pode ser demonstrado’ em um sistema aritmético, Gödel mostrou que há teoremas matemáticos que são verdadeiros, mas que não podem ser demonstrados, ou seja, que os sistemas matemáticos são incompletos (Nagel & Newman, 2012). É possível tentar defender a análise lógica e matemática dizendo que os paradoxos e problemas são percebidos justamente por que as ferramentas lógicas e matemáticas são eficientes em captá-las. No entanto, é preciso considerar até que ponto elas conseguem resolver esses problemas (se não acabarem criando outros problemas no caminho) e se não são essas ferramentas que acabam criando os paradoxos e os problemas matemáticos. Sendo assim, com uma análise de comportamentos racionais dos matemáticos e lógicos, Skinner (1974) sugere que seria possível até mesmo superar essa limitação da análise lógica e matemática: “É possível que uma análise comportamental possa fornecer um novo tipo de abordagem para problemas familiares, como os paradoxos ou o teorema de Gödel” (p. 235).

comportamentos. Sua posição é *qualificar* certos comportamentos como intuitivos e, assim, conseguir explicá-los com base na contingência que os criou. Sendo assim, a intuição não é causa do comportamento. Por exemplo, Skinner considera um erro que a intuição sirva como causa do comportamento de Newton de criar formulações matemáticas: “Não ganhamos nada ao atribuir a realização de Newton à intuição ou conclusões felizes” (Skinner, 1974, p.136).

Já a diferença entre comportamento racional como indução e o comportamento intuitivo se aproxima da diferença entre comportamento sob controle de regras verbais e comportamento mantidos por contingências naturais. Diferente das teorias mentalistas que tomam a intuição, assim como o inconsciente, como uma entidade que causa (e explica) o comportamento, se comportar “intuitivamente” é um dos objetos de estudo a ser explicado pelos behavioristas:

Já foi dito que “sob as teses behavioristas, que insistiam que a linguagem era comportamento, conceitos como intuição eram considerados tão inadequados para o estudo científico quanto fantasmas ou sonhos.” No entanto, comportar-se intuitivamente, no sentido de agir como resultado de contingências não analisadas, é o ponto de partida de uma análise behaviorista. (Skinner, 1974, p. 132)

Sobre o comportamento racional como indução, Skinner (1974) dá a seguinte definição de indução:

A indução não é o processo pelo qual o comportamento é fortalecido por reforçamento; é uma análise das condições sob as quais o comportamento é reforçado. A análise pode levar a descrições que, como acabamos de ver, podem evocar comportamentos apropriados às contingências sem exposição direta a elas . . . raciocinar sobre o comportamento é uma questão de analisar as razões para o comportamento. (p. 130)

Há muito tempo, na história humana, não havia descrições verbais que faziam referência a variáveis ambientais como causa do comportamento, mas, ainda assim, o comportamento das pessoas eram mantidos por contingências não analisadas. A ciência, então, surgiu depois analisando essas contingências. Essas análises produzem leis sobre os processos comportamentais que aumentam as chances de que comportamentos efetivos surjam. Portanto, embora Skinner (1974) rejeite a busca por *razões lógicas e matemáticas*, há muito tempo ele reconhece o quão relevante é, para a prática científica, analisar os seus próprios comportamentos racionais, i.e., o comportamento de buscar *razões científicas*. Por exemplo, em *Walden two*, Skinner (1948/2005a) não só já considerava o comportamento do cientista analisável, como também vislumbrava a possibilidade de planejar o comportamento científico:

‘Um dia vamos descobrir não apenas o que torna uma criança matemática, mas como criar matemáticos melhores! Se não conseguimos resolver um problema, podemos criar pessoas que conseguem! E artistas melhores! E artesãos melhores!’ Ele [Frazier] riu e acrescentou discretamente, ‘E melhores behavioristas, suponho!’ (p. 239)

Mas o que torna um comportamento *cientificamente* racional? Se um indivíduo está lavando louça ou fazendo qualquer atividade cotidiana, é muito provável que seu comportamento seja inconsciente, por não estar respondendo ao seu próprio comportamento, e “intuitivo” (não-racional) por não estar analisando as contingências que seu comportamento está inserido. No entanto, quando ele começa a observar o seu próprio comportamento, ele se engaja em um comportamento consciente. Se ele também começar a analisar as contingências nas quais seu comportamento está inserido, descobrindo as variáveis controladoras, ele descobre o porquê seu

comportamento está sendo emitido. O seu comportamento, então, deixa de ser só consciente para também se tornar racional. Essa diferença é feita de forma mais clara no seguinte trecho:

Todo comportamento, eficaz ou não, é inicialmente não-racional no sentido de que as contingências responsáveis por ele não foram analisadas. Todo comportamento é inicialmente inconsciente, mas pode se tornar consciente sem se tornar racional: uma pessoa pode saber o que está fazendo sem saber *por que* está fazendo isso. (Skinner, 1974, pp. 130-131, grifo nosso)

Nessa citação, distingue-se os quatro tipos de comportamentos: os comportamentos inconsciente e “intuitivo” (não-racional), que são compartilhados com animais de outras espécies; o comportamento consciente, que é compartilhado por todos os seres humanos com linguagem; e o comportamento racional, que é compartilhado pelos cientistas. No entanto, Skinner (1974) deixa claro que a análise dos comportamentos racionais do cientista não é uma tarefa fácil e essa empreitada ainda está no início:

O comportamento do lógico, matemático e cientista é a parte mais difícil do campo do comportamento humano e possivelmente o fenômeno mais sutil e complexo já submetido a uma análise lógica, matemática ou científica. Contudo, só porque ainda não foi bem analisado, não devemos concluir que se trata de um tipo diferente de campo, a ser abordado apenas com um tipo diferente de análise. (p. 235)

O papel do analista do comportamento é analisar as contingências e descobrir as “razões”, ou causas, de um comportamento; porém, quando o próprio comportamento racional do behaviorista começar a ser analisado, ele se tornará seu próprio objeto de estudo. Por exemplo, o livro *Verbal Behavior* contém uma análise do comportamento verbal. Skinner (1982) admite que seu próprio comportamento verbal é analisável: “Frequentemente dizem que os behavioristas não

se veem da mesma forma que seus objetos de estudo . . . pelo contrário, acredito que meu comportamento ao escrever *Verbal Behavior*, por exemplo, foi precisamente o tipo de comportamento discutido no livro” (p. 29). No fim, o comportamento do cientista é um comportamento como qualquer outro. O comportamento racional como indução pode ser tanto o comportamento sob controle de regras científicas, quanto o comportamento do cientista de buscar causas e criar as regras científicas.

Inevitavelmente, uma discussão sobre o comportamento racional do cientista implica em uma discussão sobre o método da psicologia que auxilia na produção do conhecimento científico, já que a Análise do Comportamento é uma ciência que se volta para as suas próprias práticas científicas (Zuriff, 1980). Para tanto, Skinner afirma que, se a psicologia é ciência do comportamento, então o método da psicologia é o método das ciências biológicas, i.e., das ciências naturais:

O Behaviorismo, com ênfase na última sílaba, não é o estudo científico do comportamento, mas uma filosofia da ciência preocupada com o objeto de estudo e métodos da psicologia . . . Se [a psicologia] é uma ciência do comportamento de organismos, humanos ou não, então ela faz parte da biologia, uma ciência natural para a qual métodos testados e altamente bem-sucedidos estão disponíveis. (Skinner, 1963/1969b, p. 221)

Skinner enaltece os princípios metodológicos das ciências naturais porque são úteis à prática científica do behaviorista, visto que o método científico fornece mecanismos que diminuem a influência de variáveis estranhas durante os experimentos, torna mais evidente a relação entre os fenômenos de interesse e diminui a probabilidade de o cientista exagerar ou mentir sobre as suas observações (ver Skinner, 1974, p. 235). A relação entre o Behaviorismo e o

método científico é tão importante para Skinner (1987) que ele alerta para a comunidade da psicologia que, se ela continuar se afastando do Behaviorismo, ela deixará de ser científica:

Aqueles que anunciam triunfantemente a morte do Behaviorismo estão anunciando o seu próprio abandono dos princípios do método científico. Aparentemente, a psicologia está abandonando todos os esforços para se manter dentro do sistema dimensional da ciência natural. Ela não consegue mais definir seus termos apontando para referentes, muito menos referentes mensuráveis em centímetros, gramas e segundos. (Skinner, 1987, p. 160)

Não obstante, a despeito de Skinner endossar a importância do método científico para a psicologia, o método científico é apenas parte da prática científica do cientista.⁹ Corroborando com essa afirmação, Skinner diz que esses princípios metodológicos apenas *auxiliam* na construção do conhecimento científico: “A objetividade que distingue o comportamento governado por regras do comportamento gerado pela exposição direta a contingências é *auxiliada* por testes de validade, provas, práticas que minimizam influências pessoais e outras partes do método científico” (Skinner, 1974, p. 144, grifo nosso). Sendo assim, os métodos que são ensinados nos cursos avançados de metodologia científica não são suficientes para dizer em todas as situações qual é o método necessário para investigar o objeto de estudo (ver Skinner, 1999a, p. 109). Não existe um único caminho para obter conhecimento.

Por exemplo, as pesquisas experimentais de grupo e os de sujeito único possuem suas respectivas vantagens e problemas dependendo do problema de pesquisa (Cozby, 2006), mas o

⁹ Há vários livros que formalizam a estatística e os métodos científicos, mas “é um equívoco identificar a prática científica com as *construções formalizadas de estatísticas e método científico*. Essas disciplinas têm o seu lugar, mas não coincidem com o mesmo lugar da pesquisa científica” (Skinner, 1999a, p. 109, grifo nosso). A análise de comportamentos racionais, proposta por Skinner (1974), é bem distante da imagem proposta pelos filósofos da ciência que fazem uma reconstrução descontextualizada do método científico (o qual inclui axiomas, teste de hipóteses, regras dedutivas etc.).

delineamento experimental de sujeito único, o qual é recomendado por Skinner para estudar os processos comportamentais, não torna a Análise do Comportamento pseudociência só porque as outras ciências não utilizam esse método (ver Skinner, 1999a, p. 174).

A flexibilidade de Skinner em relação ao método científico é uma das razões que impedem ele seja considerado um cientista sistemático, não existe um método que precisa ser seguido à risca, mas só na medida em que o método a ser seguido seja capaz de encontrar alguma regularidade (Skinner, 1982). Então, quando Skinner (1974) diz que “seria um absurdo para o behaviorista defender que ele está de qualquer maneira livre da sua análise” (p. 234), ele sugere que seja analisado mais do que apenas os aspectos formais do método científico, mas sim o próprio comportamento racional dos cientistas, i.e., as suas práticas científicas.

Uma filosofia interessada por questões ético-políticas.

Em *About Behaviorism*, Skinner (1974) traz discussões políticas e éticas para a caracterização do Behaviorismo quando ele elenca seis questões que o Behaviorismo, como filosofia da ciência, tenta responder: (i) Uma ciência do comportamento é possível?; (ii) Ela pode explicar todos os aspectos do comportamento humano?; (iii) Quais métodos ela pode usar?; (iv) As suas leis são tão válidas como as das leis físicas e biológicas?; (v) A ciência do comportamento irá levar tecnologias? Se sim, qual papel essa tecnologia irá desempenhar nos assuntos humanos?; (vi) Muita coisa já foi dita sobre o comportamento dos seres humanos, mas quanto disso tudo vale a pena ser salvo?

Boa parte dessas questões reiteram o que Skinner já tinha falado sobre o Behaviorismo em 1969. As questões (i) a (iv) são caracteristicamente perguntas que envolvem o método e o objeto de estudo da Análise do Comportamento, i.e., questões epistemológicas. Contudo, as

questões (v) e (vi) introduzem outras características que ultrapassam a definição do Behaviorismo como uma filosofia restrita à epistemologia. A questão (v) expande o interesse do Behaviorismo aos efeitos que a ciência pode ter na sociedade, comprometendo-o a responder perguntas que vão além do ramo da epistemologia, como o ramo da filosofia política ou da ética. Corroborando com essa interpretação, Skinner (1982) define o Behaviorismo como uma filosofia interessada em várias áreas:

Estender o Behaviorismo, como uma filosofia da ciência, ao estudo do comportamento político e econômico, do comportamento de pessoas em grupos, de pessoas falando e ouvindo, ensinando e aprendendo – isso não é “psicologizar” no sentido tradicional. É apenas a aplicação de uma formulação testada a importantes partes das áreas do comportamento humano. (p. 132)

Esse trecho faz parte do artigo *Behaviorism at Fifty* republicado na obra *Skinner for the Classroom*, dessa vez Skinner publicou o artigo sem modificações. Por isso, esse trecho não está presente no capítulo *Behaviorism at Fifty* da obra *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*. Entender esses recortes é crucial para esclarecer o debate sobre o escopo filosófico do Behaviorismo skinneriano levantado na Introdução.

No artigo *Behaviorism at Fifty*, publicado na obra *Contingencies of Reinforcement: A Theoretical Analysis*, Skinner (1963/1969b) restringe o significado de *Behaviorism* a discussões epistemológicas sobre o método e objeto de estudo da psicologia, retirando a parte que mostra o interesse de estudar outros ramos da filosofia. O recorte de Skinner fornece sustentação textual para interpretações como a de Moore (2008) que restringem o significado de Behaviorismo skinneriano a uma filosofia restrita que se ocupa apenas do ramo da filosofia da ciência.

No entanto, no artigo *Behaviorism at Fifty* (sem recortes) da obra *Skinner for the Classroom*, Skinner (1982) define o Behaviorismo como uma filosofia mais ampla, que está interessada em estudar aquilo que normalmente é do domínio de outras áreas, na forma de comportamento humano. Por meio da aplicação de formulações cientificamente testadas, seria possível explicar o comportamento político, econômico, linguístico etc. Na obra *About Behaviorism*, Skinner (1974) diz que o Behaviorismo tenta responder questões que vão além do ramo da filosofia da ciência, como o ramo da filosofia política ou da ética. Esses usos do termo podem dar sustentação textual para interpretações como a de Abib (2001) que ampliam o escopo das discussões filosóficas que o Behaviorismo se interessa. No entanto, a vantagem da interpretação de Abib (2001) em relação à interpretação de Moore (2005) é que ela compreende os dois usos da expressão. O Behaviorismo skinneriano, então, é uma filosofia ampla que tenta responder questões de vários ramos da filosofia, inclusive da epistemologia, filosofia política e ética. Mas como interpretar o Behaviorismo como uma filosofia da ética e política?

De acordo com Gensler (2011), a ética pode ser definida como um campo filosófico que tenta responder a dois tipos de questões: i) como é possível identificar o que é o “bom”? e ii) quais são os princípios éticos que devem ser seguidos? A primeira questão é estudada pela metaética e a segunda pela teoria normativa da ética. Com base nessa definição, o Behaviorismo pode ser considerado uma filosofia que responde às questões da metaética e da teoria normativa da ética.

Em relação à metaética do Behaviorismo, o que é bom depende dos três níveis de seleção: filogenético, ontogenético e cultural (Skinner, 1987). Os objetos que são qualificados como bons em cada um desses níveis são: algumas características da espécie para a filogênese; alguns comportamentos para a ontogênese; e algumas práticas culturais para a cultura. O critério para

qualificá-los como bons ou ruins depende que tipo de consequência que eles produzem. Sendo assim, dependendo do ponto de vista, um comportamento pode ser bom para um indivíduo, se produz reforçadores, mas ele pode ser ruim para a cultura ou para a espécie, se coloca elas em risco de extinção. Por exemplo, alguém pode se comportar agressivamente e produzir vários reforçadores para si, mas pode ser uma prática criminosa que coloca a sobrevivência da cultura em risco. Por outro lado, a cultura pode ensinar um indivíduo a trabalhar até a exaustão para o benefício do grupo, mas produzir eventos aversivos a curto e longo prazo para o indivíduo trabalhador. Nesse sentido, para Skinner, o que é considerado bom ou mau não é absoluto e depende do nível de seleção considerado: “Muitos problemas que surgem na moral e na ética podem ser resolvidos se especificarmos o nível de seleção” (Skinner, 1987, p. 60).

Abib (2002) defende que a ética de Skinner se preocupa com o segundo nível de seleção. As coisas boas se referem a sentimentos que são subproduto do enfraquecimento ou fortalecimento do comportamento ao passar pelas contingências de reforçamento: Skinner investiga o “conceito de valor ético e afirma que ele se refere ao sentimento de dever fazer o que é bom para o ser humano” (Abib, 2002, p. 126). Comportamentos considerados “bons” são aqueles que produzem reforçadores e, como subproduto, sentimentos. No entanto, os sentimentos não são subjetivos, mas fatos que podem ser descritos e interpretados por uma teoria adequada:

O sentimento pode ser investigado como fato psicológico relacionado com as contingências de reforçamento. Por exemplo, as medidas de controle adotadas por uma autoridade podem não só aumentar a probabilidade de ocorrência de comportamentos agressivos e de fuga, mas também gerar sentimentos de medo e de raiva que podem ser conhecidos com a descrição dessas contingências e das condições corporais que acompanham esses comportamentos. (Abib, 2002, p. 131)

O Behaviorismo, então, é crucial para identificar quais contingências produzem esses sentimentos, pois são as contingências que produzem os sentimentos como subprodutos (Abib, 2002). Entretanto, como o Behaviorismo possibilita compreender os valores usados para identificar o que é bom ou ruim? Primeiro, é preciso descrever a relação entre três eventos: o contexto, a resposta e a consequência da resposta. Por exemplo, se uma resposta tem como consequência um evento e a ocorrência de respostas semelhantes aumenta em contextos semelhantes, então pode-se afirmar que esse evento é reforçador e pode produzir sentimentos “bons”. Segundo, compreende-se como as contingências produzem sentimentos, conforme se explica como um evento ganha o poder de aumentar, ou diminuir, a probabilidade de ocorrência de determinadas respostas. Por exemplo, os eventos que são classificados como reforçadores têm origem na história filogenética diretamente ou indiretamente. Diretamente porque os eventos que aumentam a probabilidade de a espécie sobreviver se tornaram reforçadores incondicionados (comida, água, sexo etc.). Indiretamente porque quando um evento reforça um comportamento, outros estímulos presentes também se tornam reforçadores condicionados (dinheiro, atenção, carinho etc.), podendo ser usados para fortalecer comportamentos e gerar sentimentos. Sendo assim, segundo Abib (2002), a história filogenética e a história de vida do indivíduo explicam o que é bom ou mau a depender dos sentimentos que as contingências produzem. Skinner (1978) parece que concordaria com o julgamento do Abib:

Argumentou-se que o Behaviorismo é ou pretende ser livre de valores, mas nenhuma ciência livre de valores pode lidar adequadamente com o homem *qua* homem [sic]. O que está errado no argumento tradicional é encontrado na expressão “juízo de valor”. Um agente iniciador interno é quem julga as coisas como boas ou ruins. Mas uma fonte muito mais eficaz de valores pode ser encontrada nas contingências ambientais.

As coisas que as pessoas chamam de boas são reforçadores positivos, e elas reforçam por causa das contingências de sobrevivência sob as quais a espécie evoluiu . . . O sexo não é reforçador porque traz um sentimento bom; ele é reforçador e traz um sentimento bom por razões filogenéticas. (Skinner, 1978, pp. 52-53)

No entanto, Abib (2002) identifica uma possível falha na ética skinneriana: o valor de sobrevivência da cultura, que pertence ao terceiro nível de seleção, não pode ser um critério para decidir se um evento é bom ou mal, uma vez que ele não é um reforçador primário ou secundário, nem é contíguo ao comportamento dos indivíduos. Para encontrar o lugar do valor de sobrevivência da cultura na ética de Skinner, Abib lança mão de outro campo da ética, as teorias normativas.

As teorias normativas propõem e justificam quais são os princípios éticos que devem ser seguidos. Para a ética behaviorista, o princípio que diz a respeito do bem de uma cultura é a sua sobrevivência. Comportamentos são classificados como bons ou ruins pela cultura e são reforçados ou punidos de acordo com as regras criadas por ela. Culturas que são boas, e tem mais chance de sobreviver, devem criar contingências que aumentem a probabilidade de que ocorram práticas culturais efetivas e promovam a sobrevivência da cultura:

Alguns reforçadores podem adquirir seu poder durante a vida do indivíduo. Bens sociais, tais como atenção ou aprovação, são criados e usados para induzir as pessoas a se comportarem de maneiras que sejam reforçadoras para aqueles que as utilizam . . . uma análise do ambiente tem uma vantagem especial em promover um tipo de valor responsável pelo bem da cultura. As culturas evoluem sob contingências especiais de sobrevivência. Uma prática que torna uma cultura mais propensa a sobreviver permanece com a cultura . . . uma etapa importante é alcançada quando uma cultura

induz alguns de seus membros a se preocuparem com sua sobrevivência, pois eles podem então projetar práticas mais eficazes. (Skinner, 1978, p. 53)

Há, então, dois eventos que são descritos como “bons” na metaética do Behaviorismo skinneriano: i) boas como reforçadores (condicionados e filogenético) e ii) boas como sentir-se bem (produtos colaterais de contingências de reforçamento). Há, pelo menos, um princípio normativo que o Behaviorismo skinneriano recomenda para “guiar” o comportamento da população: deve-se encontrar as consequências de longo prazo que possibilitem a sobrevivência da cultura e planejar práticas eficazes com base nelas. Abib (2002) sugere uma interpretação do Behaviorismo skinneriano como uma filosofia ética nesse sentido:

A Filosofia Moral de Skinner pode ser esclarecida em sua totalidade com os conceitos de mando e tacto. Os bens pessoais e dos outros são tactos, são descrições verbais de reforçadores positivo e negativo, públicos ou privados. O valor de sobrevivência das culturas é um mando. É um pedido, um conselho, uma recomendação, uma súplica de Skinner. (p. 135)

Por conta do princípio de valor de sobrevivência das culturas, a filosofia ética de Skinner está intimamente relacionada com a sua filosofia política. Resta, agora, analisar o Behaviorismo skinneriano como uma filosofia política.

De acordo com Bobbio (2000), as teorias da filosofia política podem ser divididas em dois tipos: as doutrinas idealistas e as realistas. Ao tentar mapear o Behaviorismo skinneriano na filosofia política, se descobre que há uma descontinuidade no pensamento político de Skinner que acompanha esses dois tipos de doutrinas. A primeira doutrina é a idealista, composta por teorias que propõem modelos ideais do funcionamento de um Estado (Bobbio, 2000). Toda a tradição utópica pode ser enquadrada nos termos da doutrina idealista e, consequentemente,

Walden two também pode se encaixar neste campo teórico. A segunda doutrina é a realista, que rejeita a hipotetização de Estados futuros e “impossíveis” – como postulado em *Walden two*; ela é composta por teorias que fazem análises das relações efetivas do Estado que sempre envolve relações de domínio (Bobbio, 2000). A análise de Skinner do governo como agência controladora poderia ser enquadrada neste campo.

A doutrina idealista pode ser rastreada até a *República* de Platão. Em sua obra, o filósofo propõe uma sociedade ideal, a qual possui virtudes como justiça, temperança, sabedoria e coragem. E, para alcançar essas virtudes, é necessário que reis-filósofos assumam o comando da cidade, pois somente eles têm o conhecimento filosófico para criar uma cidade utópica. Seguindo a tradição utópica, Skinner (1948/2005a) propõe *Walden two* como uma alternativa à vida americana pós-segunda guerra mundial. O livro descreve uma comunidade que funciona, majoritariamente, por meio de reforçadores, produzindo felicidade, sentimento de liberdade e ordem política a curto e longo prazo. Para alcançar esses valores, existe uma junta de planejadores que organizam as contingências necessárias, por meio da tecnologia comportamental, para modelar e manter os comportamentos que sustentam a utopia. Sendo assim, a proposta de uma sociedade utópica implica na descrição do seu funcionamento político-social e na justificação de o porquê essa sociedade é desejável. No entanto, muitos escritores de utopias não se dão o trabalho de mostrar como a sua utopia se tornaria realidade, ou porque eles não sabem ou porque não acreditam que seja possível criar uma.

A doutrina realista realiza análises descritivas do Estado como uma continuação de organizações sociais “primitivas” (e.g., família, tribos e clãs), normalmente para defender o aspecto político da natureza humana (Bobbio, 2000). Segundo Bobbio (2000), Aristóteles é um dos teóricos mais exemplares da doutrina realista. No primeiro capítulo da *Política* (Aristóteles,

ca. 340 A.E.C./1998), é descrito como o grupo estatal foi criado a partir do desenvolvimento natural do grupo familiar. A preocupação de Aristóteles é investigar as origens do Estado que responde à pergunta “Como o Estado surgiu?”. A história começa com grupos particulares de famílias que se reúnem para sobreviver em uma cidade-estado; portanto, não existe aqui uma separação radical em dois períodos, muito menos um momento simbólico da concordância mútua para conviver em um Estado civil como é pensado pelos contratualistas. A transição do grupo familiar à cidade-estado é histórica e contínua. Isso é sustentado pela famosa frase de Aristóteles de que “o homem [sic] é, por natureza, um ser vivo político” (Aristóteles, ca. 340 A.E.C./1998, 1253a), pois é a natureza política do ser humano em se agregar, seja em uma família ou Estado, que possibilitou a sua sobrevivência (ver Bobbio, 2000, p. 222). O que diferencia a natureza política do ser humano da natureza gregária de outros seres vivos é a linguagem. Com a linguagem o ser humano consegue julgar algo como bom ou ruim, justo ou injusto, legal ou ilegal:

só o homem [sic], de entre todos os seres vivos, possui a palavra . . . o discurso serve para tornar claro o útil e o prejudicial e, por conseguinte, o justo e o injusto . . . só ele sente o bem e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade. (Aristóteles, ca. 340 A.E.C./1998, 1253a)

De modo semelhante, Skinner (1953/2005b) descreve uma continuação entre o grupo ético e o grupo político. O grupo ético nasce da necessidade de contracontrolar o comportamento “antissocial” de um indivíduo. Comportamentos que produzem eventos aversivos para os membros do grupo são considerados “ruins” e punidos de acordo, os que são benefícios são chamados de “bons”. Com essas expressões que nomeiam classes comportamentais, todos os participantes de uma comunidade são capazes de identificar e corrigir os comportamentos que

são “ruins” para essa cultura. Inicialmente, para subir no poder, o grupo político precisa ter essa mesma função que o grupo ético (Skinner, 1953/2005b). Na medida que o poder governamental vem do grupo ético uma de suas técnicas é transformar a classificação “ruim” e “bom” em “legal” e “ilegal”. Contudo, no momento que o grupo político tem acesso a certas variáveis para vigiar e punir comportamentos que são “ilegais”, a sua principal função muda para se manter na posição de poder. No fim, a agência controladora governamental surge a partir de um grupo ético mais organizado que usa principalmente meios punitivos para se manter no poder (ver Skinner, 1953/2005b, p. 328; p. 337).

A partir das comparações com os dois tipos de doutrinas políticas, é possível começar a responder algumas perguntas pautadas na definição do Behaviorismo skinneriano como uma filosofia interessada na política. Como foi visto anteriormente, Skinner mostra interesse por pelo menos duas perguntas: i) como interpretar o comportamento político? (Skinner, 1982); e ii) como a tecnologia comportamental pode ter um efeito positivo na sociedade? (Skinner, 1974). Em relação à pergunta (i), aplicando as formulações cientificamente testadas ao comportamento político, chega-se à conclusão de que a agência controladora governamental é um grupo caracterizado por usar variáveis aversivas para controlar a população e se manter no poder. Na verdade, desde *Walden two*, Skinner considera que um bom behaviorista condena o controle pela coerção característico do poder político, preferindo o controle por reforçadores positivos:

Não sendo um bom behaviorista – ou um bom cristão –, você não tem apreciação por um tremendo poder de um tipo diferente. . . formas iniciais de governo são naturalmente baseadas na punição. A técnica é óbvia quando os fisicamente fortes controlam os fracos. Mas estamos nos estágios de uma grande mudança para o reforçamento positivo – de uma sociedade competitiva na qual a recompensa de um

homem [sic] é o castigo de outro, para uma sociedade cooperativa na qual ninguém ganha à custa de outra pessoa. (Skinner, 1948/2005a, pp. 243-245)

Certamente o controle coercitivo utilizado pelo governo atual gera sentimentos negativos, incompatíveis com o sentimento de liberdade e felicidade. Todavia, seria o governo atual um mal necessário para criar ordem e sobrevivência? Em 1985, Skinner escreve o artigo *News From Nowhere*, revisitando *Walden two*. No entanto, dessa vez, Skinner coloca o autor de 1984, George Orwell, como um dos personagens fictícios, com o apelido de Blair, para discutir com Frazier, um personagem que tem a função de defender *Walden two*. Neste artigo, ele discute a alienação para Hegel, Marx e para os behavioristas. A comparação de Skinner faz sentido, porque Marx e Hegel também são considerados por Bobbio (2000) como teóricos da doutrina realista. A análise de Skinner se restringe à alienação subjetiva do ser humano, traduzindo o conceito de consciência de Hegel em termos comportamentais:

“Marx partiu de Hegel,” disse Blair, “mas para Hegel, alienação era algo que acontecia dentro de uma pessoa. Isso não parece fazer sentido” [Frazier:] “Faz todo sentido,” disse Frazier com sua habitual franqueza. “Quando as pessoas começaram a falar sobre seu comportamento, uma pessoa podia perguntar a outra: ‘O que você está fazendo?’ ‘Por que você está fazendo isso?’ ‘Como você se sente?’ Essas contingências verbais deram origem à consciência, ou ao autoconhecimento. Hegel disse que a alienação acontece ‘quando a consciência se dividiu em sujeito e objeto’. Um behaviorista diria que a alienação acontece quando uma pessoa é dividida em dois *selves* – um observador e um observado. Todo comportamento é inconsciente – o produto de contingências de reforçamento. Compartilhamos comportamentos inconscientes com outros animais. O comportamento se torna consciente quando a

sociedade nos dá motivos para nos examinarmos. Também há uma divisão entre os *selves* que controlam e os controlados. O comportamento modelado e mantido por suas consequências imediatas não é apenas inconsciente, mas também é irracional, não fundamentado, não planejado. Contingências sociais produzem autocontrole. (Skinner, 1987, p. 38)

No entanto, quando Skinner contrasta suas teses políticas com as de Hegel e Marx, ele não desenvolve o conceito de alienação no campo da *política* para os filósofos a quem ele está se propondo a discutir. A alienação política pode ser interpretada como um estranhamento entre o indivíduo e o poder político, para Hegel, e um estranhamento do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, para Marx. Skinner (1987) descreve essas relações como relações mediadas; no primeiro caso, pelo governo e, no segundo caso, pelo modo de produção capitalista industrial. A alienação política é, então, um problema a ser resolvido para esses três autores. Hegel acreditava que a alienação era parte de um processo e que a filosofia tinha o papel de convencer as pessoas de que o governo não era uma força exterior a elas, na verdade o governo era algo racional e bom (Taylor, 2014), mesmo quando ele está oprimindo a população.

Marx, por outro lado, não acreditava que a alienação seria resolvida desse modo. Inclusive, Marx acreditava que Hegel estava errado em analisar a alienação no campo político, pois as relações reais que causam a alienação não dependem do poder político (superestrutura), mas do poder econômico (estrutura) (Bobbio, 2000). Em uma sociedade com um sistema de produção capitalista, independente da sua forma de governo, sempre haverá alienação, pois o aparato político serve para manter essa relação de dominação econômica: “[para Marx] o Estado é por necessidade um aparato coativo porque somente através da força a classe dominante pode conservar e perpetuar o seu domínio” (Bobbio, 2000, p. 123). Contudo, a solução para a relações

de domínio da classe dominante necessariamente exige uma ditadura do proletariado para suprimir de vez a existência de classes:

Tornaram-se usuais na teoria política marxista, para designar o Estado burguês e o Estado proletário, as expressões “ditadura da burguesia” e “ditadura do proletariado”. Parece que Marx utilizou pela primeira vez a expressão “ditadura do proletariado” na carta escrita a Joseph Weydemeyer, em 5 de março de 1852, que teve o mérito de demonstrar que: 1) a existência das classes só está ligada a determinada fase do desenvolvimento histórico da produção; 2) a luta das classes leva necessariamente à “ditadura do proletariado”; 3) esta ditadura constitui apenas uma passagem para a fase de supressão de todas as classes, a uma sociedade sem classes. (Bobbio, 1976/2017, p. 187)

De acordo com os três autores, então, a solução para a alienação é a unificação, ou a dissolução das partes. Para Hegel, é a unificação do sujeito com o espírito absoluto (e a existência do governo é um passo necessário para essa unificação) (Taylor, 2014). Para Marx, é a abolição do modo de produção capitalista que possibilitaria o trabalhador a entrar em contato com as consequências de seu trabalho (e a existência do governo capitalista é um obstáculo para isso). Para Skinner, são as contingências conflitantes que criam diferentes *selves*, alguns deles estão sob controle de contingências planejadas por diferentes agências de controle, outros estão sob controle de regras verbais que impedem o indivíduo a ficar sob controle de contingências naturais. Uma sociedade não-alienada seria uma sociedade que não produziria contingências conflitantes: “Uma sociedade doente é um conjunto de contingências que geram comportamentos diversos ou conflitantes, sugerindo mais de um *self*” (Skinner, 1974, p. 204).

Por exemplo, self-público versus self-privado, self-trabalhador (comportamento sob controle de regras verbais) versus self-produto (comportamento mantidos por contingências naturais), self-político versus self-indivíduo etc. Tendo em vista que a agência controladora governamental está interessada na sua própria sobrevivência, ela não vai deixar de criar comportamentos, ou *selves*, que beneficiem esse grupo político. Logo, os indivíduos continuaram a se descrever como *selves* separados do campo político.

Ainda no mesmo artigo de 1985, George Orwell, como um dos personagens fictícios, concorda com a crítica behaviorista sobre as falhas do nível filogenético, as quais produzem susceptibilidade para violência, consumismo, procriação exagerada etc. A partir disso, ele faz um discurso pessimista em relação ao futuro da cultura, criticando a agência controladora governamental ao estilo de Skinner. Em uma passagem ele diz:

É tudo muito óbvio. Coloque governo, religião e capital juntos e você tem o Estado monstruoso, controlando praticamente todos os reforçadores que vocês behavioristas chamam. Claro que ele os usará para seu próprio engrandecimento. Não há motivo para agir de outra forma, e é isso. (Skinner, 1987, p. 47)

O argumento de Orwell, e de Skinner, é que esse Estado monstruoso está preocupado demais com a sua própria existência para se preocupar com a sobrevivência da cultura como um todo. Além disso, a agência controladora governamental não é necessária, pois ela não é a única alternativa para evitar comportamentos antissociais ou comportamentos que irão causar a extinção da cultura. Frazier critica o discurso de Orwell, mostrando que um planejamento alternativo da sociedade poderia remediar as suscetibilidades genéticas (Skinner, 1987). Nem tudo estava perdido, pois uma comunidade como *Walden two* poderia ser criada com a tecnologia do comportamento que os behavioristas já têm em mãos.

Portanto, comparando o papel do governo na alienação política de Hegel, Marx e Skinner, identifica-se três respostas para a pergunta: o governo atual é um mal necessário para criar ordem e sobrevivência? Para Hegel a resposta é positiva, embora o governo seja “mal”, ele é um mal necessário. Para Marx, o governo não é necessariamente um mal, pois, embora o governo capitalista seja mal, o governo “temporário” do proletariado tem a função de fazer a passagem de uma sociedade capitalista para uma sociedade comunista. Skinner, por sua vez, vai além de Marx: o governo *sempre* é um mal necessário, ele promove a extinção da cultura quando cria contingências compatíveis com a sua própria sobrevivência, mas incompatíveis com a sobrevivência da cultura como um todo. Sendo assim, para o psicólogo, a agência controladora governamental é necessariamente um mal.

Já é possível responder a outra pergunta que Skinner se mostrou interessado quando definiu o Behaviorismo skinneriano como uma filosofia política: “como a tecnologia comportamental pode ter um efeito positivo na sociedade?” sendo o planejamento de *Walden two* uma das respostas. No entanto, existe ainda mais um obstáculo: o artigo *News From Nowhere* termina com Frazier se perguntando se ainda há tempo para que um planejamento da cultura pudesse salvar a sociedade, antes que ela causasse a sua própria extinção. De acordo com a sua autobiografia, Skinner (1983) já expressava sua preocupação com a falta de tempo para evitar a extinção da cultura humana desde 1969: será que uma comunidade utópica é uma solução realista para os nossos problemas? Será que há ainda tempo para criar comunidades como *Walden two* e salvar a cultura da sua extinção? As suas respostas nem sempre eram otimistas:

A vida que levamos nos desagrada, mas nenhum dia é ruim o suficiente para nos induzir a agir. Estamos nos precipitando em direção à nossa ruína, mas continuamos remendando a nossa forma de vida e evitando a mudança drástica que sozinha pode

nos salvar. *Walden Two* era uma proposta para fazer uma grande mudança em vez de tomar pequenas medidas paliativas aqui e ali, mas os problemas que ele levanta são tão grandes que continuamos sem fazer nada. (Skinner, 1983, p. 357)

A solução que *Walden two* traz exige demais da sociedade por dois motivos: i) não se sabe quando a cultura estará pronta para criar comunidades assim e, provavelmente, a sociedade não tem todo esse tempo; e ii) as mudanças de contingências propostas por *Walden two* são radicais demais para as contingências vigentes da cultura atual. Era preciso criar uma alternativa de “redução de danos” para salvar a sociedade. Antes de publicar *Beyond Freedom and Dignity*, Skinner (1983) recomenda que a solução para esses problemas era fazer com que as consequências remotas participassem das contingências de comportamentos imediatos. Sendo assim, se os cientistas comportamentais fossem ouvidos pela população, eles poderiam fazer esse planejamento a longo prazo. Essa solução claramente depende da ciência do comportamento, porém é necessário um trabalho em conjunto com outras áreas e com aqueles que conhecem os detalhes das contingências vigentes na sociedade:

Afirmar que um Behaviorismo radical poderia fazer uma grande diferença quase inevitavelmente leva à pergunta: “Bem, então, o que você sugere? O que você faria em relação à guerra, à população, à poluição, à discriminação racial ou à revolta dos jovens?” Infelizmente, entender os princípios envolvidos na solução de um problema não é ter a solução . . . Os detalhes de um problema devem ser estudados. Saber os princípios básicos sem conhecer os detalhes de um problema prático não nos aproxima mais de uma solução do que conhecer os detalhes sem conhecer os princípios básicos. (Skinner, 1974, p. 250)

No entanto, o Behaviorismo estava sendo ignorado igualmente pelos cientistas políticos e pela sociedade. Um dos desapontamentos de Skinner era que o seu Behaviorismo não tinha espaço de fala onde ele mais poderia ajudar: “Recentemente foi apontado que um Congresso Internacional pela Paz era composto por estadistas, cientistas políticos, historiadores, economistas, físicos, biólogos – e nenhum behaviorista no sentido estrito. Evidentemente, o Behaviorismo foi considerado inútil” (Skinner, 1974, p. 250). Como o Behaviorismo poderia ajudar a sociedade, se ela própria não está interessada em ouvir os behavioristas? A sociedade parece não estar interessada nem na implantação de uma comunidade utópica como *Walden two*, que evitaria a extinção da cultura e aumentaria a sensação de liberdade e felicidade, nem em incluir os behavioristas nas tomadas de decisão para pelo menos resolver os problemas que poderiam levar à extinção da cultura. Esse cenário pessimista aparece na autobiografia de Skinner:

Eu tinha considerado um “quarto estado”, composto por cientistas, acadêmicos, professores e escritores. Físicos e biólogos poderiam nos fornecer a previsão mais precisa do futuro, os cientistas comportamentais poderiam planejar as contingências sob as quais as pessoas se comportam de maneira que tornassem um futuro viável mais provável e os professores e escritores poderiam tornar tudo isso o mais amplamente conhecido possível. No entanto, eles não poderiam chegar diretamente a 4.500.000.000 de pessoas; eles teriam que mudar governos, religiões e os detentores de capital – e lá encontrariam todos os mesmos problemas. Meu artigo era muito mais pessimista do que qualquer coisa que eu tinha escrito antes. (Skinner, 1983, pp. 396-397)

Visto que as agências controladoras estão preocupadas prioritariamente com a sua própria sobrevivência, e muitas vezes sua sobrevivência coloca em risco a sobrevivência da cultura como um todo, como é possível mudar as práticas culturais de toda a população? A resposta de Skinner foi criar esse “quarto estado”. No entanto, Skinner percebeu que há uma lacuna no seu plano, quem irá controlar as contingências necessárias para mudar as práticas culturais? Mas essa pergunta é ruim:

A pergunta que mais fazem ao behaviorista é esta: Quem irá controlar? A pergunta representa o erro antigo de olhar para o indivíduo em vez do mundo em que ele vive. Não será um ditador benevolente, um terapeuta preocupado, um professor atencioso ou um industrialista filantrópico que irá planejar um modo de vida no interesse de todos. (Skinner, 1974, p. 206)

Segundo Skinner (1974), a pergunta “quem irá planejar ou controlar?” remete a um agente ou grupo iniciador.¹⁰ Em vez disso, é melhor se preocupar com as contingências necessárias para o surgimento de práticas culturais que aumentariam a sobrevivência da cultura. Chegou-se novamente ao mesmo problema, somente as agências de controle têm poder suficiente para mudar as contingências, como poderia esse “quarto estado” modificar as práticas culturais, se ele não tem poder para alterar as contingências vigentes na sociedade e se ele não é

¹⁰ Por exemplo, um dos motivos para a teoria marxista ser considerada “antiutópica” é porque ela indica a existência do proletariado como um grupo interessado em mudar as relações econômico-políticas (Viana, 2016). O proletariado tem o poder de mudar as contingências, como fez na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Portanto, é preciso apenas esperar que esse grupo se emancipe e tome o poder. Skinner concorda com Marx até certo ponto, mas ele vai além dizendo que não se pode esperar uma ditadura do proletariado salvar a sociedade, o que deve ser feito é planejar as contingências que irão criar uma sociedade melhor. A mudança começa no ambiente e não em um grupo de indivíduos: “Esse era o ponto de Marx: utopias são fáceis de imaginar, mas não de produzir. Os behavioristas estão do mesmo lado: pode-se imaginar uma vida boa analisando os próprios sentimentos, mas só se pode alcançá-la ao arranjar contingências ambientais” (Skinner, 1980, p. 127).

ouvido por aqueles que detêm o poder para mudar? Esse é o impasse que causou o pessimismo de Skinner.

Em conclusão, o Behaviorismo skinneriano combina duas doutrinas da filosofia política: a doutrina realista e a idealista, como análise e solução. De modo semelhante à doutrina realista, Skinner, em suas análises do funcionamento do governo, chega à conclusão de que a agência controladora governamental é necessariamente um mal que usa punição para se manter no poder, diminuindo o sentimento de liberdade e felicidade e, ao mesmo tempo, diminui a probabilidade de sobrevivência da cultura. Após fazer a sua análise do comportamento político, Skinner passa a averiguar como a tecnologia fornecida pela Análise do Comportamento poderia ter um efeito positivo na sociedade. De modo semelhante à doutrina idealista, Skinner propõe uma comunidade utópica, *Walden two*, baseada na tecnologia da ciência do comportamento que proporcionaria a “boa vida” e evitaria a extinção da cultura. No entanto, Skinner reconhece que essa alternativa é radical demais, pois quebra com muitas contingências já estabelecidas na sociedade atual. Resta, então, pelo menos tentar diminuir a probabilidade de extinção da espécie, remendando as contingências problemáticas da sociedade atual. Contudo, aqueles que têm o poder, as agências controladoras, precisariam ouvir o que os cientistas do comportamento têm a dizer, o que não acontece, pois os representantes das agências estão mais preocupados com a sobrevivência da agência do que com a sobrevivência da cultura como um todo.

Uma filosofia antimentalista.

No livro *About Behaviorism*, Skinner (1974) atribui a questão “Muita coisa já foi dita sobre o comportamento dos seres humanos, mas quanto disso tudo vale a pena ser salvo?” à definição do Behaviorismo como uma filosofia da ciência. Com isso, ele retoma a problemática

da utilidade dos conceitos mentalistas apresentada em 1969. A sua crítica é direcionada ao que é tradicionalmente dito sobre o comportamento humano, visto que muito do que é dito sobre o comportamento, na tentativa de explicá-lo, o faz de forma mentalista. Nas suas palavras:

O Behaviorismo, como nós conhecemos, irá um dia morrer – não porque é um fracasso, mas porque é um sucesso. Como uma *filosofia crítica da ciência*, ela irá necessariamente mudar conforme a ciência do comportamento mudar, e as questões atuais que definem o Behaviorismo podem ser completamente resolvidas. A questão básica é a utilidade dos conceitos mentalistas. (Skinner, 1969a, p. 267, grifo nosso)

Skinner, então, define o Behaviorismo como uma filosofia crítica que tenta lidar com os conceitos mentalistas. O adjetivo “crítica” se refere ao seu aspecto antimentalista. Enquanto o mentalismo sobreviver, o propósito do Behaviorismo é questionar a utilidade de seus conceitos, porém, uma vez que essa questão tenha sido resolvida, ele não terá mais uma função e finalmente irá “morrer”. Todavia, a pergunta que se segue é: como essa questão será um dia resolvida? Skinner (1969a) fornece uma resposta:

Um Behaviorismo radical ataca explicações dualistas do comportamento, em primeiro lugar para esclarecer as suas próprias práticas científicas, e precisa fazer isso um dia para ser capaz de contribuir aos assuntos humanos. À medida que aumenta seu poder, tanto como ciência básica quanto como fonte de tecnologia, uma análise do comportamento reduz a extensão das explicações dualistas e deve livrar-se delas completamente algum dia. O Behaviorismo, como um -ismo, terá sido, então, absorvido por uma ciência do comportamento. Pode sempre haver lugar para uma lógica da ciência peculiar a tal ciência, mas ela não lidará com as questões as quais definem o Behaviorismo hoje. (p. 267)

O papel do Behaviorismo é clarificar as suas práticas científicas por meio de ataques às explicações mentalistas e dualistas. Conforme o Behaviorismo ajuda os cientistas, a sua importância “como uma filosofia da ciência, naturalmente diminui na medida em que a análise científica se torna mais poderosa” (Skinner, 1982, p. 130). Não obstante, não é o Behaviorismo que vai eliminar as explicações mentalistas, mas a ciência do comportamento humano. Na medida em que essa ciência ganha força (conhecimento científico e tecnologia comportamental), a explicação mentalista ou dualista se tornará desnecessária. Conclui-se que não é por meio da argumentação filosófica que o mentalismo será eliminado, mas pela consequência “prática” de que a ciência do comportamento é uma alternativa mais eficaz em resolver os problemas da sociedade do que as teorias mentalistas. Tendo em vista que o Behaviorismo ajuda a ciência, então o antimentalismo do Behaviorismo contribui indiretamente com a sociedade.

Skinner (1974) volta a falar sobre a morte do Behaviorismo no último capítulo da obra *About Behaviorism*. Neste capítulo, ele analisa a seguinte crítica: “[A Análise do Comportamento] é cientificista em vez de ser científica. Ela apenas simula as ciências” (p. 4). Em suma, o argumento dos críticos enfrentado por Skinner seria o seguinte: ‘a Análise do Comportamento tenta fazer ciência como as outras ciências bem-sucedidas, porém essa empreitada falhou. Portanto, visto que o Behaviorismo tira a sua importância da Análise do Comportamento, ele está morrendo junto com a sua ciência fracassada’. Skinner identifica a falsa premissa no argumento dos críticos, dizendo que eles não conhecem os progressos recentes da ciência do comportamento, e de modo algum ela falhou em fazer ciência. Além disso, contestando aqueles que anunciam ou desejam a morte do Behaviorismo, Skinner (1974) acrescenta uma caracterização do Behaviorismo como uma filosofia viva:

É verdade que a morte do Behaviorismo tem sido prevista e ocasionalmente anunciada . . . Mas o historiador, assim como todo mundo, está bem aconselhado a deixar de lado desejos e intenções e voltar-se para contingências ambientais e um livro como esse foi planejado para ser parte do ambiente daqueles que continuarão a falar sobre o Behaviorismo como uma filosofia viva. (Skinner, 1974, p. 233)

O Behaviorismo, então, precisa de três contextos para se manter “vivo”: (i) o progresso da Análise do Comportamento; (ii) um contexto para que as pessoas continuem a falar sobre o Behaviorismo; e (iii) a existência de explicações mentalistas. Sobre o ponto (i), não haveria o porquê esclarecer as práticas científicas de uma ciência que não produz novos conhecimentos científicos. Portanto, sem o progresso da ciência do comportamento não haveria razão para o Behaviorismo skinneriano existir. Sobre o ponto (ii), é necessário que haja um espaço para que os behavioristas possam esclarecer más compreensões e discutir as teses propostas pelo Behaviorismo skinneriano que as diferenciam de propostas mentalistas (o que pode incluir outros Behaviorismos). Sobre o ponto (iii), enquanto existir explicações mentalistas o Behaviorismo irá atacá-las. Por exemplo, no período que Skinner escreveu *About Behaviorism*, o campo da psicologia estava passando pela chamada revolução cognitiva. Levando em consideração esse contexto, o Behaviorismo como uma filosofia crítica estava longe de estar “morta”; muito pelo contrário, com o cognitivismo, o mentalismo estava mais vivo do que nunca, assim como o antimentalismo do Behaviorismo:

O Behaviorismo começou perguntando a filósofos e psicólogos por definições. O que eram sensações? O que era consciência? Quais eram as dimensões de uma ideia? O efeito foi inibidor, e as pessoas que queriam falar mais livremente sobre o comportamento humano foram contidas. A ciência cognitiva reviveu as ficções . . .

Eu acuso os cientistas cognitivos de reviver uma teoria na qual sentimentos e estados mentais observados através da introspecção são tomados como as causas do comportamento, em vez de como efeitos colaterais das causas. (Skinner, 1987, pp. 110-111)

Uma filosofia que defende a autonomia epistêmica do comportamento.

Discutindo seu livro *The Behavior of Organisms*, no capítulo *The Behavior of Organisms at 50*, publicado em *Recent Issues in the Analysis of Behavior*, Skinner (1989) diz o seguinte sobre o Behaviorismo:

Não acredito que eu tenha cunhado a expressão *Behaviorismo radical*, mas quando me perguntavam sobre o que eu quis dizer com isso, sempre disse: “a filosofia de uma ciência do comportamento analisado como um objeto de estudo por ele mesmo, separado de explicações internas, mentais *ou fisiológicas*”. (p. 122, grifo do autor)

Nessa citação, aparecem duas expressões de interesse: *sempre disse* e *por ele mesmo*. A primeira expressão é uma evidência de que Skinner *sempre* esteve sob controle dessa definição e por isso ela seria importante para entender o que é o Behaviorismo. A segunda expressão introduz o diferencial dessa filosofia que é estabelecer uma autonomia epistêmica em relação ao comportamento, eliminando, assim, a necessidade de conceitos mentais ou fisiológicos para explicar o comportamento. Resgatando a discussão iniciada na primeira análise sobre a cronologia das expressões, se for considerado que a autonomia epistêmica do comportamento faz parte da definição de Behaviorismo, então não foi em 1945 que a sua proposta foi inaugurada, mas desde o começo da década de 1930 (ver Cronologia do Emprego da[s] Expressão[ões]). Por

exemplo, no livro *The Behavior of Organisms*, Skinner (1938) expressa a sua preocupação em investigar o comportamento *por ele mesmo*:

Um obstáculo no caminho de uma ciência do comportamento é a falha em compreender que o comportamento pode ser tratado como um objeto de estudo *por ele mesmo*. O materialista, reagindo a um sistema mentalista, está propenso a ignorar o comportamento como um objeto de estudo porque deseja que seus conceitos se refiram a algo substancial. (p. 440, grifo nosso)

Para Skinner (1938), o materialista, que neste caso é o cientista que faz uso do sistema nervoso como um conceito explicativo, acredita que está estudando algo mais substancial que o comportamento: o cérebro. A premissa básica do argumento do materialista é que o comportamento *por ele mesmo* é caótico, mas os fenômenos fisiológicos, que são necessários para explicar o comportamento, são ordenados. Contudo, em seus experimentos, Skinner (1938) encontra regularidade no comportamento sem apelar para conceitos mentalistas ou variáveis fisiológicas:

O tipo de homúnculo neural postulado como uma força controladora apresenta uma semelhança inconfundível com os homúnculos mentais ou espirituais dos sistemas mais antigos, e funciona da mesma maneira para introduzir uma espécie de ordem hipotética em um mundo desordenado . . . Agora é possível aplicar técnicas científicas ao comportamento de um organismo representativo de tal forma que o comportamento se apresenta tão regular quanto o sistema nervoso. (Skinner, 1938, pp. 418-419)

Por conta dessas discussões ainda no início da sua vida acadêmica, há uma ligação entre 1938 e 1989, principalmente nos momentos em que ele estava preocupado em defender o estudo

do comportamento por ele mesmo para evitar explicações internalistas por via da fisiologia ou teorias mentalistas. Ademais, no artigo *Laurence Smith's Behaviorism and Logical Positivism*, Skinner (1989) revisa o livro de Smith sobre a história do Behaviorismo, sem deixar de dar as suas próprias contribuições sobre o assunto. No final do artigo, Skinner relata que, na década de 1930, o seu Behaviorismo se separou do Behaviorismo de Hull e de Tolman, pois as variáveis intervenientes, empregadas por esses autores, foram sendo incorporadas pelas teorias cognitivistas e se tornaram cada vez mais neuronais:

Nos anos 1930, o Behaviorismo se dividiu em três. . . Eu me diferenciei tanto de Tolman quanto de Hull ao seguir uma linha estritamente machiana, na qual o comportamento foi analisado como um objeto de estudo *por ele mesmo*, como uma função de variáveis ambientais, sem fazer referência à mente ou ao sistema nervoso. (Skinner, 1989, p. 110, grifo nosso)

Portanto, de acordo com Skinner, a separação entre esses três Behaviorismos se sustenta em uma noção machiana de explicação que tem como objeto de estudo o comportamento por ele mesmo. Embora Skinner faça ataques ao uso de um sistema nervoso conceitual para explicar o comportamento, ele faz ressalvas de que ele não está diminuindo a importância ou validade da ciência neurológica (Skinner, 1938). Essa é uma parte importante do seu argumento que aparece desde a década de 1930 até 1989:

Fatos sobre o comportamento não são tratados por eles mesmos, mas são considerados algo a ser explicado ou ignorados pelas informações prévias do sistema nervoso. (Não estou tentando desvalorizar a importância de uma ciência da neurologia, mas estou me referindo simplesmente ao uso primitivo do sistema

nervoso como princípio explicativo para evitar uma descrição direta do comportamento). (Skinner, 1938, p. 4)

Todavia, ainda que Skinner (1938) explicitamente reconheça a validade da neurociência, seus os argumentos não foram compreendidos de forma adequada por seus pares. A posição de Skinner continuou a ser interpretada como se diminuísse a importância da neurociência para o comportamento:

Uma declaração de independência da fisiologia, no entanto, era essencial para o “Behaviorismo radical” e eu defendi o caso vigorosamente . . . Infelizmente, meu argumento de que o comportamento deve ser reconhecido como um objeto de estudo *por ele mesmo* tenha sido mal compreendido. Nunca questioneei a importância da fisiologia, em particular da neurociência ou sua relevância para o comportamento. (Skinner, 1989, pp. 129-130, grifo nosso)

Sendo assim, a partir da década de 1938, quando Skinner afirmou estudar o comportamento por ele mesmo, ele ficou sob controle de duas coisas: seus achados científicos indicavam uma ordem comportamental, independente do estudo fisiológico, e das reações negativas da literatura da área sobre a sua teoria. Defender a autonomia epistêmica do comportamento significa que para os seus próprios objetivos, o campo comportamental é suficiente, pois não depende de variáveis fisiológicas (ou teorias mentalistas) para explicar e compreender o comportamento. No entanto, isso não quer dizer que as pesquisas fisiológicas não têm importância, já que o sistema nervoso faz parte do organismo que se comporta.

Por exemplo, qualquer behaviorista irá admitir que uma lesão cerebral ou uma mudança genética alteram os processos comportamentais. Ao falar sobre o Behaviorismo, em *About Behaviorism*, Skinner (1974) declara o seguinte:

Ao longo da evolução das espécies, o ambiente fez sua primeira grande contribuição, mas exerce um tipo diferente de efeito durante a vida do indivíduo e a combinação dos dois efeitos é o comportamento que observamos em qualquer dado momento. Qualquer informação disponível sobre uma das contribuições ajuda na previsão e controle do comportamento humano e em sua interpretação na vida cotidiana. Na medida em que se qualquer uma delas for modificada, o comportamento pode ser alterado. (p. 17)

Corroborando com esse argumento, Skinner (1987) também reconhece a importância da história filogenética, contrastando as explicações do cognitivismo, as quais defendem que a causa do comportamento tem origem dentro do indivíduo, com a explicação historicista do Behaviorismo: “Os behavioristas, por outro lado, observam os eventos antecedentes no ambiente e as histórias ambientais tanto da espécie quanto do indivíduo” (Skinner, 1989, p. 94). Conclui-se que o autor reconhece a importância não apenas da neurociência, mas também da história filogenética. O que contesta afirmações como as de Hall (1987): “a ênfase de Skinner no papel do ambiente o leva a negligenciar outro grande determinante do comportamento de um organismo – sua herança genética” (p. 53).

Levando em consideração os argumentos apresentados nesta seção e na primeira análise (ver Cronologia do Emprego da[s] Expressão[ões]), há evidências de que o seu Behaviorismo, como filosofia que defende a autonomia epistêmica do comportamento, começa antes de 1945, perpassando toda obra skinneriana, de 1931 a 1989: i) menções das palavras-chave nos artigos *The Concept of the Reflex in the Description of Behavior* e *The Generic Nature of the Concepts of Stimulus and Response*, nos anos 1931 e 1935, respectivamente; ii) a obra não publicada *Sketch for an Epistemology*, na qual Skinner (1979) admite mencionar e desenvolver o seu

Behaviorismo; iii) a afirmação de Skinner de que o seu Behaviorismo já existia na década de 1930, encontrada no artigo *Laurence Smith's Behaviorism and Logical Positivism*; iv) Skinner defendeu, tanto em 1938 quanto em 1989, que os experimentos no laboratório sustentam que há regularidade no comportamento, possibilitando um campo de pesquisa no qual o comportamento pode ser tratado como um objeto de estudo por ele mesmo; v) Skinner considerar na década de 1930 e em 1989 a importância da neurociência, embora incentive uma separação entre essas ciências que possuem diferentes objetos de estudo; e vi) há um fio condutor entre os anos 1931, 1935, 1938, 1953, 1956, 1969, 1971, 1987, 1988 e 1989 que os conecta por meio de uma rejeição do uso de conceitos fisiológicos para explicar o comportamento, o que comprometeria a autonomia da Análise do Comportamento em estudar o comportamento como um objeto de estudo por ele mesmo.

É Responsável pela Compreensão e Interpretação do Comportamento

Skinner, em *About Behaviorism*, atribuiu ao Behaviorismo o objetivo de produzir compreensão do comportamento humano: “Eu também acredito na sua importância [do Behaviorismo]. Os principais problemas que o mundo enfrenta hoje só podem ser resolvidos se melhorarmos nossa compreensão do comportamento humano” (Skinner, 1974, p. 8). No entanto, compreensão é um dos termos mentalistas que devem ser traduzidos em termos comportamentais. Tendo em vista que pode haver várias interpretações do termo, Skinner (1974) fornece diferentes traduções comportamentais do termo “compreensão” (ver p. 141).

De acordo com Skinner (1974), o termo “conhecimento” se aproxima de um dos significados de compreensão, porém, nenhum deles se encontra na mente de um ouvinte ou falante como possessões pessoais. No último capítulo de *About Behaviorism*, Skinner discute a

seguinte incompreensão sobre o Behaviorismo: “ele [o Behaviorismo] se limita à previsão e controle do comportamento e perde a essência ou a natureza essencial do ser humano”. Em resposta a essa crítica, ele estabelece um paralelo entre o compreender e conhecer:

Podemos substituir “compreender” por “conhecer” a si mesmo ou outra pessoa, mas qualquer que seja a condição em um dado momento, o conhecimento ou compreensão é “utilizado” apenas quando uma ação é emitida. Quanto mais profundamente compreendermos a relação entre o comportamento humano e seus antecedentes genéticos e ambientais, mais claramente compreenderemos a natureza ou essência da espécie. (Skinner, 1974, p. 226)

Esse trecho contém também uma característica importante para interpretar o conhecimento, assim como a compreensão, ele só existe na forma de comportamento. No capítulo *Knowing* do *About Behaviorism*, Skinner (1974) diz que o conhecimento pode ser entendido como comportamento eficaz que produz efeitos no ambiente. Se conhecimento é poder e poder é produzir efeitos no mundo, então há graus de conhecimento conforme há graus de poderes (ver Skinner, 1974, pp. 139-140). Partindo da noção de que há graus de conhecimento, algumas teorias explicativas compreendem melhor o comportamento humano conforme produzem mais ou menos práticas eficazes.

Segundo Skinner (1999a), não é necessária uma teoria comportamental ou pesquisa básica para controlar o comportamento humano. Os seres humanos já fazem isso há muito tempo com compreensões arcaicas do comportamento humano. No entanto, uma abordagem científica do comportamento possibilita prever, controlar e compreender melhor o comportamento. Quando um behaviorista está sob controle do que ele encontra na pesquisa básica, ele consegue identificar certos eventos como eventos comportamentais. Conforme esses eventos são

identificados como parte de contingências, e outros eventos excluídos, o comportamento humano é mais bem compreendido. Sem essa compreensão teórica não é possível que os behavioristas fiquem sensíveis às contingências. Por isso, eles conseguem *ver* contingências de reforçamento e, assim, responder de forma mais eficiente ao mundo:

Nem todas as inovações na modificação de comportamento são rastreáveis a uma análise básica, é claro, e regras práticas tradicionais para modificar e manter o comportamento, que usam os mesmos princípios, surgiram muito antes de qualquer pesquisa ter sido realizada. A análise é, no entanto, importante para interpretar e explicar o efeito de um método, seja qual for sua origem. É difícil *ver as contingências de reforçamento* que prevalecem na vida diária e, portanto, *compreender* o comportamento que elas geram. A pesquisa de laboratório nos diz o que procurar e, igualmente importante, o que ignorar e, ao fazer isso, leva à melhoria das contingências práticas. (Skinner, 1999a, p. 325, grifos nossos)

A compreensão fornecida pelo Behaviorismo skinneriano diferencia a Análise do Comportamento de outras teorias explicativas. Para esclarecer sua posição, Skinner (1974) compara, no primeiro capítulo de *About Behaviorism*, o seu Behaviorismo com outras três abordagens que tentam explicar o comportamento humano: o mentalismo, o estruturalismo e o Behaviorismo metodológico. O autor mostra que uma teoria completa do comportamento humano precisa satisfazer três objetivos: previsão, controle e compreensão. Cada uma das abordagens é avaliada a partir desses três objetivos.

Skinner (1974) argumenta que o mentalismo tenta atender a esses objetivos, mas na prática não consegue. O mentalismo não consegue satisfazer o objetivo de compreensão, pois, embora ele dê uma resposta para perguntas que começam com uma locução adverbial

interrogativa “por que” (e.g., “por que as pessoas se comportam do jeito que elas se comportam?”), a sua resposta (e.g., “por causa de seus estados mentais ou sentimentos!”) a essas perguntas convidam a outras perguntas filosóficas igualmente difíceis:

Onde estão esses sentimentos e estados mentais? De que matéria eles são feitos? A resposta tradicional é que eles estão localizados em um mundo de dimensões não físicas chamado mente e que são mentais . . . como o ato físico de privação leva ao sentimento de fome e como esse sentimento move os músculos envolvidos na ingestão? Existem muitas outras perguntas difíceis desse tipo. (Skinner, 1974, p. 10)

Embora as teorias mentalistas tentem prever e controlar o comportamento, elas são incapazes de alcançar esses objetivos na prática. Skinner (1974) diz que em certa medida é possível *acreditar* que adivinhando como alguém está se sentindo (perguntando ou inferindo a existência estados mentais) haveria como prever como alguém irá se comportar:

É possível acreditar que o comportamento expressa sentimentos, antecipar o que uma pessoa fará ao adivinhar ou perguntar como ela se sente . . . Mas as principais dificuldades são práticas: não podemos antecipar o que uma pessoa fará olhando diretamente para seus sentimentos ou seu sistema nervoso, nem podemos mudar seu comportamento mudando sua mente ou seu cérebro. (Skinner, 1974, pp. 10-11)

Nessa citação, Skinner faz ao menos duas coisas: i) mostra que o problema das teorias mentalistas é que elas são incapazes de prever e controlar o comportamento e ii) coloca o fisicalismo na mesma situação que o mentalismo. Assim como não é possível observar diretamente os estados mentais e controlá-los, o materialismo também não fornece causas legítimas para prever e controlar o comportamento. Hipoteticamente, seria possível colocar eletrodos no cérebro de uma pessoa para mapear a sua atividade cerebral e desencadear

movimentos musculares. No entanto, os problemas do fisicalismo também são práticos: quando um comportamento específico é programado para ser ensinado, é prático olhar e modificar diretamente o cérebro? Skinner (1974) acredita que não. Mesmo com uma tecnologia hipotética, a modificação direta do cérebro não seria mais eficiente (e sem dúvida mais invasiva) do que modificar contingências (e.g., custos de uma tecnologia, problemas éticos, riscos que estão envolvidos em uma cirurgia). Sendo assim, a explicação mentalista e materialista gera confusão sobre o comportamento quando aponta como causa do comportamento, eventos que acontecem em uma dimensão mental ou cerebral que não estão disponíveis para intervenção (Skinner, 1974).

Diferente do mentalismo, o estruturalismo não pretende compreender nem controlar o comportamento. Suas análises são puramente descritivas e ignoram perguntas que começam com “por que”. A sua utilidade está na sua capacidade de prever o comportamento. Os estruturalistas observam e quantificam o comportamento e, por meio do princípio de que as pessoas tendem a se comportar como sempre se comportaram antes, eles conseguem fazer previsões de como as pessoas irão se comportar (Skinner, 1974). A vantagem do estruturalismo sobre o mentalismo é que ele não atrapalha a investigação de causas. No entanto, por não procurar as causas do comportamento, o estruturalismo pode aliar-se a teorias mentalistas que “preencheriam” esse vácuo explicativo: “Na prática, a negligência sistemática de informações úteis geralmente significa que os dados fornecidos pelo estruturalista são utilizados por outros . . . Na teoria, isso significou a sobrevivência de conceitos mentalistas” (Skinner, 1974, p. 12).

O Behaviorismo metodológico supera as duas abordagens anteriores quando considera apenas fatos observáveis para controlar e prever o comportamento humano. Diferente do mentalismo, o Behaviorismo metodológico não precisa fazer referência a causas mentais e, por

isso, consegue prever consistentemente o que um organismo irá fazer ao olhar para as condições antecedentes ou ambientais. Diferente do estruturalismo, o Behaviorismo metodológico não se limita a apenas observar o comportamento, mas também o controla, modificando as causas do comportamento, i.e., o ambiente imediato. Sendo assim, ao considerar apenas fatos observáveis, o Behaviorismo metodológico consegue prever e controlar o comportamento observando e mudando as variáveis ambientais.

Contudo, a sua insistência no que é apenas observável tornou o Behaviorismo metodológico incapaz de gerar uma boa compreensão, uma vez que muitas perguntas sobre os processos psicológicos e comportamentais não podem ser respondidas considerando apenas o que é observável: “O Behaviorismo metodológico e algumas versões do positivismo lógico excluíram eventos privados dos seus limites porque não poderia haver acordo público sobre sua validade” (Skinner, 1974, p. 16). No fim, a epistemologia do Behaviorismo metodológico ainda permite um espaço para o mundo mental, pois vários fenômenos psicológicos (sentimentos, compreensão, pensamentos etc.) que poderiam ser explicados por uma teoria comportamental são descartados por serem considerados mentais ou apenas epifenômenos. Diante da incapacidade de interpretar os fenômenos psicológicos com uma explicação comportamental, o Behaviorismo metodológico tornou-se compatível com teses dualistas, principalmente as que substituem a mente pelo cérebro, na tentativa de complementar as lacunas da sua teoria com explicações fisiológicas (dependendo do estudo de variáveis intermitentes).

Por fim, o Behaviorismo skinneriano, além de estar baseado no conhecimento científico que busca controlar e prever o comportamento, considerando o papel do ambiente, alcança uma melhor compreensão do comportamento humano quando não depende de outras explicações, mentalistas ou fisiológicas, para responder às perguntas sobre os fatos psicológicos. Em vez de

ignorar essas perguntas ou depender da fisiologia para explicar o comportamento, o Behaviorismo skinneriano procurou compreender o comportamento com uma interpretação dos eventos privados, entendidos como um produto colateral da história da relação do organismo com o mundo. Sendo assim, em vez de “internalizar” a explicação do comportamento, uma compreensão apropriada do comportamento possibilita que os processos e fenômenos psicológicos sejam *vistos* e explicados como produtos de contingências.

Por exemplo, para responder à pergunta “por que as pessoas dizem ‘estou com dor na barriga!’?” aquilo que é sentido logo antes do comportamento (úlceras) não é considerado como a causa da resposta (‘estou com dor na barriga!’), conforme as teorias mentalistas ou fisiológicas acreditam. A resposta verbal do indivíduo deve ser interpretada como produto de um treinamento em que a comunidade verbal o ensinou a ficar sob controle daquele evento privado (úlceras) (Skinner, 1945/1984).

No entanto, há autores que adotam a posição de que o Behaviorismo de Skinner não tem como objetivo a compreensão do comportamento. Por exemplo, no título de seu trabalho: “Somos todos behavioristas metodológicos”, Carvalho Neto (2011) sugere que, no limite, todos os behavioristas são behavioristas metodológicos ou, pelo menos, deveriam ser. Carvalho Neto (2011) defende que o Behaviorismo skinneriano adota “uma perspectiva pragmática, na qual um conhecimento privado poderia ser base para uma ciência do comportamento, desde que gerasse previsão e controle” (p. 25). Considerando o papel do Behaviorismo skinneriano em satisfazer o objetivo de compreensão, a interpretação e as análises apresentadas até aqui vão no sentido oposto a essa sugestão, uma vez que o Behaviorismo de Skinner está preocupado com a compreensão do comportamento humano e não apenas com a previsão e controle.

Os behavioristas radicais consideram os eventos privados para *compreender* os termos psicológicos: “O resultado é que, enquanto o behaviorista radical pode, em alguns casos, considerar eventos privados (possivelmente inferencialmente, mas ainda assim significativamente), o behaviorista metodológico se colocou em uma posição em que não pode fazê-lo” (Skinner, 1999a, p. 382). No entanto, uma investigação científica que almeja *previsão* e *controle* dos eventos privados está reservada aos fisiologistas, os quais possuem seus próprios métodos e tecnologias para investigá-los: “No caso do sentimento, ambos os eventos privados e o que é feito ao senti-los devem ser deixados ao fisiologista” (Skinner, 1989, p. 11). Se a pesquisa científica do que são eventos privados é responsabilidade da fisiologia, como o behaviorista radical deve *compreendê-los*?

Compreender o papel dos eventos privados exige a capacidade de ver contingências, uma vez que os eventos privados, que são sentidos, são efeitos colaterais de determinadas contingências. Conforme os sentimentos se tornam cada vez mais sutis um entre o outro, mais vantajoso é observar as diferenças sutis de contingências que geram cada sentimento. Skinner não nega a possibilidade de autoconhecimento gerado pela introspecção (comportamento de observar e descrever os eventos privados), mas ele ressalva que as contingências que geram esse comportamento são sempre deficientes, pois a comunidade verbal que cria as contingências responsáveis pela introspecção sempre *infere* eventos privados:

Podemos ensinar uma criança a nomear um objeto, por exemplo, apresentando-o ou apontando para ele, pronunciando seu nome e reforçando uma resposta semelhante pela criança, mas não podemos fazer isso com um estado corporal. Não podemos apresentar ou apontar para uma dor, por exemplo. Em vez disso, *inferimos* a presença da dor a partir de algum acompanhamento público. (Skinner, 1989, p. 4, grifo nosso)

A capacidade de *ver* contingências promove uma inversão completa no papel explicativo entre o público e o privado. Com isso, Skinner (1974) ofereceu uma nova forma de pensar e compreender o ser humano e, conseqüentemente, o comportamento:

Como filosofia de uma ciência do comportamento, o Behaviorismo demanda provavelmente a mudança mais drástica já proposta em nossa maneira de pensar sobre o homem [sic]. É quase literalmente uma questão de inverter a explicação do comportamento de dentro para fora. (p. 249)

Com essa nova compreensão do comportamento humano, ele conseguiu evitar perguntas metafísicas e mentalistas que atrapalham a investigação do papel do ambiente, sem precisar ignorar conceitos e processos psicológicos importantes para a psicologia. Portanto, o que diferencia a Análise do Comportamento de outras teorias é o Behaviorismo skinneriano que permite ver contingências, contribuindo com a compreensão do comportamento para além de objetivos como previsão e controle.

O mentalismo, o estruturalismo e o Behaviorismo metodológico, representam um perigo para a Análise do Comportamento, e conseqüentemente para a sociedade, porque elas impedem ou ignoram a investigação científica do comportamento. O Behaviorismo cumpre o seu papel ao fornecer a compreensão necessária para se opor a essas três teorias que tentam explicar o comportamento humano. O mentalismo “desvia” o olhar do cientista do ambiente para o mundo mental. O estruturalismo não tem a pretensão de dar uma explicação. O Behaviorismo metodológico aceita explicações fisiológicas, afastando novamente o cientista de se satisfazer com causas ambientais.

Conclui-se que o Behaviorismo skinneriano produz compreensão do comportamento humano quando: i) esclarece más compreensões (e.g., se propõe a responder 20 más

compreensões na obra *About Behaviorism*); ii) ataca explicações mentalistas (ver seção anti-mentalismo); iii) capacita behavioristas a *ver* contingências; e iv) responde a perguntas sobre fenômenos psicológicos com interpretações comportamentais. Ao produzir compreensão, o Behaviorismo skinneriano promove a investigação científica e abre espaço para perguntas pragmaticamente legítimas que seriam capazes de ajudar na resolução dos problemas do mundo.

A partir da análise dos trechos, foi encontrado que o significado de compreensão se aproxima do significado de interpretação: produzir compreensão do comportamento é produzir uma interpretação comportamental. Para tanto, foram encontrados dois significados de interpretação compatíveis com o significado de compreensão: i) interpretação como extrapolação e ii) interpretação como habilidade.

Interpretação como extrapolação

A interpretação como extrapolação depende de explicações comportamentais para dar suposições plausíveis quando o controle e previsão do comportamento não são possíveis, aplicando o conhecimento das leis comportamentais para além dos contextos experimentais em que elas foram descobertas. Skinner indica que muitas teorias científicas são extrapolações de princípios científicos coletados experimentalmente, inclusive quando se tenta explicar o comportamento humano:

A teoria da evolução é uma interpretação, mas é fortemente apoiada por uma ciência na qual previsão e controle são possíveis — a ciência da genética. A análise experimental do comportamento é a “genética das ciências comportamentais.” Há outra razão pela qual a maioria das explicações científicas sobre o comportamento humano permanece uma questão de interpretação. A espécie se distingue pelo fato de

seus membros se envolverem em comportamento verbal. Eles não apenas *respondem* a contingências de reforçamento como fazem ratos e pombos; eles *falam* sobre elas. Formulam regras e dão conselhos uns aos outros, e a si mesmos. São ensinados a fazer isso desde cedo e continuam a fazê-lo ao longo de suas vidas. Em qualquer contexto dado, portanto, seja na vida diária ou no laboratório, o comportamento humano deve ser tratado como um produto conjunto das contingências de reforçamento predominantes e do que uma pessoa diz sobre elas. Isso não significa que o comportamento humano não seja regido por leis, porque deveríamos ser capazes de explicá-lo se conhecêssemos todos os fatos, mas a maior parte do que as pessoas dizem a si mesmas sobre o mundo em que vivem é produto de uma história pessoal que está fora do nosso alcance. Por um longo tempo ainda, o comportamento humano provavelmente permanecerá amplamente um assunto para interpretação em vez de previsão e controle. (Skinner, 1987, p. 10, grifo do autor)

A questão discutida aqui por Skinner se resume à função da explicação do comportamento humano para obter uma interpretação. Tanto o comportamento de outros animais, como pombos e ratos, e o do ser humano obedecem aos mesmos princípios comportamentais. A diferença entre o comportamento de outros animais e dos seres humanos é que os últimos possuem comportamento verbal. Se os princípios comportamentais que regem o comportamento são conhecidos e todos os fatos estão contidos em uma explicação, então é possível prever e controlar o comportamento. No entanto, se todos os fatos sobre o comportamento não estão incluídos em uma explicação, então é possível apenas interpretar o comportamento. Por sua vez, o comportamento verbal também é um comportamento como qualquer outro e obedece aos mesmos princípios. Uma explicação do comportamento pode,

então, ter três objetivos: previsão, controle e interpretação. Mas o que é uma explicação comportamental? E como Skinner usa essas explicações na discussão sobre o Behaviorismo skinneriano?

Na introdução do livro *About Behaviorism*, quando Skinner (1974) lista 20 críticas e incompreensões mais comuns dirigidas ao Behaviorismo e a sua ciência do comportamento, ele diz que é possível responder a essas críticas e más compreensões com uma explicação comportamental:

O Behaviorismo que eu apresento neste livro é a filosofia desta versão especial de uma ciência do comportamento. O leitor deve saber que nem todos os behavioristas concordarão com tudo o que digo. Watson falava como “o behaviorista”, e em sua época ele era o behaviorista, mas ninguém pode assumir esse papel hoje em dia. O que se segue é, reconhecidamente – e, como um behaviorista, devo dizer necessariamente – uma visão pessoal. Eu acredito, no entanto, que ele [o Behaviorismo] é uma explicação [*account*] consistente e coerente, que responde satisfatoriamente às críticas listadas acima. (Skinner, 1974, p. 8)

Nesta citação, há quatro informações que precisam ser esclarecidas: 1) o pronome pessoal *it* que Skinner usa na última frase; 2) o termo *account*; 3) o Behaviorismo como filosofia desta versão especial de uma ciência do comportamento; e 4) como o Behaviorismo responde a críticas e incompreensões sobre ele e a ciência do comportamento.

Sobre o item (1), no trecho original Skinner usa o pronome *it*: *I believe, however, that it is a consistent and coherent account, which satisfactorily answers the criticisms listed above.* O *it* pode estar fazendo referência a *Behaviorism* (Behaviorismo) ou *personal view* (visão pessoal),

no entanto, a visão pessoal de Skinner é o seu Behaviorismo, na medida em que ele é apenas um dos behavioristas que existem na área.

Sobre o item (2), *account* pode ter várias definições como descrever, explicar, considerar etc. No capítulo *What is Inside the Skin?*, Skinner compara as vantagens de uma explicação (*account*) behaviorista em relação a uma explicação (*account*) mentalista. Uma das suas vantagens é que a explicação behaviorista pode ser usada para interpretar, nas palavras de Skinner (1974):

Uso na interpretação. Quando o comportamento humano é observado sob condições que não podem ser exatamente descritas e quando as histórias estão fora de alcance, muito pouca previsão ou controle é possível, mas uma *explicação* [*account*] behaviorista ainda é mais útil do que uma mentalista para *interpretar* o que uma pessoa está fazendo ou o porquê ela se comporta desse jeito sob tais circunstâncias. Um ouvinte geralmente não tem dificuldade em identificar as ideias que um falante está expressando, embora não tenha evidências independentes, mas, se vamos adivinhar, é mais útil adivinhar sobre a herança genética e a história ambiental do que sobre os sentimentos que resultaram delas. (pp. 209-210, grifos nossos)

Essa citação leva a dois questionamentos: a) qual a diferença entre essa explicação (*account*) útil, que serve para interpretar ou “adivinhar”, e uma explicação propriamente científica, que serve para prever e controlar?; e b) por que uma explicação behaviorista é “mais útil” que uma explicação mentalista para interpretar? Sobre a pergunta (a), a função de uma explicação científica é conseguir prever e controlar fenômenos particulares:

A explicação científica é uma explicação causal. Os cientistas procuram por causas. Eles fazem isso porque a ciência busca explicações que também nos permitam

controlar e prever fenômenos, e isso é algo que apenas o conhecimento das causas pode fornecer. (Rosenberg, 2012, p. 42)

De acordo com Rosenberg (2012), os positivistas lógicos estabeleceram pelo menos dois critérios para considerar um fenômeno específico cientificamente explicado: i) leis, que descrevem relações gerais entre eventos, e ii) condições iniciais, que preenchem os lugares de variáveis em uma lei. Quando uma explicação de um evento é formulada, o evento já ocorreu. No entanto, é possível usar essa explicação, incluindo leis e condições iniciais, para prever e controlar eventos futuros (Rosenberg, 2012). Por exemplo, para explicar cientificamente o comportamento de um gás ideal é utilizado a lei dos gases ideais ($PV = nRT$). Com informações relevantes (como pressão e temperatura) e a lei dos gases ideais, é possível prever e controlar o volume do gás, desde que todas as informações necessárias estejam disponíveis. E quando nem todas as informações necessárias estão ao alcance? Nesse caso, resta a interpretação. Assim como uma explicação pode ser usada para prever e controlar o comportamento, ela também pode ser usada para interpretá-lo. É possível utilizar uma explicação que contém leis comportamentais e parte da história de contingências para interpretar um evento comportamental, mesmo que não se tenha toda a história comportamental para prever e controlar. Diferente dos positivistas lógicos, Skinner considera que as explicações podem ter objetivos para além do controle e previsão, incluindo a interpretando, ou compreendendo, o comportamento humano.

É por isso que Skinner destaca em alguns momentos que a atividade interpretativa é um comportamento que depende do conhecimento sobre os processos comportamentais que são encontrados no laboratório, de acordo com Skinner (1974): “O aumento do conhecimento do controle exercido pelo ambiente permite examinar os efeitos do mundo sob a pele e a natureza do autoconhecimento. Também permite interpretar uma grande variedade de expressões

mentalistas” (p. 17). E conforme o conhecimento científico é aplicado, ele permite interpretar, ou compreender, o comportamento: “Aqueles familiarizados com a pesquisa de laboratório terão mais chance de procurar o que é importante e saberão sobre o que perguntar; eles terão uma *compreensão* melhor do que veem. É por isso que podem *interpretar* a vida diária de forma mais precisa” (Skinner, 1974, p. 252, grifos nossos).

Contudo, qual é a função de interpretar, ou compreender, um fenômeno nesse sentido? Essa questão pode ser respondida junto à questão (b). De acordo com Skinner (1974), as explicações mentalistas impedem a investigação científica: “Explicações mentalistas desmotivam a curiosidade e interrompem a investigação. É tão fácil observar sentimentos e estados mentais em um momento e em um lugar que os fazem parecer causas, que não somos inclinados a investigar mais” (Skinner, 1974, p. 14). Ser capaz de interpretar contingências nunca vistas antes é um estágio para iniciar uma investigação científica, tornando uma explicação, mesmo que “incompleta”, mais útil que uma explicação mentalista que desmotiva a curiosidade.

Sobre o item (3), quando Skinner (1974) define o Behaviorismo como filosofia de uma versão especial de ciência do comportamento, Skinner (1974) estabelece uma relação exclusiva entre o Behaviorismo skinneriano e a sua ciência: não é qualquer ciência do comportamento que é defendida pelo Behaviorismo skinneriano, nem qualquer Behaviorismo que é sustentado por essa ciência. Reafirmando essa relação, ele começa questionando por que há tanta incompreensão sobre o Behaviorismo como a filosofia da ciência do comportamento, chegando ao seguinte argumento: essa versão especial de uma ciência do comportamento é confundida com outras ciências do comportamento que não levantam tópicos behavioristas relevantes. Como há uma relação estreita entre a sua filosofia e a sua ciência, a própria filosofia também é confundida. Nessa confusão, as pessoas acabam não compreendendo o Behaviorismo. Conclui-se

que a sua filosofia é incompreendida por conta da incompreensão de sua ciência. Nas palavras de Skinner (1974):

Deve haver alguma outra razão do porquê o Behaviorismo, como a filosofia de uma ciência do comportamento, ainda ser tão seriamente incompreendido. Eu acredito que a explicação é a seguinte: a própria ciência é incompreendida. Há vários tipos diferentes de ciência comportamental e alguns deles, como eu irei mostrar mais adiante, formulam o campo de formas que não levantam questões behavioristas importantes. (p. 7)

O que sustenta a relação especial entre a sua filosofia e a sua ciência é a dependência do Behaviorismo skinneriano ao que é encontrado no laboratório e, conseqüentemente, uma explicação deve basear-se nas leis comportamentais descritas nos experimentos que mostram a importância do ambiente para interpretar o comportamento: “Em uma análise operante, e no Behaviorismo radical que se baseia nela, o ambiente permanece onde está e onde sempre esteve – fora do corpo” (Skinner, 1974, p. 73). As leis comportamentais mostram que o ambiente tem um papel fundamental para explicar o comportamento, mesmo quando não é possível prever ou controlar. Ou seja, uma explicação que contém leis comportamentais aponta para variáveis ambientais como causas do comportamento, ainda que fatos necessários para o controle e previsão estejam ausentes. Portanto, se essa ciência especial for mal compreendida, a sua filosofia também o será. Simultaneamente, a ciência do comportamento também depende das interpretações para fazer avanços metodológicos e tecnológicos (Skinner, 1974). De acordo com Malavazzi e Micheletto (2021):

A interpretação exigiu a formulação prévia de leis, conceitos e princípios derivado de análise experimental. Nesse sentido, ela foi subordinada à primeira. Por outro lado, a

interpretação indicou novos rumos à análise experimental. Neste caso, ela a subordinou. Não se trata, pois, de uma via unilateral ou de um caminho percorrido apenas do simples ao complexo, da experimentação à interpretação, do laboratório à vida diária. Trata-se, sim, de uma relação bilateral. (p. 9)

Sobre o item (4) “como o Behaviorismo responde a críticas e incompreensões sobre ele e sua ciência do comportamento”, Skinner (1974) defende que o Behaviorismo fornece uma explicação (*account*) coerente e consistente a essas críticas e incompreensões. No entanto, de acordo com Skinner (1974), as questões e críticas dirigidas ao Behaviorismo são respondidas de modo mais *eficaz* pela versão específica de ciência do comportamento humano que é confundida com outras ciências. Segundo Skinner (1974): “As críticas listadas acima são respondidas mais eficientemente por uma disciplina especial, a qual tem sido chamada de análise experimental do comportamento” (p. 8). Contudo, essa ciência ainda não foi desenvolvida o suficiente, o que resta fazer então? A solução é achar um substituto, nas palavras de Skinner (1974): “O Behaviorismo que eu apresento neste livro é a filosofia dessa versão especial de uma ciência do comportamento. . . Eu acredito, no entanto, que [o Behaviorismo] é uma explicação [*account*] consistente e coerente, o qual responde satisfatoriamente às críticas listadas acima” (p. 8).

Skinner acredita na capacidade de explicações behavioristas serem usadas para interpretar eventos de interesse e responder *agora* às questões e críticas direcionadas ao próprio Behaviorismo e à ciência do comportamento. Por isso, Skinner lança mão de argumentos interpretativos para escrever o seu livro:

Grande parte do argumento [apresentado neste livro] ultrapassa os fatos estabelecidos. Estou interessado na *interpretação* em vez de previsão e controle. Cada campo científico tem um limite além do qual a discussão, embora necessária,

não pode ser tão precisa quanto se desejaria. Um autor disse recentemente que ‘mera especulação que não pode ser testada por verificação experimental não faz parte da ciência’, mas se isso fosse verdade, grande parte da astronomia, por exemplo, ou da física atômica não seria considerada ciência. A especulação é necessária, na verdade, para desenvolver métodos que permitirão um melhor controle sobre o assunto em questão. (Skinner, 1974, p. 19, grifo nosso)

Interpretação como habilidade

Por fim, a interpretação como habilidade se aproxima de a noção de compreensão como *ver* contingências. Skinner (1969a) levanta a questão de que seria quase impossível alguém que nunca entrou em contato com a análise do comportamento compreender desde o comportamento simples de um pombo treinado no laboratório até o comportamento complexo do ser humano no dia a dia: “*Se ele não conseguia ver o que estava acontecendo em um espaço experimental relativamente simples [comportamento de um pombo treinado para bicar discos], como podemos esperar que ele compreenda o comportamento que vê no mundo ao seu redor?*” (Skinner, 1969a, p. 10, grifo do autor). A capacidade de *ver* as contingências de reforçamento significa o mesmo que compreender o comportamento. Na sequência, Skinner atribui a mesma função à interpretação:

É somente quando analisamos o comportamento sob contingências de reforçamento comprovadas que podemos começar a ver o que está acontecendo na vida cotidiana. Coisas que antes ignorávamos passam a chamar nossa atenção, e coisas que antes atraíam nossa atenção aprendemos a desconsiderar ou ignorar . . . não olhamos mais para o comportamento e o ambiente como coisas ou eventos separados, mas para as

inter-relações entre eles. *Observamos as contingências de reforçamento. Podemos, então, interpretar o comportamento com mais sucesso.* (Skinner, 1969a, p. 10, grifo nosso)

Nesse sentido, qualquer comportamento a ser explicado pressupõe uma interpretação comportamental. Por exemplo, para explicar como funciona a política, pode-se analisar o que mantém as práticas culturais do grupo que detém o monopólio de poder na sociedade (a agência controladora governamental, por exemplo). É possível dar supostas explicações sobre o funcionamento desse grupo, quais são as técnicas utilizadas por ele, que tipo de contingências esse grupo planeja, em função de quais variáveis ele controla etc. No entanto, considerar o governo como uma agência controladora já é um passo interpretativo. O governo continuará funcionando do jeito que funciona, não importa se ele for interpretado por meio do Behaviorismo ou por meio de uma teoria mentalista como um grupo de pessoas sádicas que tem seus desejos agressivos satisfeitos em cargos de poder. É nesse sentido que Skinner (1982) diz: “Uma mudança em uma teoria sobre a natureza humana não pode mudar os fatos. Nossas conquistas em ciência, arte, literatura, música e moralidade sobreviverão a *qualquer interpretação* que coloquemos sobre elas” (p. 150, grifo nosso). O governo não irá sumir se for dada uma interpretação, ou compreensão, comportamental para ele, assim como os sentimentos também não irão sumir.

Conclui-se que a interpretação, ou compreensão, é uma habilidade de identificar relações entre eventos. Sem o Behaviorismo dificilmente alguém descreveria esses eventos em uma mesma lei científica, por isso é necessário passar por um treinamento e aprender a ver essas relações. Algumas pessoas podem aprender a identificar melhor ou pior essas relações. É nesse sentido também que as duas noções de interpretação, como extrapolação e como habilidade,

estão intimamente relacionadas. Novos níveis de interpretação são alcançados como objetivo, na medida que o indivíduo aprende a explicar melhor ou pior um comportamento. No entanto, primeiro é preciso que haja um domínio da teoria comportamental e, assim, que ele veja relações entre os eventos. Mais especificamente, dar suposições plausíveis quando o controle e previsão do comportamento não são possíveis, pressupõe a habilidade de identificar contingências.

Chegou-se, então, no seguinte argumento: “Se o Behaviorismo skinneriano é responsável pela compreensão, e obter compreensão é o mesmo que obter interpretação, então o Behaviorismo skinneriano é também responsável pela interpretação”. Portanto, além do Behaviorismo skinneriano ser uma filosofia, ele é responsável pela compreensão, ou interpretação,¹¹ do comportamento.

Síntese

Como foi visto, o Behaviorismo skinneriano é uma filosofia da ciência interessada em discutir várias questões filosóficas, mas ele também é responsável pela compreensão, ou interpretação, do comportamento. Será que essas duas caracterizações da radicalidade do Behaviorismo podem ser integradas em uma única definição?

Alguns autores (Carvalho Neto, 2011; Donahoe, 1993; Hayes, 2010; Malavazzi & Micheletto, 2021) consideram que o exercício de interpretação produz conhecimento científico. No entanto, aceitar essa tese significa aceitar que as suas produções teóricas (*Verbal Behavior*, *Beyond Freedom and Dignity* e as interpretações políticas, por exemplo) produzem

¹¹ Vale destacar que o conectivo ‘ou’ está sendo usado aqui e nas próximas partes do texto como uma disjunção inclusiva. Ou seja, ele indica que, semanticamente, ‘interpretação’ pode ser substituída por ‘compreensão’ sem perda de sentido.

conhecimento científico. Tendo em vista que muitas dessas interpretações respondem perguntas filosóficas, pondera-se se a interpretação não produziria um outro tipo de conhecimento.

Foi discutido na seção sobre interpretação e compreensão que há graus de conhecimento, mas o que diferencia o conhecimento científico dos demais conhecimentos? Skinner (1974) acreditava que, embora o conhecimento científico fosse subjetivo no sentido de ser um comportamento de um indivíduo, é a objetividade das descrições de contingências vigentes e a sua capacidade de produzir comportamentos efetivos que torna esse conhecimento “especial”. De acordo com Skinner (1974), o alto grau de objetividade da ciência é obtida da seguinte maneira: em primeiro lugar, é necessário um ambiente controlado, ou experimental, para aumentar a probabilidade de descrições de regularidades comportamentais. Ao mesmo tempo, esse ambiente diminui as influências da história individual do cientista nas suas descrições, criando um grau mais elevado de objetividade: “A objetividade que distingue o comportamento governado por regras do comportamento gerado pela exposição direta a contingências é intensificada por testes de validade, provas, práticas que minimizam influências pessoais e outras partes do método científico” (Skinner, 1974, p. 144).

Em segundo lugar, na prática o conhecimento não é feito isoladamente, pois, além do fato de que parte do método científico é revisado por pares, a comunidade científica desempenha um papel importante na objetividade e ampliação do conhecimento. Quando o cientista descreve relações entre eventos na forma de leis, que ajudam outras pessoas a agir mais efetivamente no mundo, e outros cientistas também chegam a essas mesmas leis, alcança-se novos graus de objetividade (ver Skinner, 1974, p. 145).

É a objetividade das leis comportamentais que formam um corpo de conhecimento “seguro” e permite a Skinner dar interpretações sobre vários temas da filosofia. Por exemplo, em

sua autobiografia, Skinner (1983) relata a importância de suas interpretações sobre a liberdade e dignidade para o Behaviorismo: “comecei a escrever o que chamei de ‘o livro sobre liberdade e dignidade.’ O tema era central para o campo do meu *Career Award* e para o Behaviorismo” (Skinner, 1983, p. 308). No entanto, ele estava receoso sobre a originalidade de suas ideias e chegou à conclusão de que o diferencial de sua posição era uma base científica “segura” que ele construiu para sustentar as suas formulações:

Parece-me que cheguei a novas ideias em uma sequência natural, começando com a inevitável formulação desajeitada de certas questões tradicionais em termos de comportamento operante. *O argumento repousa solidamente em uma base experimental*, mas sou assombrado pela possibilidade de que outros possam ter alcançado uma posição semelhante por um atalho. Isso poderia ter acontecido, mas — (1) Onde estão esses outros? Meus críticos não parecem tê-los encontrado. Quem quer que sejam, tiveram pouquíssimo efeito na filosofia e nas ciências sociais hoje. (2) Mesmo que outra pessoa esteja “certa” — do meu ponto de vista, é claro! — estaria certa pelos motivos errados ou irrelevantes. *Pelo menos coloquei a fundação sob a casa, e com esse efeito — agora é possível continuar com a construção.* (Skinner, 1983, pp. 308-309, grifos nossos)

Portanto, a interpretação não pode produzir ou ser sinônimo de conhecimento científico, pois não é responsável por essa “fundação”. A interpretação também não é objetiva como o conhecimento científico, nem pode ser reproduzida experimentalmente. Não há nada de objetivo nas respostas a perguntas filosóficas. Por exemplo, quando um indivíduo chega a uma interpretação é possível que outra pessoa tenha outra interpretação sobre o mesmo fenômeno, ainda que as duas pessoas sejam treinadas a *ver* contingências. Portanto, a única diferença entre

os filósofos, que poderiam ter chegado às mesmas conclusões de Skinner, e o próprio Skinner é que ele chegou a essas conclusões por um caminho mais “sólido”, ou seja, equipado pelo conhecimento científico. Isso corrobora com o que Skinner disse indiretamente, em 1974, sobre a interpretação não ser uma ciência: “A teoria da evolução não é uma ciência; é uma interpretação de um grande número de fatos, utilizando várias ciências relevantes, entre elas a genética e a ecologia, ambas sendo ou podendo ser preditivas e manipulativas” (p. 226)

Skinner negou que a interpretação seja ciência e afirmou que o Behaviorismo é responsável pela interpretação. Ele também definiu que o Behaviorismo era uma filosofia da ciência. Então, tudo indica que, para Skinner, a interpretação faz parte da filosofia, mas Skinner rejeita essa conclusão:

Stalker e Ziff assumiram que além da ciência e da tecnologia só existe a filosofia. Eu encontrei algo mais: interpretação. Eu a definiria como o uso de termos e princípios científicos ao falar sobre fatos dos quais se sabe muito pouco para tornar a previsão e o controle possíveis. A teoria da evolução é um exemplo. Não é filosofia; é uma interpretação de um vasto número de fatos sobre espécies usando termos e princípios retirados da ciência da biologia, baseados em material muito mais acessível e em análises experimentais e suas aplicações tecnológicas. O princípio básico, reprodução com variação, pode ser estudado em condições controladas, mas seu papel na evolução das espécies existentes é uma mera interpretação. (Skinner, 1984, p. 578)

Nesse trecho, Skinner estava respondendo um comentário que Stalker e Ziff fizeram ao artigo *The operational analysis of psychological terms*. No comentário, Stalker e Ziff acusam Skinner de, com o passar dos anos, mudar o foco de uma busca por uma tecnologia comportamental para o teorizar filosófico, principalmente a partir de 1974 com *About*

Behaviorism. Skinner se defende argumentando que suas contribuições são interpretações em vez de filosofia. Como uma dessas contribuições, ele menciona o *Verbal Behavior* que é exemplo de uma atividade interpretativa alheia ao uso de termos tradicionalmente filosóficos (e.g., referência, ideia ou significado), negando, então, que o livro se trata daquilo que os filósofos chamariam de filosofia da linguagem.

No entanto, Skinner não poderia estar enganado sobre o *Verbal Behavior* não ser um texto filosófico? Ou seja, isso não quer dizer apenas que a sua noção de filosofia difere daquelas acepções que tradicionalmente são reconhecidas como filosóficas? Por exemplo, no primeiro capítulo de *About Behaviorism*, Skinner (1974) acusa as explicações mentalistas de invocar perguntas filosóficas indesejáveis que atrapalham a compreensão do comportamento. Todavia, ele faz isso logo após definir o próprio Behaviorismo como uma filosofia e admitir que os argumentos contidos em *About Behaviorism* são usados para obter interpretação em vez de previsão e controle. Sendo assim, é difícil acreditar que Skinner rejeita todo tipo de filosofia sem cair em uma contradição.

Talvez não seja possível restringir a interpretação exclusivamente à filosofia ou à ciência, mas, quando Skinner responde algumas questões da filosofia (e.g., sobre a natureza humana, conhecimento, política, linguagem etc.) com uma explicação comportamental, é possível dizer que se obtém uma interpretação filosófica.

No entanto, a compreensão filosófica obtida ao responder perguntas filosóficas não encerra todos os modos de como o Behaviorismo produz compreensão. Resta, então, verificar *como* o Behaviorismo, como filosofia da ciência, produz compreensão, ou interpretação, sobre o comportamento humano.

Dentre as características da filosofia do Behaviorismo skinneriano, as análises mostraram que considerar o comportamento como um objeto de estudo por ele mesmo tem um papel importante na sua definição. Então, como a autonomia epistêmica do comportamento produz compreensão do comportamento? Retomando a citação de Skinner (1989):

Não acredito que eu tenha cunhado a expressão *Behaviorismo radical*, mas quando me perguntavam sobre o que eu quis dizer com isso, sempre disse: “a filosofia de uma ciência do comportamento analisado como um objeto de estudo por ele mesmo, separado de explicações internas, mentais *ou fisiológicas*”. (p. 122, grifo do autor)

A autonomia epistêmica do comportamento possui uma definição negativa e positiva que promovem a compreensão, ou interpretação, do comportamento humano. A definição negativa exclui e ataca explicações internas, mentalistas e fisiológicas, que atrapalham a compreensão do comportamento. Já a definição positiva inclui e promove explicações históricas, em vez de explicações internas, que mostram regularidade comportamental, contribuindo para a interpretação, ou compreensão, do comportamento.

A definição negativa do Behaviorismo rejeita responder a questões sobre ontologias tradicionais e seu antimentalismo. As questões da ontologia tradicional decorrem do problema gerado pelas respostas mentalistas, que tentam explicar o comportamento humano por meio de uma sequência infinita de perguntas, dificultando a compreensão do comportamento (ver Skinner, 1974, p. 10). Por isso, a autonomia epistêmica do comportamento é crucial para garantir a exclusão de explicações mentalistas. Segundo Skinner (1969a), o processo de exclusão envolve atacar as explicações internalistas, o que permite aos behavioristas esclarecer suas práticas científicas e criticar diretamente outras teorias explicativas no campo da psicologia. Nas palavras de Skinner (1969a): “O Behaviorismo radical ataca explicações dualistas do comportamento,

antes de tudo, para esclarecer suas próprias práticas científicas, e deve fazê-lo a fim de algum dia contribuir para os assuntos humanos” (p. 267).

Em relação à definição positiva, no artigo *Whatever happened to psychology as the science of behavior?*, Skinner defende que uma possível razão do comportamento humano não ser bem compreendido é ele que foi considerado por mais de 2500 anos como um sintoma de um evento interno, em vez de um objeto de estudo por ele mesmo. Para Skinner (1989), o que diferencia sua abordagem de outras abordagens psicológicas, que servem como obstáculos para uma definição de psicologia como ciência do comportamento, é que existe o Behaviorismo skinneriano que aceita o comportamento como um objeto de estudo por ele mesmo:

Poucas coisas podem ser mais familiares do que o comportamento humano. Estamos sempre na presença de pelo menos uma pessoa se comportando. Nem pode haver algo mais importante, seja o nosso próprio comportamento ou o daqueles que vemos todos os dias ou que são responsáveis pelo que está acontecendo no mundo em geral. No entanto, o comportamento humano certamente *não é a coisa que compreendemos melhor*. Admitindo que é possivelmente o assunto mais difícil já submetido à análise científica, ainda é intrigante que tão pouco tenha sido feito com os instrumentos e métodos que têm sido tão produtivos nas outras ciências. Talvez o problema seja que o comportamento raramente tenha sido pensado como *um objeto de estudo por ele mesmo*, mas sim como uma mera expressão ou sintoma de acontecimentos mais importantes dentro da pessoa que se comporta. (Skinner, 1989, p. 59, grifos nossos)

A autonomia epistêmica do comportamento, então, é importante para a compreensão do comportamento humano. Uma das maneiras pelas quais a autonomia epistêmica promoveu a compreensão foi participar do desenvolvimento de algumas características importantes para a

identidade do Behaviorismo skinneriano. Como foi visto na Introdução, Moore (2005) destaca pelo menos três características para definir o Behaviorismo de Skinner: i) o selecionismo; ii) os eventos privados; e iii) o comportamento verbal. Skinner parece desenvolver todas essas características a partir da autonomia epistêmica do comportamento.

Ainda no artigo *Whatever happened to psychology as the science of behavior?*, Skinner (1989) compõe duas seções, uma com o título de *Early behaviorism* e a outra com o título de *Radical behaviorism*. Ele faz isso para comparar o Behaviorismo metodológico (*Early behaviorism*) e o seu Behaviorismo. Os Behavioristas metodológicos acreditavam que várias características humanas também poderiam ser encontradas nos animais e, por isso, não havia uma vida mental que diferenciaria os humanos dos animais. No entanto, eles ainda lançavam mão de causas internas para explicar o comportamento, substituindo a mente pelo cérebro. Inspirado no trabalho de J. Loeb, Skinner (1989) conseguiu se livrar de explicações internalistas e estudar o comportamento como um objeto de estudo por ele mesmo:

O comportamento parece ter sido aceito pela primeira vez como *um objeto de estudo por ele mesmo* quando organismos muito pequenos com comportamentos muito simples para sugerir processos iniciadores internos foram estudados . . . A formulação de Loeb sobre tropismos e sua ênfase no “movimento forçado” dispensou explicações internas. A coisa a ser estudada era o comportamento do “*organismo como um todo*”. E isso também poderia ser dito de organismos maiores. (p. 61, grifos nossos)

Skinner admite também ter sido influenciado por E. Mach, P. W. Bridgman e B. Russell. A influência desses autores mais o pressuposto de que o comportamento é um objeto de estudo por ele mesmo forneceu as bases para sua tese *The concept of the reflex in the description of*

behavior. A partir desse pressuposto, as variáveis explicativas seriam mantidas “fora do organismo” e outras variáveis (reforçadoras e punidoras) mais relevantes puderam ser observadas. É por isso que, naquela época, Skinner conseguiu explicar mais do que apenas o comportamento reflexo, mas também, o que seria conhecido mais tarde na sua obra, como comportamento operante:

Minha tese, “*The concept of the reflex in the description of behavior*” (1931), estava nessa tradição. Um reflexo, eu argumentava, não era algo que acontecia dentro do organismo; era uma lei do comportamento. Tudo o que realmente observávamos era que uma resposta era uma função de um estímulo. Também poderia ser uma função de variáveis nos campos do condicionamento, motivação e emoção, mas elas também estavam fora do organismo. Eu as chamei de “variáveis de terceira ordem”, mas Tolman mais tarde as colocou de volta dentro e as chamou de “intervenientes”. Foi fácil defender meu argumento, porque os reflexos, condicionados ou não condicionados, eram apenas uma pequena parte do comportamento de organismos mais complexos. No entanto, *a pesquisa que eu estava fazendo na época tinha um escopo mais amplo: o ambiente não apenas eliciava o comportamento, mas também o selecionava*. As consequências pareciam, de fato, ser mais importantes do que os antecedentes. (Skinner, 1989, pp. 61-62, grifo nosso)

Nessa parte do texto, Skinner afirma que já estava desenvolvendo na década de 1930 o selecionismo como um modelo causal, ainda que de forma rudimentar. Todavia, em sua forma mais desenvolvida, o selecionismo de Skinner não se restringe apenas ao nível do comportamento operante. Em 1989, ao discutir a autonomia epistêmica do comportamento,

Skinner argumenta que o comportamento é produto de dois tipos de seleção, a natural e a operante:

Uma declaração de independência da fisiologia, no entanto, era essencial para o “Behaviorismo radical” e eu defendi o caso vigorosamente . . . Infelizmente, meu argumento de que o comportamento deve ser reconhecido como um objeto de estudo *por ele mesmo* tenha sido mal compreendido. Nunca questioneei a importância da fisiologia, em particular da neurociência ou sua relevância para o comportamento. O que acontece dentro da pele de um organismo é parte de seu comportamento, mas não explica o que o organismo faz no espaço ao seu redor até que isso também seja explicado. Se o sistema nervoso (ou, melhor, o organismo como um todo) é o produto da evolução da espécie e do que aconteceu com o indivíduo durante sua vida, e se o que o organismo faz é o produto dos processos atuais no sistema nervoso (ou, melhor, o organismo como um todo), então *o que o organismo faz é o produto da seleção natural e do que aconteceu com o indivíduo*, e é disso que trata a etologia e a análise experimental do comportamento. (Skinner, 1989, pp. 129-130, grifo nosso)

Sendo assim, não basta conhecer apenas as leis comportamentais para compreender o comportamento, pois o comportamento do “organismo como um todo” também é um produto da história da espécie.

Em relação aos eventos privados, o ambiente, de acordo com Skinner (1953/2005b), não é definido pelo que está fora da pele dos organismos. O mundo privado, o qual está sob a pele, também faz parte do ambiente. O cérebro e o sistema nervoso são apenas uma parte do “organismo como um todo”. Portanto, os eventos que podem exercer controle sobre os

“organismos como um todo” são tanto os eventos públicos, acessíveis a mais de um indivíduo, quanto os eventos privados, praticamente acessível a apenas um indivíduo.¹² Entretanto, Skinner faz uma diferenciação importante em relação a outras teorias explicativas que também consideram os eventos privados e o sistema nervoso. No caso dos eventos privados, aquilo que é sentido sob a pele não é a causa do comportamento, mas um evento que pode ser mais bem compreendido por meio de contingências. No caso do sistema nervoso, o comportamento humano não é um sintoma de funcionamento neurofisiológico ou mental, os quais são mais regulares que o comportamento humano. O comportamento humano é um objeto de estudo que demonstra regularidade por ele mesmo, caso seja interpretado por uma teoria apropriada.

Já foi discutido na Introdução e em outras seções deste trabalho o papel dos eventos privados no controle do comportamento verbal que contêm conceitos psicológicos como “dor”, “tristeza” etc. Ainda assim, esse tema precisa ser retomado para mostrar que a defesa de uma autonomia epistêmica impede que o comportamento verbal seja explicado por conceitos internalistas. Desde o desafio de Whitehead em 1934, Skinner (1953/2005b) se engajou no exercício interpretativo para explicar a linguagem. Na seção *Radical behaviorism* do artigo *Whatever Happened to Psychology as the Science of Behavior?*, Skinner (1989) aponta para o comportamento verbal como algo que impede o ser humano de ser estudado no contexto experimental, chamando-o de “contaminação verbal”. É difícil estudar os seres humanos cientificamente, porque eles podem se comportar ou por serem diretamente reforçados pelas consequências, ou por estarem sob controle de descrições de contingências.¹³

¹² É possível ter acesso a esses eventos ao medir a pressão arterial, observar movimentos gástricos, tirar raio-x de ossos quebrados etc. No entanto, esses eventos, na maior parte do tempo, são privados e outras pessoas não têm acesso direto a eles.

¹³ No entanto, para responder à pergunta: “por que as pessoas ficam sob controle de descrições de contingências?” é necessário analisar a história de vida do indivíduo, ou seja, as contingências verbais.

Áreas do conhecimento que lidam com a linguagem, a política, a ética e a epistemologia são explicadas pelo Behaviorismo skinneriano na tentativa de dar interpretações plausíveis. O fato de que ainda não foram feitos experimentos com os comportamentos que são estudados por essas áreas, não impede que haja regularidade e que o comportamento possa ser compreendido. Sendo assim, estudar o comportamento como um objeto de estudo por ele mesmo faz com que todos os eventos comportamentais estejam sujeitos à interpretação, excluindo explicações internalistas que atrapalham uma compreensão do comportamento.

Sem a autonomia epistêmica do comportamento, não teria o porquê Skinner: i) se manter fiel ao ambiente histórico como causa do comportamento (desenvolvendo o selecionismo); ii) ter interesse pelos eventos privados, mas não os usar como causa (aceitando a dicotomia privado-público e rejeitando a mental-físico); e iii) explicar os eventos de várias áreas de estudo para compreender, ou interpretar, o comportamento humano extensivamente (o que inclui o comportamento verbal). Além disso, o estudo do comportamento como um objeto de estudo por ele mesmo produz compreensão ao promover uma investigação científica, uma vez que ele é uma hipótese de trabalho sobre a natureza de um objeto de estudo que é condição para a investigação científica eficaz. Nas palavras de Skinner:

O Behaviorismo é uma formulação que *possibilita uma abordagem experimental eficaz* do comportamento humano. Ele é uma hipótese de trabalho sobre *a natureza de um objeto de estudo*. Pode precisar ser esclarecida, mas não precisa ser debatida. Não tenho dúvidas sobre o triunfo iminente dessa posição – não que ela um dia irá se provar correta, mas que fornecerá a rota mais direta para uma ciência bem-sucedida do Homem [sic]. (Skinner, 1982, p. 240, grifos nossos)

Conclui-se que, com uma definição negativa e positiva do Behaviorismo skinneriano, como o estudo do comportamento como um objeto de estudo por ele mesmo, que produz compreensão, ou interpretação, do comportamento humano, visto que a autonomia epistêmica do comportamento: i) exclui e ataca explicações internalistas; ii) garante que a explicação do comportamento seja externa ao “organismo como um todo”, o que possibilitou Skinner *ver* contingências; iii) exige que seja dado uma explicação histórica, não internalista, de uma variada gama de conceitos e comportamentos tradicionalmente restritos a outras ciências e campos da filosofia; e iv) permite uma investigação científica do comportamento nos moldes propostos por Skinner.

Considerações Finais

O objetivo geral deste trabalho foi elaborar uma definição do Behaviorismo skinneriano a partir das obras de Skinner. Heuristicamente, o objetivo foi desdobrado em três perguntas que deveriam ser respondidas ao final do trabalho: i) O uso das palavras-chave permanece constante em toda a sua obra, até mesmo antes de ele qualificar pela primeira vez o seu Behaviorismo como radical em 1945? ii) Como é possível interpretar o que Skinner disse sobre o seu Behaviorismo ser a *filosofia* da ciência do comportamento? iii) Quais são as principais discussões teórico-conceituais que definem o Behaviorismo skinneriano?

Sobre a questão (i), de acordo com a análise da seção “Cronologia do Emprego da(s) Expressão(ões)”, a baixa ocorrência das palavras-chave em textos teóricos pode ser explicada pelo fato de que grande parte dos livros teóricos de Skinner abordavam questões pertencentes ao Behaviorismo skinneriano, mas Skinner raramente discutia o Behaviorismo especificamente. Por exemplo, quando Skinner mais discutiu de sua abordagem especificamente em 1974, ele estava

reagindo às críticas que recebeu por conta de seus outros trabalhos para esclarecer essas incompreensões. A análise também mostrou que não há uma tendência significativa por parte de Skinner em usar mais o Behaviorismo, mas os dados obtidos mostram que Skinner publicou cada vez mais obras com menções de Behaviorismo. Por fim, foi visto que Skinner já desenvolvia seu Behaviorismo na década de 1930 como uma autonomia epistêmica do comportamento. Portanto, é possível dizer que o seu Behaviorismo estava sendo desenvolvido antes mesmo da expressão *Radical Behaviorism* ser usada pela primeira vez por Skinner em 1945 e defini-la em 1963.

Sobre a questão (ii), com base nas definições da seção “Caracterização do Behaviorismo skinneriano”, foi encontrado que o Behaviorismo skinneriano, como uma filosofia da ciência, possui pelo menos três funções: (i) atacar explicações mentalistas com uma filosofia crítica; (ii) responder algumas questões filosóficas; e (iii) defender a autonomia epistêmica do comportamento. A variedade de questões filosóficas torna-a uma filosofia ampla que responde questões sobre epistemologia, ética, política etc. Questões como as da ontologia tradicional, as quais não são úteis para a prática científica, são ignoradas.

Sobre a questão (iii), a partir das análises das seções “Cronologia do Emprego da(s) Expressão(ões)” e “Caracterização do Behaviorismo skinneriano”, foi encontrado que a defesa da autonomia epistêmica do comportamento é a principal discussão que define o “radicalismo” do Behaviorismo skinneriano. Essa característica marcou o início do Behaviorismo skinneriano na década de 1930 e aparece durante toda a sua obra até o seu fim, em 1989, mostrando-se indispensável para legitimar a investigação científica do comportamento como um objeto de estudo por ele mesmo, sem reduzir a análise do comportamento a outras teorias explicativas. Além de ter surgido primeiro em relação a outras discussões (e.g., sobre os eventos privados, selecionismo e comportamento verbal), há três razões teóricas que demonstram a centralidade da

defesa da autonomia epistêmica do comportamento na definição do Behaviorismo skinneriano: i) ela foi necessária para o desenvolvimento de outras características do Behaviorismo; ii) promove a compreensão sobre o comportamento humano; e iii) permite uma investigação científica e *eficaz* do comportamento.

Com base nas respostas às três questões, chegou-se à seguinte definição do Behaviorismo skinneriano: é um filosofia ampla interessada em questões de diversos ramos da filosofia, que assume o comportamento como objeto de estudo por ele mesmo, que é despreocupada com questões ontológicas tradicionais, que tem como objetivo previsão, controle e interpretação de quaisquer comportamentos incluídos os comportamentos verbais, sociais e privados, a partir de quaisquer métodos que favoreçam tais objetivos, que se opõe a explicações mentalistas e que fundamenta análises políticas e estratégias de transformação social. Essa é uma definição compreensiva do que foi encontrado nos textos de Skinner. No entanto, é possível resumir essa definição dando destaque as principais características do Behaviorismo skinneriano: é uma filosofia ampla que defende a autonomia epistêmica do comportamento para obter interpretação do comportamento humano.

Com essa definição resumida não se tem a pretensão de esgotar o significado do Behaviorismo skinneriano, uma vez que ela não inclui outras características e conceitos que também compõem o significado da expressão. As análises só mostraram que essas características são indispensáveis para a identidade do Behaviorismo skinneriano; logo, seria possível abandonar alguns conceitos discutidos por Skinner (e.g., os eventos privados) ou incluir novas discussões, as quais sejam coerentes com a autonomia epistêmica do comportamento, sem perder a identidade do Behaviorismo skinneriano.

Pesquisas futuras poderiam se engajar em uma definição mais robusta da expressão. Isso exigiria uma ampliação do método deste trabalho. Por exemplo, outras pesquisas poderiam incluir mais textos do Skinner (e.g., artigos avulsos, autobiografias e entrevistas) na análise ou, também, considerar os usos de outras expressões que também contribuem para o desenvolvido da sua proposta (e.g., *philosophy*, *theory* e adjetivos com o radical *behavioris**). No fim, pesquisas futuras poderiam analisar os textos considerados importantes para a identidade do Behaviorismo, mas que não possuem menções das expressões consideradas aqui.

Skinner não pôde continuar a desenvolver o seu Behaviorismo. Contudo, o Behaviorismo não precisa morrer junto com ele. É a vez dos analistas do comportamento encararem essa empreitada, tratando o Behaviorismo como uma filosofia viva. Como foi visto, há razões cronológicas e teóricas para defender a autonomia epistêmica do comportamento como a identidade do Behaviorismo skinneriano para guiar o seu desenvolvimento. Com essa identidade, é possível: i) abandonar supostas abordagens “behavioristas” que colocam em risco uma legítima ciência do comportamento, ou seja, abordagens que permitem (ou desejam) que a ciência do comportamento seja um dia substituída pela neurofisiologia ou teorias mentalistas; e ii) garantir uma base para dialogar com outros campos do conhecimento que sejam coerentes com o Behaviorismo skinneriano, como literatura, filosofia, biologia ou outras abordagens psicológicas.

Referências

- Abib, J. A. D. (1997). *Teorias do comportamento e subjetividade na psicologia*. Editora da Universidade Federal de São Carlos.
- Abib, J. A. D. (2001). Arqueologia do behaviorismo radical e o conceito de mente. Em H. J. Guilhardi et al. (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição*, (Vol. 7, pp. 20-35). Esetec.
- Abib, J. A. D. (2002). Ética de Skinner e metaética. Em H. J. Guilhardi et al. (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição*, (Vol. 10, pp. 125-136). Esetec.
- Andery, M. A. P. A., Micheletto, N., & Sérgio, T. M. D. A. P. (2004). Publicações de B. F. Skinner: de 1930 a 2004. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(1), 93-134. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v6i1.69>
- Aristóteles (1998). *Política*. (A. C. Amaral & C. Gomes, Trans.). Vega. (Original publicado ca. 340 A.E.C)
- Bobbio, N. (2000). *Teoria geral da política: A filosofia política e as lições dos clássicos* (D. B. Versiani, Trad.). Elsevier. (Original publicado em 1999)
- Bobbio, N. (2017). *A teoria das formas de governo na história do pensamento político* (L. S. Henriques, Trad.). Edipro. (Original publicado em 1976)
- Boring, E. G., Bridgman, P. W., Feigl, H., Pratt, C. C., & Skinner, B. F. (1945). Rejoinders and second thoughts. *Psychological Review*, 52(5), 278-294. <https://doi.org/10.1037/h0063275>
- Cozby, P. C. (2006). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento* (P. I. C. Gomide & E. Otta, Trad.). Atlas.

- Cruz, R. N., & Cillo, E. N. P. (2008). Do mecanicismo ao selecionismo: Uma breve contextualização da transição do behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(3), 375-385. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000300015>
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo radical: Crítica e metacrítica*. (2ª ed.). Editora da UNESP.
- Carrara, K., & Strapasson, B. A. (2014). Em que sentido(s) é radical o behaviorismo radical? *Acta Comportamentalia*, 22(1), 101-115. <https://doi.org/10.32870/ac.v22i1.48854>
- Carvalho Neto, M. B. (2011). Somos todos behavioristas metodológicos. *Boletim*, 35, 24-30. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248078/mod_resource/content/1/Somos%20todos%20behavioristas%20metodologicos%20-%20Carvalho%20Neto%202011.pdf
- Day, W. F. (1969). On certain similarities between the philosophical investigations of Ludwig Wittgenstein and the operationism of B. F. Skinner. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12(3), 489-506. <https://doi.org/10.1901/jeab.1969.12-489>
- Dancy, J. (1985). *An introduction to contemporary epistemology*. Oxford: Blackwell.
- Donahoe, J. W. (1993). The unconventional wisdom of B. F. Skinner: The analysis-interpretation distinction. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 60(2), 453-456. <https://doi.org/10.1901/jeab.1993.60-453>
- Malavazzi, D. M., & Micheletto, N. (2021). Interpretação: Um objetivo e um método da ciência de B. F. Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37217>
- Dourado, L. B., Lopes, C. E., & Pompermaier, H. M. (2021). O besouro na caixa de Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37221>

- Gensler, H. J. (2011) *Ethics: A contemporary introduction* (2th ed.). Routledge. (Original publicado em 1998)
- Hall, G. (1987). The implications of radical behaviorism: A critique of Skinner's science of behaviour and its application. In: S. Modgil & C. Modgil (Eds.), *B. F. Skinner: consensus and controversy*. Falmer Press.
- Holland, J. G., & Skinner, B. F. (1961). *The analysis of behavior: A program for self-instruction*. McGraw-Hill.
- Laurenti, C. (2004). *Hume, Mach e Skinner: A explicação do comportamento*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório institucional UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4817>
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2009). Explicação e descrição no behaviorismo radical: Identidade ou dicotomia? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 129-136. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000100015>
- MacFarlane, J. (2002). Frege, kant, and the logic in logicism. *The Philosophical Review*, 111(1), 25-65. <https://doi.org/10.1215/00318108-111-1-25>
- Malagodi, E. F. (1986). On radicalizing behaviorism: A call for cultural analysis. *The Behavior Analyst*, 9(1), 1-17. <https://doi.org/10.1007/BF03391925>
- Marçal, J. V. S. (2010). Behaviorismo radical e prática clínica. Em A. K. C. R. de Farias (Org.). *Análise Comportamental Clínica: aspectos teóricos e estudo de caso*. (pp. 30-43). Artmed.
- Marr M. J. (2011). Has radical behaviorism lost its right to privacy?. *The Behavior analyst*, 34(2), 213-219. <https://doi.org/10.1007/BF03392252>

- Moore, J. (2005). Some historical and conceptual background to the development of B. F. Skinner's "radical behaviorism" – Part 3. *The Journal of Mind and Behavior*, 26(3), 137-160.
- Moore, J. (2008). *Conceptual foundations of radical behaviorism*. Sloan Publishing.
- Mortari, C. A. (2001). *Introdução à lógica*. Editora UNESP.
- Moxley, R. A. (1999). The two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27(2), 97-125. Recuperado de <https://www.jstor.org/stable/27759395>
- Moxley, R. A. (2002). The selectionist meaning of C. S. Peirce and B. F. Skinner. *The Analysis of Verbal Behavior*, 18, 71-91. <https://doi.org/10.1007/BF03392972>
- Nagel, E., & Newman, J. R. (2012). *Gödel's proof*. Routledge.
- Oliveira, M. (2014). *A ontologia em debate no pensamento contemporâneo*. Paulus.
- Rovetta, A. (2020). Raiders of the lost correlation: a guide on using Pearson and Spearman coefficients to detect hidden correlations in medical sciences. *Cureus*, 12(11). <https://doi.org/10.7759/cureus.11794>
- Schneider, S. M., & Morris, E. K. (1987). A history of the term radical behaviorism: From Watson to Skinner. *The Behavior Analyst*, 10(1), 27-39. <https://doi.org/10.1007/BF03392404>
- Sério, T. M. A. P. (2005). O behaviorismo radical e a psicologia como ciência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(2), 247-262. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v7i2.554>
- Strapasson, B. A. (2016). O behaviorismo clássico de J. B. Watson (1878-1958). Em: Zilio, D. & Carrara, K. (Eds.), *Behaviorismos: Reflexões históricas e conceituais - Vol. I* (pp. 131-152). Centro Paradigma de Ciências e Tecnologia do Comportamento.

- Skinner, B. F. (1931). The concept of the reflex in the description of behavior. *Journal of General Psychology*, 5, 427-458. <https://doi.org/10.1080/00221309.1931.9918416>
- Skinner, B. F. (1935). The generic nature of the concepts of stimulus and response. *Journal of General Psychology*, 12, 40-65. <https://doi.org/10.1080/00221309.1935.9920087>
- Skinner, B. F. (1938). *The behavior of organisms: an experimental analysis*. Appleton Century Crofts, Inc.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Behavioral and Brain Sciences*, 52(5), 547-572. <https://doi.org/10.1037/h0062535>
- Skinner, B. F. (1957a). *Verbal behavior*. Appleton Century Crofts, Inc.
- Skinner, B. F., & Ferster, C. B. (1957b). *Schedules of reinforcement*. Appleton Century Crofts, Inc.
- Skinner, B. F. (1963). Behaviorism at fifty. *Science*, 140(3570), 951-958. <https://doi.org/10.1126/science.140.3570.951>
- Skinner, B. F. (1968). *The technology of teaching*. Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1969a). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. Meredith Corporation.
- Skinner, B. F. (1969b). Behaviorism at fifty. In: B. F. Skinner, *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 221-168). Meredith Corporation. (Original publicado em 1963)
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1976). *Beyond freedom and dignity*. Penguin Books. (Trabalho original publicado em 1971)
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and society*. Prentice-Hall.

- Skinner, B. F. (1979). *The shaping of a behaviorist*. New York University Press.
- Skinner, B. F. (1983). *A matter of consequences*. Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1984). Selection by consequences. *Behavioral and brain sciences*, 7(4), 477-481.
<https://doi.org/10.1017/S0140525X0002673X>
- Skinner, B. F. (1987). *Upon further reflection*. Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Merrill Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1999a). *Cumulative record: Definitive edition*. B. F. Skinner Foundation.
- Skinner, B. F. (1999b). The concept of the reflex in the description of behavior. In V. G. Laties & A. C. Catania (Eds.), *Cumulative record: Definitive edition* (pp. 475-503). B. F. Skinner Foundation. (Original publicado em 1931)
- Skinner, B. F. (1999c). The generic nature of the concepts of stimulus and response. In V. G. Laties & A. C. Catania (Eds.), *Cumulative record: Definitive edition* (pp. 504-524). B. F. Skinner Foundation. (Original publicado em 1935)
- Skinner, B. F. (2003). *The technology of teaching*. B. F. Skinner Foundation. (Trabalho original publicado em 1968)
- Skinner, B. F. (2005b). *Science and human behavior*. The B. F. Skinner Foundation. (Original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (2005a). *Walden two*. Hackett Publishing Company, Inc. (Trabalho original publicado em 1948)
- Skinner, B. F., & Epstein, R. (1980). *Notebooks*. Prentice-Hall.
- Skinner, B. F., & Epstein, R. (1982). *Skinner for the classroom*. Research Press.
- Skinner, B. F., & Vaughan, M. E. (1997). *Enjoy old age: A practical guide*. W. W. Norton & Company.

- Taylor, C. (2014). *Hegel - sistema, método e estrutura* (N. Schneider, Trad.). É Realizações.
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em psicologia: A análise do comportamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(2), 30-41.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000200006>
- Viana, N. (2016). Marxismo original e utopia. *Revista Espaço Acadêmico Goiânia*, 16(186), 71-83. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34079>
- Watson, J. B. (1962). *Behaviorism* (rev. ed.). University of Chicago Press. (Original publicado em 1930)
- Zilio, D. (2010). *A natureza comportamental da mente: Behaviorismo radical e filosofia da mente*. Editora UNESP.
- Zuriff, G. E. (1980). Radical behaviorist epistemology. *Psychological Bulletin*, 87(2), 337-350.
<https://doi.org/10.1037/0033-2909.87.2.337>